



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade

**PÚLPITOS E PALANQUES:**

A visão político-partidária entre os pastores evangélicos em Campina Grande

Autor: JOSÉ SANCHES VALLEJO NETO

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA  
SETEMBRO/2006

JOSE SANCHES VALLEJO NETO

**PÚLPITOS E PALANQUES:**

A visão político-partidária entre os pastores evangélicos em Campina Grande

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, Área de concentração: Educação, Linguagem e Diversidade Cultural, Linha de Pesquisa: Estudos Culturais, elaborada após integralização curricular do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

SETEMBRO/2006

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB

V181p Vallejo Neto, José Sanches.

Púlpitos e palanques: a visão político-partidária entre os pastores evangélicos de Campina Grande / José Sanches Vallejo Neto. – Campina Grande: UEPB, 2006.

138f.:il.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba

I. Título  
1. Religião 2. Pastor Evangélico 3. Influência 4. Eleição

22. ed. CDD 200

JOSE SANCHES VALLEJO NETO

## **PÚLPITOS E PALANQUES:**

A visão político-partidária entre os pastores evangélicos em Campina Grande

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, Área de concentração: Educação, Linguagem e Diversidade Cultural, Linha de Pesquisa: Estudos Culturais.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Orientador: Prof. Doutor Antonio de Pádua Dias da Silva –UEPB  
(Presidente)**

---

**Prof. Doutor Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – UFRN  
(2º Membro)**

---

**Prof. Doutor Eli Brandão da Silva – UEPB  
(3º Membro)**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho

A Deus, autoridade e sabedoria suprema, que pelo seu  
incomparável conhecimento torna o conhecimento  
humano insuficiente para alcançar a significação real  
das coisas.

À minha esposa Carla, pelos 22 anos de apoio, e que  
pela mesma fé tem me motivado a buscar sempre  
além, para, quem sabe um dia, poder alcançar a  
capacidade que ela pensa que tenho.

Aos meus filhos Lucas e Tiago, pela paciência nos  
momentos de tensão, pela não cobrança das  
ausências e pela vida cristã que demonstram,  
dando-me assim tranquilidade para crescer.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço

Ao Prof. Dr. Antonio de Pádua pela dedicação na  
orientação e pelo cuidado com a excelência.

A todos os professores pelo auxílio ao meu crescimento  
e pela dedicação à árdua tarefa de transmitir  
conhecimento.

Ao amigo Fernando Carvalho  
pelo apoio nas horas difíceis.

“Se o vínculo entre religião e política é um dado histórico, pode-se acrescentar que a questão colocada hoje é se o padrão vigente no ocidente, marcado pelas três linhas normativas - religião privada, neutralidade do estado e separação igreja/estado -, consegue dar conta do deslocamento e da ressignificação da fronteira religiosa.”

*Joanildo A. Burity*

Vallejo Neto, José Sanches. Púlpitos e Palanques: A visão política dos pastores protestantes e evangélicos em Campina Grande. 138p, 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba, Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.

### RESUMO

Há muito tempo, em várias sociedades ocidentais, os indivíduos vêm estudando as relações estabelecidas, ao longo do tempo, entre os poderes terreno e espiritual, mais precisamente, entre a(s) religião(ões) e o estado(s). Na atual conjuntura social em que nos encontramos, com valores culturalmente antes aceitos sendo descentralizados, percebe-se que a relação evangélico e igreja parece ter sido, ao longo das duas últimas décadas, fator analisável entre estudiosos da cultura e da sociedade, especificamente em se tratando desta temática/relação em contexto de Brasil. O objetivo dessa pesquisa foi catalogar, selecionar e analisar o discurso de pastores evangélicos de Campina Grande com o intuito de descrever a influência ou não-interferência da fala do pastor sobre a opinião do membro da comunidade em que é líder, no que diz respeito às eleições e aos candidatos a cargos político-partidários. A pesquisa tomou como ponto de partida uma frase clichê no meio evangélico: “irmão vota em irmão”. A partir deste lugar-comum, procurou-se perceber o porquê de haver em Campina Grande um número considerável de evangélicos declarados – tomou-se o Censo de 2000/IBGE como referência – e este mesmo número, entre os eleitores válidos, não serem “capazes” de eleger um candidato a um cargo eletivo, mesmo este se declarando “irmão”. Procurou-se responder à pergunta: o líder evangélico/pastor interfere na opinião do “rebanho” que pastoreia? Para chegar-se a uma conclusão, utilizou-se uma abordagem metodológica que priorizou tanto o aspecto quantitativo quanto o qualitativo, uma vez que foram necessários os seguintes procedimentos para a coleta de campo: 1) confecção de questionário, 2) aplicação desses questionários aos informantes (pastores/líderes evangélicos) e 3) análise dos dados. Os resultados a que se chegou demonstraram que os evangélicos não constituem uma “categoria social alienada” de seus direitos e deveres, conforme comumente se falou. Ao contrário, os dados indicam que em Campina Grande, quando de uma eleição, um forte candidato do “meio evangélico” a um cargo político não obteve votos suficientes para ser eleito, embora a sua comunidade religiosa de origem tivesse o número mais que suficiente de eleitores para elegê-lo ao cargo pretendido – embora não seja prática do líder evangélico sugerir nomes quando a questão tratada é eleição. A pesquisa desenvolvida procurou aproximar-se das análises de discursos desenvolvidas nos Estudos Culturais.

**Palavras-chave:** Discurso, Influência, Religião, Pastor, Líder, Evangélico, Eleição.



Vallejo Neto, José Sanches. Pulpit and politic stand: The political sight of the protestants and evangelical pastors from Campina Grande. 138p, 2006. Dissertatin (Máster degree). Paraiba State University, Master degree Inter-disciplinary in Society Science.

### ABSTRACT

A long time ago, in several western societies, the individual came studying the established relationship, between the powers terrain and spiritual, more exactly, between the religions and states. In the present situation where are find us, with cultural values accepts before are uncentralizeing, noticed that relation gospel and church has been, over the last couple decade, analysis factor among culture and society studies, specifically in this subject/relation from Brazil context. The objectives of this research has to classify, to select and to analyze the evangelic pastors speeches from Campina Grande with the aim to describe the influence ou not-influence to the pastor speech over the member of community opinion who is leader, about elections and the candidates to a politic-parties position. This research used as start point a gospel hackneyed phrase: ‘evangelic vote in evangelic’ (in Brazilian says: “brother vote in brother”). From this common-place, to looked for feel the what have a considerable number of declare evangelic in Campina Grande – it took with reference the Censo 2000/IBGE – and this same number, aim the valid electors, is unable to elect one candidate to a politic-parties position, still he’s declare “brothers”. We tried answer to the question: Is the evangelic/pastor leader interfere in the flock opinion who’s pastor? To come to the conclusion, we used a methodological approach prioritizing both aspects quantitative and qualitative, once has necessary the following procedure to camp collection: 1) To make a questionnaire, 2) the application these questionnaires to the informers (pastors/evangelic leaders) and 3) the analysis of informations. The results verified to show the evangelics don’ t be a “enraptured society category” to yours rights and duties, as said ordinary. Contrary to what say, the data indicates in Campina Grande, when occur an election, one big candidate from evangelic environment to a politic-parties position don’t get a sufficient votes to be elect, although your original religious community had a most sufficient number of electors to make win the intended position – although be not practice the evangelic leader suggest names when the subject is a election to the politic-parties position. The research developed to look for bring the analysis of the speeches develop in the Cultural Studies.

**Key-words:** Religion, Evangelic, Pastor, Election, Speech, Influence, Leader

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
<b>1. Antecedentes históricos</b> .....	27
As origens .....	27
O início do Cristianismo .....	31
O medievalismo .....	35
A Reforma Protestante .....	37
No Brasil .....	45
Em Campina Grande .....	54
<b>2. Pastores e Púlpitos: A Visão da Missão</b> .....	67
<b>3. Púlpitos e Palanques: A Visão da eleição</b> .....	90
<b>Conclusão</b> .....	118
<b>Referências</b> .....	124
<b>Apêndice I - Modelo de Questionário</b> .....	129
<b>Apêndice II – Índice Remissivo das Perguntas</b> .....	132
<b>Anexo I – Votos obtidos pelo candidato oficial da Assembléia de Deus de         Campina Grande</b> .....	134
<b>Anexo II – Pesquisa online sobre irmão votar em irmão</b> .....	135
<b>Anexo III – Dados sobre Religião no Brasil – Censo 2000</b> .....	136

## INTRODUÇÃO

Quando se adentra numa igreja e se assenta em seus bancos junto com a platéia, independente de serem bancos estofados, de madeira ou de plástico, o sujeito humano está penetrando num universo distinto, onde os eventos que ali acontecerão trarão em sim uma conotação de divino, de sobrenatural, embora também interpretados como manifestações sócio-culturais.

Esse evento, carregado dessa mística, algumas vezes não possui muito de divino, pois alguns pastores têm-se utilizado de suas posições estratégicas à frente de um grupo fiel (muitas vezes mais a ele do que ao deus professado) para influenciar sua comunidade, direcionando-a em assuntos de interesse próprio. Nesse sentido, muitos deles têm buscado os favores políticos utilizando a sua comunidade como moeda de troca e, politicamente, procurando direcioná-la a favor deste ou daquele candidato.

Pretende-se neste estudo analisar o que os pastores de diversas igrejas evangélicas campinenses pensam em relação à política na igreja, especialmente a política partidária, e a pretensão de influência dos líderes sobre os seus fiéis. O termo Igreja é aqui usado no sentido referir-se a todo um universo religioso ocupado pelos evangélicos<sup>1</sup>, independente de suas linhas teológicas, concepções estruturais – como forma de governo – e ação social. O objetivo da pesquisa é identificar e refletir sobre a intencionalidade de seus discursos oral (como aquilo que fala), gestual (as gesticulações que apresentam mensagens implícitas) ou postural (em que lugar e qual sua postura ao falar de política partidária), para com a comunidade religiosa da qual é líder. Entende-se neste trabalho o pastor como o indivíduo

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, utiliza-se evangélico como termo genérico que abarca todas as correntes cristãs oriundas da Reforma Protestante no século XVI e as entidades religiosas surgidas, a partir ou em correlação a estas, até os dias de hoje. Aproveitando-se dados utilizados pelo IBGE, no questionário do censo 2000, a partir deste ponto será utilizado o termo *evangélico* num sentido genérico: referindo-se a protestantes, evangélicos históricos, pentecostais e neo-pentecostais. Serão utilizados termos mais específicos e caracterizantes, quando se fizer necessário, para uma melhor compreensão.

que, possuindo ou não uma graduação teológica, recebeu de seus pares uma ordenação especial para zelar por um “rebanho” e doutriná-lo de acordo com os preceitos da instituição que representa; e líder, diferentemente do pastor, é o irmão ou irmã que, sem formação teológica, recebe a responsabilidade de estar à frente de uma igreja, porém submisso a um pastor que, mesmo estando pastoreando outra igreja é, em última instância, também o pastor responsável dessa igreja que, na maioria das vezes, é chamada de congregação e não de igreja, mesmo possuindo membresia significativa.

Não se deixa de considerar aqui que os evangélicos, assim como os católicos, acima de quaisquer outras diferenças, são cristãos porque crêem em Jesus Cristo como salvador e senhor de suas vidas, conforme doutrina de que são adeptos. Pessoa (2003:2) fundamenta essa questão afirmando que:

os termos ‘evangélico e católico’ foram historicamente construídos com um sentido restrito, como rótulos limitados a este ou àquele grupo. E é a partir dessas construções no tempo e em espaços específicos que surgiu a fé cristã protestante chamada de evangélica, porque se propôs a “reformatar” a fé no evangelho de Jesus Cristo, até então sob a liderança da Igreja Católica Romana (Occidental) e Grega (Oriental).<sup>2</sup>

Sendo assim, evangélico e protestante são termos equivalentes, embora apresentem, em sua estrutura de viver em comunidades diversas, como as sociedades ocidentais de hoje, diferenças internas relevantes, sejam de cunho doutrinário ou comportamental.

O objeto desta pesquisa é o estudo do discurso político das lideranças dos grupos religiosos chamados de evangélicos em Campina Grande. Procura-se enfatizar a análise crítica do discurso voltada para a análise do fenômeno político-religioso que tem demonstrado grande repercussão no comportamento dos indivíduos e grupos de hoje no

---

<sup>2</sup> PESSOA, Enock. O discurso evangélico como expressão de cidadania. EDUC-PUC. São Paulo, 2003. p. 2.

Brasil: o fenômeno da religião cristã evangélica e seus desdobramentos no campo de sua visibilidade política e social em geral.

Ter a temática religiosa como objeto de estudo para o conhecimento cultural e social não é nenhuma novidade: autores clássicos como Weber<sup>3</sup> e Durkheim<sup>4</sup> valeram-se dessa proposta para suas pesquisas. A relevância desta pesquisa justifica-se, antes de tudo, por trazer à tona uma discussão envolvendo religião e estado em Campina Grande, cidade de grande foco religioso, pois a sua população cresce em número de dissidentes do catolicismo tradicional (conforme veremos mais adiante) e por congregar, anualmente, dois grandes eventos de cunho político-religioso: o encontro da nova consciência, cuja base macro-ecumênica tenta fazer dialogar várias representações de entidades religiosas em busca de uma “nova” humanidade para os sujeitos no mundo, discutindo-se “políticas públicas”, como ecologia, direitos humanos, dentre outros, à luz do pensamento humanista; e o encontro para a consciência cristã, cuja base evangélica congrega diversas representações eclesiásticas em busca de uma humanidade mais cristã, na intenção de resgatar os valores cristãos abandonados pela igreja quando de sua busca pelo espaço político, e que esses valores possam permear a vida dos sujeitos, alcançando todo o meio em que habitam, como político, ecológico, direitos humanos, estruturas sociais, educação, dentre outros, à luz do pensamento religioso-evangélico e de sua fundamentação bíblica.

É muito relevante também para os Estudos Culturais o conhecimento das influências do grupo em questão, a partir da sociedade onde ele está inserido, no nosso caso, conforme já fora dito, Campina Grande, pois como afirma Escosteguy (2001:15), a

---

<sup>3</sup> Max Weber em seu mais famoso estudo “a ética protestante e o espírito do capitalismo” centraliza todas as suas análises na religião, tendo como pano de fundo a igreja reformada européia. (São Paulo: Martin Claret, 2003).

<sup>4</sup> Emilie Durkheim publicou o estudo “Religião e conhecimento”. (São Paulo. Ed. Ática, 1978).

prática dos estudos culturais alcança sua propriedade dentro de condições históricas específicas – entre elas a localização nacional e geográfica.

O fato de se encontrar atualmente vários líderes religiosos envolvidos na política partidária nacional (vejam-se os casos dos evangélicos Antony Garotinho, Marcelo Crivela e dos católicos Frei Anastácio, Padre Adelino e Padre Luís Couto) demonstra claramente uma nova postura das igrejas, principalmente das evangélicas, diante da realidade social e política, pois a participação político-partidária de candidatos que se apresentam com seus títulos religiosos (alguns deles, candidatos oficiais de suas igrejas) e que procuram atrair o apoio dos religiosos, especialmente dos evangélicos, são provas incontestes do novo momento da religião cristã, especialmente em seu ramo evangélico, em sua participação na sociedade de base democrática.

Diante dessa nova realidade brasileira com as comunidades evangélicas mais presentes nos assuntos sociais, uma figura se destaca por sua liderança e influência sobre aqueles que congregam em sua comunidade: o pastor. Diante disso, surgem alguns questionamentos que movem o escopo desta pesquisa: Qual a importância do pastor na afirmação de valores em sua comunidade? Por que na atualidade eles têm direcionado sua liderança, em grande medida, para atividades político-partidárias? Os pastores são realmente relevantes para a formação da opinião política dos evangélicos? A orientação doutrinária da igreja à qual o pastor pertence é determinante para estabelecer a opinião pessoal desse líder?

Ao se lidar com temas amplamente abordados pelos Estudos Culturais, a questão do discurso mostra-se muito relevante, principalmente quando o recorte é religioso. Reconhecendo-se o indivíduo humano enquanto um ser religioso – os sujeitos ocidentais que foram cristianizados, os orientais em suas manifestações hinduístas, budistas, taoístas

entre tantas outras e os africanos e ameríndios em suas práticas animistas –, e que, comumente, exerce sua religiosidade sob a orientação de um sacerdote, pode-se, diante disso, dimensionar a importância da visão do líder religioso quanto ao direcionamento de determinados posicionamentos sociais de seus liderados. Essa “posição privilegiada” tem valor de estudo, no âmbito da “análise de discursos” na esteira dos Estudos Culturais porque, segundo se percebe, questões não só de ordem religiosa, mas principalmente políticas, são pensadas e levadas a corpo maior de atuantes religiosos: os membros das igrejas. Estes, por sua vez, terão ou não representantes para não só defender como criar leis que possam favorecer não apenas a coletividade aparentemente “uma”, mas procurar engendrar políticas públicas também em benefício da “diferença” que convive no espaço multicultural<sup>5</sup> e, por extensão, multireligioso<sup>6</sup>.

Ainda que alguns desejem o aniquilamento das religiões, diversos estudos têm demonstrado que a sociedade está cada vez mais sacra<sup>7</sup>, ou seja, cada vez buscando mais a influência do sagrado em sua vida e, por extensão, da religião. Essa possível “ressacralização” das sociedades ocidentais talvez tenha origem nas incertezas em que o sujeito contemporâneo está imerso, isto é, segundo a visão de estudiosos da cultura, como

---

<sup>5</sup> Considera-se aqui a diferença multicultural como as manifestações próprias das culturas étnicas.

<sup>6</sup> Está se considerando aqui a diferença multireligiosa como os aspectos distintivos de cada expressão religiosa que, enquanto valorando a vida, devam ser respeitadas.

<sup>7</sup> Entende-se como uma sociedade mais sacra aquela em que se percebe um retorno do sagrado com evidências de aumento de fé, adesão religiosa, mercado religioso, sincretismo etc. É importante fazer a ressalva de PIERUCCI (1998), quando diz que quanto mais sacralizada for uma sociedade, ela ainda o é do ponto de vista pessoal, de foro íntimo, enquanto que no espaço coletivo a sociedade se seculariza ainda mais. E o novo pensamento que vem apresentando em congressos (em palestra apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina em 18/07/2006 e publicada no site oficial da instituição – <http://www.agecom.ufsc.br/index.php?secao=arq&id=4093>, extraído em 31 de agosto de 2006), afirma que hoje a religião está servindo como solvente cultural, isto é, se pastores estão se convertendo ao umbandismo e umbandistas ao espiritismo; se estão se convertendo e colocando terno e gravata; ele vê isso com olhar negativo, pois diz que as raízes da umbanda, do candomblé e de outras orientações religiosas estão se dissolvendo, perdendo suas características culturais. Contudo, a despeito do que afirma ainda afirma, não se pode negar que a sociedade é composta de cidadãos e que estes, fazem dialogar com a coletividade suas opções individuais, e nela encontra o ecoar de outras opções semelhantes a sua até que esse ecoar se torne tão alto que a sociedade pode vir a tornar-se coletivamente a expressão dessas individualidades. Sendo assim, embora a religiosidade seja uma expressão individual, ela tende a gerar na sociedade valores mais sacros em resposta ao crescente número de indivíduos que buscam a expressão sacra para suas próprias vidas.

Hall (1998), o homem moderno, por ter “desafiado” estruturas paradigmáticas que serviram por logo tempo como modelos de “bem-estar” sociocultural a várias gerações e em momentos distintos das sociedades, hoje vive a experiência do “não-lugar”, do “não-pertencimento”, do “deslocamento” e da “ausência de sentido”, fato que corrobora, talvez, para essa visão ressacralizadora das sociedades atingidas diretamente por esta forte e influente “corrente do deslocamento do sujeito”: a interferência direta de uma prática/vivência religiosa ou sagrada na vida do sujeito, que só acontece com uma forte vinculação deste ao sistema religioso, parece ser uma experiência positiva porque recentralizadora, porque coloca o sujeito antes “perdido” em comunhão com o sentido espiritual da vida.

A visão de uma sociedade dessacralizada, como fruto da Revolução Francesa, da Revolução Industrial e da transferência da fé antes depositada em alguns campos da religião, como o dos milagres, para a ciência médica é um tanto limitada. Na mesma proporção em que o ser humano se desfaz de alguns credos arcaicos, cria outros em que possa acreditar, alimentando todo um imaginário em torno do qual (ou dos quais) as sociedades, desde as mais primitivas às contemporâneas, elaboram várias práticas de viver em coletivo. Essa atitude reforça a posição de que a sociedade ainda continua influenciada pela religião, talvez mais sacra do que antes, uma vez que a conduta dos adeptos da experiência religiosa é deslocada do campo da imposição coletiva para a escolha individual. Seguindo essa lógica, não ter religião não significa não ser religioso, porque, segundo entendemos, a prática e a experiência com o sagrado independem de uma “corporação” que reúna ou congregue indivíduos adeptos de uma filosofia/doutrina. A vivência da fé aliada à uma prática correspondente ao que interiormente se professa demonstra o quanto os sujeitos



estão interpretando suas vidas em torno de uma visão sagrada ou de contato com esta visão.<sup>8</sup>

Em 2003, o Projeto Juventude/Instituto Cidadania realizou uma pesquisa nacional<sup>9</sup> que, diferenciando-se do censo 2000 do IBGE, não se perguntou aos informantes sobre o assunto religião através de uma pergunta aberta: a pergunta oferecia opções separadas em que o informante teria que ser interpretado como "agnóstico", "ateu" ou aquele que "acredita em Deus, mas não tem religião". Enquanto 65% dos jovens entrevistados nesta pesquisa em todo o país se declaram católicos, 20% se declaram evangélicos (sendo 15% pentecostais e 5% não pentecostais). E foram 10% o percentual dos jovens "sem religião", sendo que 9% declararam "acreditar em Deus, mas não ter religião", enquanto apenas 1% identificaram-se como ateus e agnósticos. Esses dados demonstram que, embora o censo indique um elevado percentual de 'sem religião', apenas 1% de fato não é religioso, isto é, não crê em uma divindade, corroborando a idéia de que os indivíduos hoje estão buscando formas ou alternativas de experienciar o sagrado. É o que afirma Novaes (2004:321-330)

Hoje e ontem há jovens que se definem como "ateus" e "agnósticos", mas certamente em nenhuma outra época houve tantos jovens se definindo como "sem religião" que poderiam também ser classificados como "religiosos sem religião", isto é, adeptos de formas não institucionais de espiritualidade que são normalmente classificadas como esotéricas, nova era, holísticas, de ecologia profunda etc.

O fato da religião ter ocupado espaços que até então jamais sonharia em ocupar é um sinal dessa 'ressacralização', conforme afirma Leite (2000), quando pensa em "como a religiosidade vem permeando o espaço público e ganhando crescente importância política".

---

<sup>8</sup> Entendemos por religioso o indivíduo que demonstra crer numa divindade, independente de nomenclatura, e deposita uma fé motivadora no relacionamento com essa divindade, não importando se há ou não ritualística nesse relacionamento com o divino.

<sup>9</sup> "A amostra probabilística nos primeiros estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários e dos domicílios), combinada com controle de cotas de sexo e idade para a seleção dos indivíduos (estágio final). Total de 3.501 entrevistas, distribuídas em 198 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercis de porte (pequenos, médios e grandes), contemplando 25 estados da União. Expansão amostral nas 9 regiões metropolitanas e no Distrito Federal." Dados obtidos em 31 de agosto de 2006, às 19:30h, na publicação eletrônica do Instituto Cidadania, através do site [http://www.projetojuventude.org.br/novo/html/pesquisa\\_int8803.html](http://www.projetojuventude.org.br/novo/html/pesquisa_int8803.html)

Tal espaço somente tem sido conquistado no reconhecimento da crescente importância que os cidadãos têm dado à religião. O fato de o Censo 2000 do IBGE ter identificado o aumento do número de ateus e sem religião não indica, em nossa interpretação, uma dessacralização da sociedade, pois é de conhecimento geral que sempre houve um número elevado de católicos não-praticantes no Brasil e que estes, por questões ideológicas, preferiam assim se identificar. Contudo, com a maior abertura proposta pelo neo-liberalismo, esses mesmos católicos não-praticantes resolveram assumir que eram sem religião, fato que pode ser interpretado como uma verdade. Conhecedores que somos desse discurso de não assumir o catolicismo como religião, em contexto de Brasil, é um fato que dá abertura ao mesmo sujeito de praticar outras formas religiosas, mas não interpreta-lo como “sem religião”.

Contudo, os dados oficiais do censo 2000, publicados pelo IBGE, apontam que os sem religião cresceram na última década 45% (foram de 5,1% em 1991 para 7,4% em 2000), enquanto os evangélicos cresceram 72% (foram de 9,0% em 1991 para 15,4% em 2000), ou seja, os evangélicos cresceram 60% a mais que os sem religião, proporção que só comprova, segundo nossa visão, a idéia de que os “sem religião” ainda não constituem um número “dissidente” capaz de fazer a cultura religiosa brasileira ser entendida como não participante ativa de um pensamento/experiência sagrado.<sup>10</sup>

Independente de ser ou não religioso, não se pode deixar de notar a influência religiosa sobre o senso comum do brasileiro e sobre os vários estratos socioculturais também desse Brasil. Afirma-se isso por se estar considerando como senso comum o valor implícito que permeia os estratos sociais desta sociedade e este, o senso comum, por ser influenciado pela religião majoritária professada por essa mesma sociedade, fato que ajuda

---

<sup>10</sup> Apresentamos no anexo III um extrato dos índices do censo 2000 relativos à religião do brasileiro, publicado pelo IBGE.

a construir a imagem de que o pastor, o padre ou qualquer outro líder religioso é revestido de autoridade sobrenatural, como se Iaveh<sup>11</sup> lhe revelasse tudo acerca de todas as coisas e não apenas questões relativas à própria religião. Para Arendt (1993: 48), o senso comum é a “parcela de sabedoria herdada” que todos temos em comum e difere da lógica; e, ao se estudar a cultura popular vinculada ao senso comum, esbarra-se em valores implícitos que possuem um poder muitas vezes maior do que o poder imposto por leis e determinações organizacionais da sociedade. A título de exemplo, tem-se toda uma estrutura social como pano de fundo do comportamento social, onde todo um “código” de honra é ritualizado e aceito sem questionamento por grande parte da comunidade, independente da lógica ou dos ganhos e perdas que possam acarretar as reações de resistência e os efeitos que provocam na comunidade. Ou seja, do senso comum cujos valores a sociedade expressa sem a preocupação de prová-los do ponto de vista lógico-racional, e que, aceitos sem questionamento, acarretam as reações e os efeitos que, muitas vezes, foram induzidos a produzir. A partir dessa reflexão, não se pode negar que, de acordo com o senso comum, o líder religioso pode ter um poder adicional, o poder do “sobrenatural” ou do “divino” do qual ele se apresenta como representante.

Embora o indivíduo pós-moderno seja assolado por informações de diferentes naturezas que alteram o cotidiano das pessoas, porque apresentam novos modelos de família, de relação homem-mulher, de governo, de educação, de saúde, e, principalmente, de religião, os evangélicos, porém, mantêm-se, em sua grande maioria, fiéis a conceitos e valores formados no seio de sua comunidade religiosa, fruto do ensino de seus líderes eclesiais, que são os formadores de opinião na comunidade.

Mapear essa visão sobre a orientação político-partidária do pastor evangélico é um estudo da natureza sócio-cultural contemporânea, abrangente e dos mais relevantes no novo

---

<sup>11</sup> Iaveh é um dos possíveis nomes hebraicos atribuídos à divindade cristã, assim como Jeová, El, Elohim, etc.

contexto brasileiro e campinense, e um campo que deve ser devidamente analisado, considerando ainda as divergências tanto doutrinárias como políticas que há entre os diversos segmentos evangélicos que podem conduzir a questão e os sujeitos a diferentes cenários políticos.

Analisar a possibilidade de influência político-partidária dos pastores evangélicos sobre a comunidade que pastoreia, a partir de seus principais dogmas, de seus aspectos ritualísticos, de sua caminhada histórica ou da opinião própria do pastor foi o que se propôs neste estudo, numa tentativa de consolidar um pensamento sobre o assunto, tendo em vista que, com as atuais alianças político-partidárias, necessário se faz traçar uma cartografia da possível relação igreja-estado, seja de forma direta ou indireta.

Procurou-se também estudar a visão política dos pastores evangélicos em Campina Grande, tendo como campo de estudo as igrejas evangélicas localizadas na área urbana, verificar se há uniformidade no pensamento dos pastores evangélicos desta cidade no que diz respeito à orientação política dos fiéis e quais são as diferentes visões, ou posicionamentos, desses pastores acerca do assunto.

Pretendeu-se, num primeiro momento, localizar o maior número possível das igrejas evangélicas nesta cidade e suas respectivas lideranças, visando constatar a identidade religiosa, a formação do pastor e a orientação doutrinária da igreja a qual pertencia através de uma entrevista semi-estruturada, possibilitando um levantamento de informações que permitam verificar a visão político-partidária do pastor.

A proposta metodológica abarcou os métodos de análise quantitativo e qualitativo. Embora a base primeira tenham sido as informações fornecidas pelos entrevistados e tabuladas por classificações pré-estabelecidas, as análises não se detiveram apenas a um método analítico, para não cairmos num “monismo metodológico”, como disse Bourdieu

(1992 *apud* Brandão, 2002). A opção por uma base quantitativa deveu-se a que este tipo de estudo, conforme afirma Richardson (1999:71), “deve ser realizado quando se deseja obter melhor entendimento do comportamento de diversos fatores que influem sobre determinado fenômeno”.

As entrevistas foram realizadas com o máximo possível de pastores e líderes evangélicos, de forma a, a partir da interpretação dos dados coletados, possibilitar a construção de uma real representação da liderança evangélica de Campina Grande, considerando-se a temática em discussão.

Procurou-se utilizar de estratégias de aproximação, principalmente daqueles com quem o pesquisador teve pouco contato, que permitiram uma maior liberdade e confiabilidade em dar as respostas. A técnica de entrevista utilizada assegurou sempre o anonimato. Algumas das entrevistas foram realizadas durante encontros da ordem dos ministros, objetivando um espaço menos formal que o gabinete pastoral e de maior confiabilidade pelo fato de os envolvidos na pesquisa estarem presentes num mesmo evento de classe, cuidado mencionado por Foote-White (1990, p. 79): “É perceptível que as distâncias de classe e as diferenças culturais entre entrevistador e entrevistado determinam os limites do diálogo”.

Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente, os questionários das entrevistas preenchidos pelo entrevistador e nenhuma resposta foi sugerida por parte do entrevistador, cuidados esses seguidos em atenção a Goldenberg (1999:90), quando afirma que:

A entrevista ou questionários são instrumentos para conseguir respostas que o pesquisador não conseguiria com outros instrumentos. (...) É importante a garantia do anonimato. (...) O pesquisador deverá de imediato transcrever as entrevistas a fim de, ao realizar novas entrevistas, não repetir questões e dominar cada vez mais o assunto (...) As atitudes e opiniões do pesquisador não podem

aparecer em primeiro plano. Ele deve tentar ser o mais neutro possível, não sugerindo respostas.

No Apêndice desta dissertação pode-se visualizar o modelo de questionário utilizado nas entrevistas. O questionário apresenta questões que abordam o tema em estudo e que possibilitam a composição do perfil dos pastores.

Procurou-se estabelecer abordagens analíticas pela caracterização da igreja a que o pastor pertencia e possíveis diferenças (quando detectadas) de posturas entre um pastor de uma igreja maior e central da postura de um pastor de uma comunidade menor em um bairro periférico. Não há dúvidas de que a presente proposta está próxima da categoria kantiana no sentido de “formas intelectuais de ordenar diversas representações sob uma representação comum” (Abbagnano, 1998).

Optou-se metodologicamente por entrevistas registradas em um questionário semi-estruturado para se evitar, como diz Blanchet e Gotman, “decidir *a priori* sobre o sistema de coerência interno às informações pesquisadas (...) a entrevista não exige a classificação *a priori* dos elementos determinantes” (Blanchet & Gotman, 1992, p. 40-41 *apud* Brandão, 2002), podendo, assim, estabelecer toda análise e classificação após concluídas as entrevistas planejadas.

Procurou-se manter, ao longo de todo o processo de entrevistas e análises, o necessário equilíbrio entre engajamento e distanciamento, como sugere Kaufman (1992 *apud* Brandão, 2002), permitindo que a relação entrevistas e respostas pudesse ser conduzida de forma a, em momentos posteriores, quando da análise dos dados coletados, a análise fosse o mais original e fiel possível às falas dos entrevistados.

Pretendeu-se, com as entrevistas, levantar informações que permitam verificar a ocorrência da orientação político-partidária do pastor e a postura ante a doutrina da igreja e

comparar os diferentes posicionamentos de pastores e as orientações doutrinárias das igrejas para, a seguir, confrontar os dados levantados, procurando identificar níveis diferentes de influência desses líderes.

Algumas igrejas, identificadas, em geral, como evangélicas, como por exemplo, as Testemunhas de Jeová e Adventistas, não foram consideradas porque elas têm, geralmente, um procedimento padrão de rejeição à cidadania (direito de que todo sujeito, inserido em uma sociedade democrática como a nossa, pode gozar, seja o exercício da liberdade de expressão, do voto, do professar um credo, de terem representantes “legais” em cargos eletivos via partido político, dentre outros) e proíbem seus membros de candidatarem-se a cargos eletivos ou fazer campanha para um candidato.

A Congregação Cristã no Brasil, embora seja uma igreja identificada como do ramo pentecostal histórico (que surgiu no Brasil na primeira década do século passado), por não possuir uma liderança única, na figura de um pastor e, por isso, não preencher um requisito básico a esta pesquisa, não comporá o corpus da análise, pois se acatássemos a idéia de arrolá-la nesta pesquisa, o resultado da análise poderia não corresponder a uma dada realidade, uma vez que a exceção, neste caso, iria compor uma regra.

Utilizou-se para a pesquisa uma base de dados composta de 42 entrevistas, correspondentes a informantes que estavam à frente de “comunidades” evangélicas de 20 bairros diferentes de Campina Grande, além do centro desta cidade, cobrindo as regiões norte, sul, leste e oeste, levadas a efeito entre os meses de julho de 2005 e fevereiro de 2006.

Tomou-se também o cuidado de colher entrevistas que pudessem representar equilibradamente as diferentes denominações evangélicas e suas linhas teológicas. Nesse sentido, apurou-se dados relativos a 19 igrejas protestantes históricas, 18 pentecostais e 5

neo-pentecostais. Embora se reconheça, conforme dados de pesquisa, que há 2 evangélicos pentecostais para cada evangélico histórico (comumente denominado de protestante), buscou-se um número de entrevistas que representasse não a quantidade de membros das igrejas, mas a diversidade de posturas doutrinárias, pois as igrejas históricas possuem uma gama de denominações com diferentes posicionamentos, enquanto que se percebe haver maior uniformidade de opiniões entre os pentecostais e neo-pentecostais.

Deve-se ressaltar também que somente a Igreja Evangélica Assembléia de Deus possui mais membros que todas as igrejas protestantes históricas juntas e foi declarado pelo pastor Francisco Pacheco de Brito, presidente do ministério Campina Grande, que os demais pastores assembleianos do ministério deveriam seguir as suas orientações quanto ao comportamento político-partidário. Esta questão deverá ser analisada com maior cuidado no devido momento.

Estariam mesmo os membros das igrejas seguindo “cega e conformadamente” a orientação político-partidária de seus pastores?

Este é o âmago deste trabalho que apresenta primeiramente uma caminhada pela história, buscando os antecedentes que produziram, ou pelo menos auxiliaram na construção do pensamento evangélico, verificando o relacionamento Igreja-Estado desde a origem concreta do cristianismo, com a figura representativa de Jesus, e antecedente, na comunidade judaica que, por mais distante que possa parecer e mesmo que possa se dizer que os pensamentos mudaram ao longo do tempo, é na sociedade judaica, na forma como ela é apresentada no texto sagrado, que os evangélicos buscam referências para a sua forma de pensar e de se comportar atualmente, inclusive no campo político-partidário.

Esse relacionamento Igreja-Estado sofreu alterações com o passar do tempo; tornou-se próximo com Constantino, quando se cogitou e realizou-se uma vinculação,



mantendo-se os limites intermediários entre um discurso e outro, uniu-se no período medieval, momento em que as relações religiosas e políticas retomaram valores bíblicos que alocavam o poder do rei na “unção” divina, e repetiu-se com a Reforma Protestante: com o surgimento dos evangélicos no cenário sócio-religioso, observou-se um avanço no entendimento das suas funções específicas e um conseqüente, e eficiente, distanciamento. A partir desse momento, o trabalho limita sua abordagem aos evangélicos, por opção metodológica e dedicação ao objeto de estudo proposto.

No Brasil parece ter havido um período em que perdurou o pensamento medieval nas relações Igreja-Estado, durando este período do descobrimento até o século XIX quando, com quase 400 anos de atraso, celebrou-se um distanciamento entre ambos e uma redefinição de funções, especialmente devido a presença evangélica que gerou a necessidade de se possibilitar constitucionalmente a existência de outros credos religiosos além do catolicismo.

Outro ponto considerado nesta pesquisa diz respeito à caminhada histórica e ao levantamento de antecedentes, com a atenção voltada especialmente para a cidade de Campina Grande, a partir da chegada dos evangélicos no início do século XX e as relações estabelecidas (ou distanciadas) entre Igreja-Estado nesta cidade.

Em seguida, dedica-se mais atenção ao “pastor” no seio evangélico para, partindo-se da origem do termo, do desenvolvimento dos seus conceitos, dos valores implícitos, da construção da identidade pastoral e de como a visão política do pastor foi construída; e, na continuidade, analisa-se a visão política do mesmo, reconhecendo seu fundo histórico e doutrinário como produto da origem e da caminhada da igreja evangélica, à luz dos dados coletados nas entrevistas anteriormente citadas.

Na etapa seguinte, procurou-se analisar como as eleições são abordadas dentro das igrejas evangélicas a partir do comportamento e da visão do pastor diante de seu evento. Neste momento, pretendeu-se verificar com maior precisão se havia influência do pastor na opção do eleitor, que também é membro da comunidade por ele pastoreada, a favor ou contra determinado candidato, caracterizando-se, assim, o púlpito como espaço também de palanque, conferindo ao candidato que dele se utiliza o efeito sacralizante que é implícito ao espaço do púlpito.

Na elaboração deste trabalho, tomou-se o cuidado de proceder às análises em separado, de acordo com a visão de cada ramo que compõe os cristãos comumente chamados de evangélicos, mas que se dividem em três grandes grupos: 1) protestantes ou evangélicos históricos, 2) pentecostais e 3) neo-pentecostais.

Esta é uma caminhada relevante não só para os estudos produzidos a partir da visão dos Estudos Culturais. Ela é muito mais interessante, pois compreender aspectos macro-estruturais que envolvam segmentos da sociedade na visão político-partidária e religiosa, “aparelhos ideológicos” que ora se cruzam ora se distanciam, parece estar na ordem do dia, uma vez que os discursos de sustentação de antigas práticas estão em constante redimensionamento, fornecendo-nos novas formas de relacionamento, de vinculação, de coligação, em favor do bem-estar comum de uma comunidade, de uma sociedade, seja ela local ou global.

Ao olhar para Campina Grande, espera-se poder fornecer elementos à compreensão desses mesmos eventos em outros ambientes da sociedade brasileira, ou seja, que a partir da interpretação dos dados coletados nesta cidade paraibana seja possível deduzir todo um pensamento ou toda uma prática geral que envolve a mesma temática, todavia em conteúdo mais amplo, como é o caso da relação política partidária e evangelismo

no Brasil de hoje, principalmente quando esta relação é mediada pela televisão, que dá ao espectador uma visão generalizante do discurso, forçando-o a admitir ou a projetar a imagem veiculada como uma verdade “quase inquestionável”.

## 1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

### 1.1. As origens

A visão política evangélica tem sua origem num ambiente histórico, cultural e doutrinário muito distante de nós. A Igreja Cristã surge de dentro da tradição judaica e, por isso, herdou dela sua história, doutrina e valores.

Flavio Josefo, o mais importante historiador judeu, relata que o povo de Israel, quando desejou um rei, foi pedi-lo ao profeta Samuel (que acumulava as funções de profeta, sacerdote, juiz e governador), como representante de Deus, a indicação do mesmo: “Como ele (Samuel) estava velho, lhe disseram, e demasiado difícil por sua idade cuidar das coisas como antes, lhe rogavam e pediam que nomeasse um rei para governar a nação e vingá-los dos filisteus.”<sup>12</sup> (Josefo, 1989:270)

Importante salientar que esta seria uma primeira aproximação entre as causas religiosas e as causas políticas, isto é, a indicação de um poder terreno a partir do suporte religioso – alguém indicado conforme o “desejo” divino – é um forte indicador de que mesmo em tempos remotos, conforme a tradição da narrativa bíblica, pensou-se, talvez inconscientemente, em estabelecer relações entre esses dois discursos, aqui tratados na metáfora do *púlpito* e do *palanque*, ou seja, entre as esferas religiosas e políticas.

Vemos aqui que o povo, mesmo desejando possuir um rei nos moldes das nações vizinhas, preocupa-se em não desagradar a divindade, procurando o sacerdote mais

---

<sup>12</sup> “Como él (Samuel) estaba viejo, le dijeron, e demasiado impedido por su edad para vigilar las cosas como antes, le rogaban y pedían que nombrara un rey para gobernar la nación y vengarlos de los filisteos.” Tradução livre de minha autoria. Todas as traduções ao longo desta dissertação são de minha autoria.

importante no momento – Samuel. Tal ação demonstra um sentimento de que, uma vez tendo o aval do representante de Deus, teria respectivamente a aprovação divina.

O povo de Israel, uma vez estabelecido na Palestina, sofria com a ausência de um líder capaz de aglutinar forças, de promover a coesão das tribos, de um instrumento de manutenção da ordem pela obediência à lei civil e religiosa dada por Moisés, o grande líder e libertador dos hebreus do domínio escravista do Egito. As tribos hebréias já haviam experimentado modelos, ou protótipos, de um rei na pessoa dos Juízes, que se levantaram, nos momentos de crise, em defesa da unidade. Bright (1985:227) afirma que

Fatores como estes (da existência de povos não hebreus – como os cananitas, filisteus, etc...) servem para explicar a impressão de extrema desunião que o Livro dos Juízes nos dá. E, com efeito, a não ser pelo poder espiritual com suas instituições peculiares (como os Levitas e seu sacerdócio), Israel teria tido dificuldades para manter-se unido.

Os Juízes israelitas, como Otoniel, Débora, Gideão, Jefté, e Sansão tiveram então como principal realização a idéia de unidade entre as doze tribos dos descendentes de Jacó. Bright (1985:229) reforça essa tese afirmando que

Todos eles (os juízes) parecem ter uma coisa em comum: eram homens que, apresentando-se em épocas de perigo, somente pela virtude de suas qualidades pessoais (carisma), que provavam a seu povo que possuíam o espírito de Iahweh (Jeová para alguns), reuniam as tribos contra o inimigo.

Vale ressaltar que, embora conste a figura de uma mulher na lista dos juízes de Israel, Débora, o texto ressalta sua submissão a Baraque. Este sim, numa consideração especial ao seu carisma e liderança, afirma que não iria à guerra se ela também não fosse. Embora a passagem bíblica permita destacar a importância de uma mulher como líder de Israel, embora momentaneamente, a leitura primeira que se pode inferir é a de que ela jamais se colocou à frente de um homem, a verdadeira autoridade, mas, no máximo, posicionou-se como auxiliadora idônea.

Encontramos também no livro dos Juízes uma referência clara ao desejo do povo de Israel por um rei. O texto de Juízes 8:22-23 relata:

“Então os homens de Israel disseram a Gideão: Domina sobre nós, assim tu, como teu filho, e o filho de teu filho; porquanto nos livraste da mão de Midiã. Gideão, porém, lhes respondeu: Nem eu dominarei sobre vós, nem meu filho, mas o Senhor sobre vós dominará”.

Abimeleque, filho de Gideão (Jerubaal) com uma de suas concubinas, aproveitou-se desse desejo do povo e, quando seu pai morreu, dirigiu-se aos líderes das tribos e buscou apoio político para tornar-se rei de Israel. Para ser o rei que seu pai não aceitou ser, foi a Siquém, aos irmãos de sua mãe, e falou-lhes, dizendo:

Falai, peço-vos, aos ouvidos de todos os cidadãos de Siquém: Que é melhor para vós? Que setenta homens, todos os filhos de Jerubaal, dominem sobre vós, ou que um só domine sobre vós? Lembrai-vos também de que sou vosso osso e vossa carne. Então os irmãos de sua mãe falaram todas essas palavras a respeito dele aos ouvidos de todos os cidadãos de Siquém; e o coração deles se inclinou a seguir Abimeleque; pois disseram: é nosso irmão. (Juízes 9:1-3) Havendo Abimeleque reinado três anos sobre Israel. (Juízes 9:22)

Porém, Israel ainda não estava preparado para ter um rei. Não era um desejo de todas as tribos submeterem-se a uma única pessoa e não havia ainda a intenção de criar um Estado. Prova disso é que Abimeleque jamais foi contado como rei de Israel pelo fato de ter-se imposto como tal e por não ter conseguido colocar todas as tribos debaixo de seu poder. Bright (1985:234) afirma que:

O caso de Abimeleque é totalmente atípico (...) até esse momento a idéia de uma monarquia era considerada como um anátema (maldição) para os verdadeiros israelitas. (...) Iaweh, o soberano de seu povo, governava-o e salvava-o através de seus representantes carismáticos. Assim teria continuado indefinidamente se não tivesse ocorrido a crise dos filisteus, que colocou Israel diante de uma emergência (...) que forçava uma mudança fundamental.

Diante dessa crise, as tribos israelitas se reúnem e pedem que o sacerdote Samuel lhes dê um rei. O escolhido foi Saul por, como afirma Bright (1985:243), “designação profética e por aclamação popular”, um homem alto e forte, bem ao estilo de um guerreiro ou de um super-herói moderno, que reinou em Israel por 40 anos. Mas, o relato bíblico

informa que Saul não correspondia teologicamente ao que se esperava e nem era de uma linhagem relevante, pois os benjamitas não eram bem-vistos pelas outras tribos por sua atitude de violência diante de problemas entre tribos vizinhas.

O segundo rei, Davi, a partir de quem a dinastia se estabeleceu, foi uma figura sempre vinculada a aprovação da autoridade religiosa. Mesmo com todas as crises em seu governo, inclusive no período em que seu filho Absalão lhe usurpou o trono, ele é o modelo de rei perfeito, e aprovado por Deus, para os israelitas. Ele é a principal figura de uma Teocracia representativa num chefe de Estado divinamente eleito e referendado pelas autoridades religiosas.

A indicação divina de uma potestade era algo tão forte e inquestionável em Israel que Davi consegue impor Salomão como rei, quebrando várias leis e valores. Salomão era um de seus filhos mais novos, era filho de sua oitava esposa e fruto de uma relação adúltera que provocou a morte de um filho seu.

O filho de Salomão, Roboão, foi o grande responsável pela rebelião de dez das doze tribos que compunham a nação. Por sua ganância tributária o povo se revoltou e seguiu Jeroboão. Essa divisão vai gerar dois grupos de povos: os judeus (união de duas tribos – Judá e Benjamin) e os Israelitas (união das dez tribos restantes: Gade, Zebulon, Naftali, Dã, Efraim, Manassés, Rúben, Simeão, Aser, Issacar). Mais tarde alguns destes Israelitas serão chamados de Samaritanos.

Israel como nação viveu um longo período sob o governo de reis que não tinham a aprovação de Deus, segundo a interpretação dos sacerdotes. A Bíblia reforça, porém, que o reino de Judá é mais fiel a Deus e, por isso, é impedido de ser atacado pelos Assírios e, embora fosse conquistado pela Babilônia, foi preservado, e até prosperou em terras babilônicas.

O relato bíblico narra uma personagem que assume elevado cargo no governo babilônico, Daniel. De acordo com o texto escriturístico, Daniel rejeitou “se contaminar” com a vida promíscua do palácio, tornando-se um exemplo de alguém que, embora participante do governo, não se deixava corromper por ele. E viveu com o seu povo um exílio em terras babilônicas, impedidos de constituir seus representantes, fossem religiosos ou políticos. Após esse exílio o povo judeu pôde retornar a sua terra e reconstruir seu lugar sagrado patrocinado pelos imperadores medo-persas Ciro e Dario. A nação de Israel, a partir de então, jamais teria uma dinastia novamente.

Em todo esse tempo, na “nova terra”, longe do espaço do exílio, o povo “escolhido por Deus” esteve envolvido na política nacional. Ser membro da nação de Israel implicava em, mesmo aceitando os desígnios soberanos de Iaveh, lutar por direitos individuais e coletivos. Todos os movimentos internos sugeriam que Teocracia não significava submissão incontestante ao governante.

## **1.2. O início do Cristianismo**

Cerca de 400 anos após o retorno dos judeus da Babilônia, através de Esdras e Neemias, surge a figura de Jesus de Nazaré apresentando-se como o Messias – o ungido, em hebraico, significado de valor sagrado na cultura de base judaico-cristã. Ele sintetizou na nação o desejo de um novo reino davídico (a partir da compreensão de que Davi fora o modelo de rei na cultura de que tratamos, principalmente por sua linhagem sagrada), como prometido nas Escrituras Sagradas. Mas, sua mensagem apontava para um reino espiritual e não físico, o que levou muitos a se desapontarem e não aceitarem suas propostas teológicas. A culminação dessa rejeição é a sua morte como um criminoso acusado de rebelião contra o Império Romano.



Como fruto do ministério de Jesus, e embasada em seus ensinamentos, surgiu a igreja cristã que, ao longo de seus primeiros 300 anos, foi perseguida pelas autoridades político-religiosas, como afirma Riolando Azzi (1964:11):<sup>13</sup> “caracterizam os três primeiros séculos da História do cristianismo as perseguições contra os cristãos”. Essas perseguições levaram-nos a se esconderem a ponto da sociedade da época dizer que eles pertenciam a uma “sociedade secreta”,<sup>14</sup> o que, fatalmente, impedia qualquer envolvimento mais sério no campo político de integrantes da mesma. Convém destacar que, no universo romano, qualquer tentativa de intervenção popular no campo da política era desmotivada. O Estado Romano era um espaço disponível apenas às elites, sem a abertura democrática que tinha sido promovida por sua grande influenciadora: a Grécia. Mesmo sendo considerada como berço da democracia, não se pode deixar de considerar o fato das *tirantias* e momentos de alta tensão na política grega e a condição de não participação na vida pública, destinada exclusivamente aos *patrícios*.

Embora alguns governantes tenham demonstrado certa afinidade com os ideais cristãos, como nos relatos bíblicos acerca das defesas do apóstolo Paulo diante de Felix, Festo e Agripa, onde eles afirmam não verem nenhum erro (no sentido de crime) em Paulo, isso não resultou em maior liberdade para estes nem em possíveis “alianças” tecidas entre o *estado* e a *igreja*.

Mesmo diante desse quadro opressor, o apóstolo Paulo apresenta uma posição dogmática acerca do relacionamento do cristão com a autoridade governante, num quase “manifesto” em favor da separação entre “as coisas políticas e as coisas sagradas”. Em carta aos Romanos, capítulo 13, ele afirma:

---

<sup>13</sup> Na introdução que faz à edição portuguesa de *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho.

<sup>14</sup> Plínio, o Jovem, governador romano na Bitínia em carta a Trajano, provavelmente em 96 d. C., de acordo com Bettenson, 1967:29.

Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não venha de Deus; e as que existem foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Porque os magistrados não são motivo de temor para os que fazem o bem, mas para os que fazem o mal. Queres tu, pois, não temer a autoridade? Faze o bem, e terás louvor dela; porquanto ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador em ira contra aquele que pratica o mal. Pelo que é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa da ira, mas também por causa da consciência. Por esta razão também pagais tributo; porque são ministros de Deus, para atenderem a isso mesmo. Dai a cada um o que lhe é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra.

Pode-se ver claramente esse dogmatismo com ênfase conservadora ao se observar que o contexto dos destinatários da carta era o de perseguição e martírio e, mesmo assim, Paulo afirma a necessidade de “submissão às autoridades”, acrescentando que elas foram “ordenadas por Deus” e são “ministros de Deus”, ou seja, o fato de haver, nessa relação de poder, submissão a um *sistema* ou discurso não implica a necessária vinculação do subordinado ao subordinador, até porque se essa relação fosse pensada, não haveria, em tese, hierarquia de discursos, mas tão somente “aparelhos ideológicos” que funcionavam em favor de um “bem comum”.

Paulo ainda, numa carta de orientação a Tito, “um discípulo seu que ele deixou como pastor na ilha de Creta” (Tenney, 1984:354), exorta a que este advertisse os cristãos locais quanto à postura deles em relação às autoridades, dizendo: “Adverte-lhes que estejam sujeitos aos governadores e autoridades, que sejam obedientes, e estejam preparados para toda boa obra, que a ninguém infamem, nem sejam contenciosos, mas moderados, mostrando toda a mansidão para com todos os homens”.

Como prova de que esse pensamento não era exclusivo de Paulo, outro escritor bíblico também trata desse tema nos mesmos moldes, o apóstolo Pedro. Em sua primeira carta, Pedro afirma:

Sujeitai-vos a toda autoridade humana por amor do Senhor, quer ao rei, como soberano, quer aos governadores, como por ele enviados para castigo dos

malfeitores, e para louvor dos que fazem o bem. Porque assim é a vontade de Deus, que, fazendo o bem, façais emudecer a ignorância dos homens insensatos, como livres, e não tendo a liberdade como capa da malícia, mas como servos de Deus. Honrai a todos. Amai aos irmãos. Temei a Deus. Honrai ao rei. (I Pedro 2:13-17)

Essa postura de submissão às autoridades solidificou-se na igreja cristã iniciante. Ainda que se percebam essas orientações de submissão como estratégia para reduzir a perseguição, elas foram, na verdade, interpretadas *ipsis literi* pelos cristãos, fazendo-os adotar uma postura de estranhamento entre os ofícios públicos e gerais da sociedade e os ofícios mais particulares da comunidade cristã, prática em que se via claramente a separação do sujeito político e do sujeito religioso.

A partir da “conversão”<sup>15</sup> do imperador Constantino, os cristãos passaram a gozar de regalias, como afirma Nichols (1981:43):

Constantino mostrou-se favorável ao cristianismo, fazendo ofertas valiosas para a construção de igrejas, manutenção do clero, isentando-o dos impostos. Afinal, entrou ativamente nos assuntos da Igreja. Por todo esse tempo não foi cristão professo, pois não recebeu batismo até pouco tempo antes de morrer. Ele não tornou o cristianismo a religião oficial do império. (...) Mas seu interesse e auxílio deram ao cristianismo uma posição de indiscutível prestígio.

E são essas regalias permitidas por Constantino que começaram a alterar a postura da igreja cristã, que a fizeram “abrir os olhos” para os benefícios de um envolvimento mais profundo com o poder político, gerando uma igreja que na era medieval tornou-se muito mais eletiva do que religiosa, chegando-se ao extremo da Igreja entronizar e destronar reis, num claro “renascimento do poder de Samuel”, como visto no caso da deposição de Henrique IV pelo Papa Gregório VII, em fevereiro de 1076:

A mim, como teu (do apóstolo Pedro) representante, foi entregue e a mim foi dado pela graça de Deus o poder de atar e desatar nos céus e na terra. Apoiando-me, portanto, nessa fé, para a honra e defesa da Igreja e em nome de Deus onipotente, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, pelo teu poder e autoridade, retiro do

<sup>15</sup> Alguns historiadores (RIBEIRO, 1998:12; NEGRÃO, 1988:27; NICHOLS, 1981:42) entendem que essa conversão foi, na verdade, uma estratégia política, pois Constantino não colocou o cristianismo como religião oficial do Império Romano, mas, ao proclamar o Edito de Milão, em 313, colocou-a apenas “em igualdade de condições com as demais religiões do império” (RIBEIRO, 1998:12). Uma atitude que insinua uma intenção política de unidade social.

rei Henrique, filho do imperador Henrique, o governo de todo o reino dos germanos e da Itália. Porque ele se levantou contra a tua Igreja (...) Liberto todos os cristãos do vínculo do juramento que fizeram em favor dele. Proíbo a qualquer pessoa lhe sirva como rei. (BETTENSON, 1967:146)

Inicia-se com esse ato de Gregório VII uma ligação entre Igreja e Estado, fato que causará danos irreparáveis ao testemunho da Igreja, tornando-se ela também alvo das críticas antes proferidas apenas à pessoa do rei. Além disso, essa atuação ambígua e dicotômica, não de nascimento, mas de escolha, gerou na sociedade igual descrédito a mensagem espiritual da Igreja, pois ela já não era mais transmitida de forma neutra: sua base de pensamento contaminava-se, por essa visão, de outros “arranjos discursivos”, isto é, questões políticas começaram a fazer parte das pautas religiosas, percebendo-se, nessa relação, grande interferência da política estatal no comando e destino da Igreja enquanto representante do “poder” cristão.

### **1.3. O Medievalismo**

Com a queda do Império Romano o único instrumento de poder com abrangência territorial significativa e com súditos fiéis era a Igreja Católica. No período medieval ela entendia que o rei era mero instrumento figurativo de apoio à Igreja. Querer o bem para seu reino era o mesmo que defender a Igreja. A situação geral da população envolvendo aspectos políticos e religiosos, então, nesse momento, se inverte, e, de certa forma, volta às suas origens, de forma que, se antes a “igreja” dos juízes e profetas *indicava* um representante “político” para atuar na área mais social, e posteriormente há uma busca recíproca de ambas as partes por uma “ligação”, agora é o poder religioso, a Igreja, que determina a situação política, o Estado, à medida que interfere no poder público, indicando, favorecendo: “O Papa é o Vigário de Cristo; a Igreja é Seu Reino. Os príncipes que buscam o bem supremo para seus súditos não podem, pois, fazer melhor coisa que servir de ajuda à

Igreja e ao Papa”. (cf. *Teología Dogmática*, tomo IV, pp. 435 y 452, por BAVINCK; KAMPEM, 1928, p. 21 *apud* JANSE, 1996 p. 21).<sup>16</sup>

A Igreja Católica Apostólica Romana entende que ela está acima dos poderes constituídos, porque ela os escolhe e os unge como símbolo de aprovação divina cujo poder é, nessa visão, dado a sua representante na terra. Dryer e Weller (1961:120 *apud* NEGRÃO, 1988) afirmam que:

Nenhum governo de qualquer país pode opor limites aos privilégios e à autoridade da Igreja; tal autoridade é inerente à própria Igreja e ela a exerce com o concurso do governo ou sem ele; se a autoridade da igreja entrar em conflito com a autoridade do governo, o governo secular deve se submeter à autoridade da Igreja; a Igreja exercerá sua autoridade no governo, direta e indiretamente.

Embora esse caminhar da Igreja no campo político tenha lhe trazido muito mais desgosto do que júbilo, poucos na sua história se levantaram contrários a esse envolvimento, numa clara demonstração de imbricamento ou de ambígua relação entre o “estado político” e o “estado religioso”.

Vale destacar que a Igreja Ortodoxa (Católica Oriental), desde a sua origem em 1054, sempre adotou um posicionamento político distinto, pois em sua teologia ela está abaixo dos poderes civis instituídos. Os ortodoxos entendem que o rei está acima do sacerdote. O poder reside na figura do governante secular e não no governante religioso. Ao sacerdote compete a intercessão a Deus e o cuidado espiritual do rebanho. A Igreja Ortodoxa procura se afastar dos temas políticos. Essa posição não mudou entre os ortodoxos medievais e os atuais: ainda que num espaço temporal diferente, essa manutenção do pensamento fica clara nas declarações feitas pelo patriarca da Igreja Ortodoxa, Bartolomeu I, em 2004, que mesmo distante quanto ao fator tempo, recupera na

---

<sup>16</sup> “El Papa es el Vicario de Cristo; la Iglesia es Su Reino. Los príncipes que buscan el bien supremo para sus súbditos no pueden, pues, hacer mejor cosa que servir de ayuda a la Iglesia y al Papa.”

atualidade uma prática “antiga”, através de uma fala em que denuncia uma espécie de apego a valores adotados em momentos históricos bem distantes de hoje:

Não, não partilhamos dessa opinião. As Igrejas ortodoxas do Oriente nunca buscaram o poder mundano e nunca apoiaram sua existência e sua vida nele. Elas lembram sempre o que Deus disse a Paulo: "Basta-te a minha graça, pois é na fraqueza que a força manifesta todo o seu poder" (2Cor 12,9). Lembram, além disso, o que Cristo disse a Pilatos: Ele não pediu a ajuda de doze exércitos de anjos para que o arrancassem de suas mãos. Além do mais, apesar dos esforços que algumas vezes são feitos para absorver as Igrejas no organismo estatal, (...) as Igrejas ortodoxas denunciaram o etnofiletismo<sup>17</sup> como heresia e conservaram o seu senso de unidade espiritual, malgrado a autocefalia administrativa que existe em muitas delas. (Fonte: *Revista 30 Dias* – ano XVIII, nº 1, janeiro de 2004)

Esse distanciamento político pode ser considerado como um dos motivos pelos quais a igreja ortodoxa foi sufocada pelos poderes absolutistas do islamismo e comunismo. Alguns podem argumentar que, ao contrário, foi essa postura que a permitiu sobreviver, contudo, se assim aconteceu, o preço pago pela sobrevivência foi alto demais, pois ela omitiu-se a toda forma de violência que o Estado islâmico ou comunista praticou contra as minorias, alvo de seu “ofício” ou objetivo de sua realização e existência na sociedade: acolher os mais “necessitados”, os “menores sociais” e conduzi-los a uma vitória espiritual.

#### **1.4. A Reforma Protestante**

A Reforma eclesiástica que deu origem aos chamados ‘protestantes’ foi, em princípio, um movimento de cunho doutrinário. Sua motivação era, como aponta Cavalcanti (2002:127), basicamente espiritual. Contudo, eventos paralelos tornaram-na também política. Isso se deve ao incontestado apoio da coroa germânica ao movimento iniciado pelo frei Martinho Lutero. O rei alemão estava cansado de dever favores e satisfações ao Vaticano e, como produto do nacionalismo emergente, apoiou Lutero e lhe garantiu proteção, rompendo com Roma. Nesse ímpeto nacionalista, Lutero escreveu uma das suas

---

<sup>17</sup> Entende-se por etnofiletismo a justificação teológica das ideologias nacionalistas. (cf. *Revista 30 Dias* – ano XVIII, nº 1, janeiro de 2004)

grandes obras: *A nobreza cristã da Alemanha* (1520). Discutindo esse momento, Cavalcanti (2002:126) afirma que:

a convergência entre a causa da Reforma e o nacionalismo dos países europeus concorreu para o grande apoio que Lutero recebeu da parte do povo e da elite alemã (...) Dentro do contexto da época, não tivesse Lutero o respaldo popular e o apoio de poderosas forças eletivas, teria sido derrotado, como acontecera com outros pré-reformadores, como Jan Huss, que mesmo munido de um salvo-conduto assinado pelo imperador, foi queimado vivo pelo Concílio de Constança.

Outro nome de grande importância na Reforma Protestante foi João Calvino. Sua visão – e ação – de eleição foi bem mais consistente do que a de Lutero. Carvajal (1999:213-247) diz que essa atitude se deve à formação jurídica de Calvino e que essa visão influenciou a sociedade ocidental:

Porém onde se sentirá com maior percepção a influência das idéias do calvinismo político será na formação das mais antigas e estáveis democracias modernas: Suíça, Holanda, Estados Unidos. Estes três sistemas políticos, paradigmas da democracia moderna, têm seus fundamentos diretos nos escritos do pensador protestante.<sup>18</sup>

Calvino transformou a cidade de Genebra num modelo de governo democrático e representativo que foi seguido por todas as nações ocidentais (salvo Cuba). Deve-se destacar que a adoção do sistema de eleições pelos calvinistas favoreceu a instauração de governos democráticos em muitos países ocidentais.

Nesse modelo, podemos ver Genebra tornar-se num misto de democracia e teocracia. A idéia subjacente nesta relação, não só para Genebra, mas para todos que defendem essa linha de atuação político-religiosa, é que "Deus é o Senhor, a Igreja deseja adorá-lo, e o Estado obriga a fazê-lo", como interpretou o historiador Seeberg (1967:394 *apud* NEVE, 1946, p. 46). Janse (1996:19) afirma que essa idéia ainda existe em muitos lugares e que "Muitos cristãos têm pensado que a total soberania de Cristo deveria voltar-

---

<sup>18</sup> "Pero donde se sentirá mayormente el influjo de las ideas del calvinismo político será en la formación de las más antiguas y estables democracias modernas: Suiza, Holanda, Estados Unidos. Estos tres sistemas políticos, paradigmas de la democracia moderna, tienen sus fundamentos directos en los escritos de lo pensador protestante."

se, também agora, a soberania absoluta da igreja sobre todos os povos da terra e sobre todas as autoridades.”<sup>19</sup>

Embora Calvino gozasse de inegável respeito em Genebra, ele não tinha qualquer acesso à máquina decisória do Consistório<sup>20</sup> que governava a cidade. Lopes (2003:12) pensa que:

Ele mesmo não podia votar e nem concorrer a qualquer cargo político eletivo. E mesmo quanto aos negócios da Igreja, Calvino quase não tinha qualquer poder decisório. A 25 de outubro de 1553 o Conselho municipal emitiu o decreto que condenava Miguel Serveto a ser queimado na estaca por heresia. De fato, foi Calvino quem o denunciou e quem pediu a pena de morte para ele, mas não foi Calvino que o condenou.

Como o Consistório de Genebra era formado por integrantes da Igreja Reformada, cujo pastor era Calvino, a supremacia do poder religioso sobre o civil era evidente, o que valeu a Genebra a denominação de "cidade-igreja". Utilizando-se desse poder que o conselho municipal lhe outorgava, em quatro anos, Calvino fez exilar de Genebra 76 descontentes e indicou 58 pessoas à execução, sendo todas homologadas pelo Consistório.

Contudo a história é testemunha de que a igreja, seja ela católica ou evangélica, quando esteve no poder, procurou mais utilizá-lo para fortalecer-se do que para servir, chegando a usá-lo para forçar a adesão à membresia eclesiástica. Sobre isso Janse (1996:30) diz que “A autoridade civil devia pilhar aos papistas, encarcerá-los e castigá-los, a serviço de Cristo. O juízo de Deus estava destinado a toda aquela casta anticristã e às autoridades civis que serviam a esta igreja.”<sup>21</sup> Era o que pregava, por exemplo, Melchor

---

<sup>19</sup> Muchos cristianos han pensado que la total soberanía de Cristo debía volverse, también ahora, soberanía absoluta de la iglesia sobre todos los pueblos de la tierra y sobre todas las autoridades

<sup>20</sup> O consistório – que em Genebra tinha caráter de conselho municipal – era formado por seis pastores e 12 anciãos. Tinha competência para punir infrações disciplinares ou passar a acusação para os tribunais civis.

<sup>21</sup> La autoridad civil debía atrapar a los papistas, encerrarlos y castigarlos, en servicio de Cristo. El juicio de Dios estaba destinado a toda aquella camarilla anticristiana y a las autoridades civiles que servían a esta iglesia.



Hoffman, pai do anabatismo<sup>22</sup> holandês.<sup>23</sup>

Os evangélicos não foram os únicos a questionarem a Igreja Católica Medieval, alguns movimentos surgiram paralelos à Reforma Protestante e permanecem até os dias atuais. A maior denominação eclesiástica surgida a partir desse movimento é a Igreja Batista. Os batistas, considerados pelos historiadores como integrantes do grupo paralelo à Reforma (cf. MENDONÇA, 1990, p. 18 e 42), por opção metodológica e por sua proximidade teológica de clara identificação reformada, serão considerados neste trabalho como protestantes históricos.

Os evangélicos são tradicionalmente vistos como agentes de modernidade e secularização, fruto de suas atuações na sociedade européia e das questões religiosas discutidas no Brasil no século XIX. Contudo, não se pode negar que os evangélicos quase sempre “se posicionaram com um sentimento de superioridade e de ruptura com a cultura brasileira” (SAYÃO, 1999:83), resultado de sua herança puritana e pietista (mais adiante será tratada a questão puritana) e do conceito de que “a cultura brasileira, por ser produto de uma sociedade católica, era um marco de atraso, pobreza, inferioridade social” (SAYÃO, *op. cit.*, p. 83) e impura.

Pode-se identificar as igrejas pentecostais e as neo-pentecostais como organizações surgidas a partir das igrejas reformadas, mas que não seguiram os mesmos pressupostos lançados pelos reformadores, adotando substanciais diferenças doutrinárias e posturais, e identificadas historicamente como evangélicas, que surgiram no Brasil na primeira década do século passado.

---

<sup>22</sup> O termo anabatismo quer dizer rebatismo. Os adeptos dessa corrente teológica afirmavam a necessidade do batismo de arrependimento, que seria possível somente na idade adulta, em oposição ao batismo de aliança, aplicado à criança, em resposta à fé dos pais e firmando uma aliança entre estes e Deus.

<sup>23</sup> cf. *Biblioteca Reformada Neerlandesa*, tomo V, págs. 127-314.

As igrejas pentecostais são comumente divididas em pentecostais clássicas e pentecostais de cura ou, como alguns historiadores têm chamado atualmente: primeira e segunda onda pentecostal. Para este estudo, por opção metodológica, não será considerada essa subdivisão, mas apenas o grupo maior, chamado simplesmente de igrejas pentecostais. As diferenças mais evidentes entre as igrejas evangélicas pentecostais e as evangélicas protestantes estão na ênfase que as pentecostais dão à contemporaneidade das manifestações do Espírito Santo,<sup>24</sup> tornando especialmente relevante o chamado “batismo com o Espírito Santo” com a evidência do “falar em línguas estranhas” (chamadas por eles de ‘língua dos anjos’).

As igrejas neo-pentecostais formam o que alguns chamam de terceira onda dos pentecostais. É o pentecostalismo triunfalista, de conquista. As igrejas e pastores integrantes desta linha denominacional e teológica diferem substancialmente tanto dos protestantes quanto dos pentecostais, embora sejam todos considerados como evangélicos. A ênfase doutrinária neo-pentecostal recai sobre a teologia da prosperidade e da confissão positiva,<sup>25</sup> numa teologia simplificada (todos os males têm origem nos demônios ou em pecados cometidos), no enfraquecimento do valor das línguas estranhas, numa pregação vetero-testamentária e pragmática, na visão triunfalista, e na obsessão pela vitória e num relacionamento clientelista com o fiel.

---

<sup>24</sup> Entende-se como manifestações do Espírito Santo a repetição dos eventos bíblicos ocorridos na vida da igreja primitiva e narrados especialmente no livro bíblico dos Atos dos Apóstolos, tais como curas, milagres, falar em línguas desconhecidas e a manifestações de dons especiais (estima-se cerca de 27 diferentes dons).

<sup>25</sup> A teologia da prosperidade surgiu nos Estados Unidos na década de 1940, tornou-se corpo de doutrina na década de 1970 e teve como seus maiores divulgadores T. L. Osborn e Kenneth Hagin. Está implícita nela a afirmação de que as igrejas dessa corrente pregam a Teologia da Prosperidade, pela qual o cristão está destinado à prosperidade terrena, possui um forte cunho de auto-ajuda e valorização do indivíduo, agregando crenças sobre cura, prosperidade e poder da fé através da confissão da "Palavra" em voz alta e "No Nome de Jesus" para recebimento das bênçãos almejadas; por meio da Confissão Positiva, o cristão compreende que tem direito a tudo de bom e de melhor que a vida pode oferecer: saúde perfeita, riqueza material, poder para subjugar Satanás, uma vida plena de felicidade e sem problemas. Em contrapartida, dele é esperado que não duvide minimamente do recebimento da bênção, pois isto acarretaria em sua perda, bem como o triunfo do Diabo.

O termo 'evangélico' é mais apropriadamente usado para identificar esses dois últimos grupos de igrejas: pentecostais e neo-pentecostais, embora reconhece-se que há uma confusão até mesmo entre aqueles que compõem as igrejas protestantes reformadas, pentecostais e neo-pentecostais acerca do assunto. Para eles, evangélico é um termo geral. Nesta pesquisa, atribui-se as definições históricas dos termos, como acima apresentado.

Numa reação à igreja evangélica e secularizada, surgem no século XVII os Puritanos. O Puritanismo foi um movimento não organizado que envolvia cristãos zelosos, metódicos, idealistas, realistas, cultos, íntegros, com experiência espiritual profunda, práticos, cheios de ideais de renovação para a igreja evangélica que envolvesse enriquecimento de conhecimento bíblico e ardor na devoção pessoal.

A ênfase puritana estava na piedade e ortodoxia, mas não excluía o engajamento político. Eles compunham a maioria do parlamento inglês que produziu a Confissão de Fé de Westminster – compêndio de doutrinas adotado pelas igrejas presbiterianas e congregacionais redigidas em 1646. Escreveram ainda, os catecismos reformados; a mais extensa biblioteca evangélica Teológico-Sacra-Devocional do mundo; lutaram pela liberdade de consciência e religião; forneceram fundamentos para as aspirações democráticas; foram os pioneiros do movimento missionário moderno que exportou as divisões eclesiásticas da Inglaterra para todo o mundo de língua inglesa.

Convém destacar que, no momento em que os reformados decidiram estabelecer confissões de fé, catecismos e uma biblioteca teológica, estabeleceram um pressuposto que os membros símplices das igrejas não eram capazes de exercer o livre exame das Escrituras, como proposto pelos reformadores Lutero, Calvino e Zwinglio. O Protestantismo produziu então um texto autoritarista denominado *confissão*, que é a interpretação da Bíblia para os fiéis e que induzem estes a declarar seu desejo de obediência aos mesmos, e os catecismos,

que eram a interpretação da confissão de fé, ou a sua apresentação em linguagem mais simples. O *magisterium* na Igreja Católica e as *confissões* nas Igrejas Evangélicas executam a mesma função: estabelecer uma leitura uniforme do texto. Confissões são documentos que, afirma-se, “contêm o sistema de doutrinas ensinado nas Sagradas Escrituras”. (ALVES, 1979, p. 111)

A conclusão de Alves é a de que “não há livre exame”, uma vez que “a interpretação correta já foi cristalizada num documento autoritativo” (1979, p. 112) e, em não havendo o livre exame das Escrituras, instituiu-se na coletividade evangélica o sentimento de dependência de um pastor para esclarecer o texto bíblico, gerando a oportunidade de dominação.

A forma como a Reforma Protestante aconteceu no Reino Unido favoreceu o estabelecimento de vínculos entre a Igreja Anglicana e o Estado e gerou uma interdependência de poderes entre o sagrado e o profano; assim, o poder secular não será mais profano, mas uma das forças operantes na sociedade. Na Inglaterra, a rainha é a cabeça da Igreja nacional (Anglicana), ela nomeia o arcebispo de Canterbury<sup>26</sup> – ele é o primaz da Inglaterra e ponto de união da Comunhão Anglicana – e simboliza, para a comunhão Anglicana, o mesmo que Roma para o Catolicismo. Os puritanos lideravam o parlamento britânico e concordaram com essas proposições.

Os puritanos romperam com a mera religiosidade professada e fizeram a maior tentativa que se tem conhecimento, no mundo de língua inglesa, de moldar suas vidas de acordo com a instrução bíblica. Com o puritanismo o povo viu, admirado, a grande espiritualização dos lares da Inglaterra.

---

<sup>26</sup> Hoje, é o Primeiro Ministro inglês quem indica o Primaz, nome confirmado pela Rainha (Chefe da Igreja) e depois entronizado na Catedral de Canterbury. Lá também está crescendo a tendência a separar a Igreja do Estado.

Mesmo com a ênfase espiritualista, os puritanos jamais se afastaram das responsabilidades sociais relativas ao cidadão; pelo contrário, a incentivavam e proclamavam santidade nessas relações. Foi deles, dos puritanos, que partiu o grito de guerra do Parlamento Inglês contra o rei Carlos I, durante a guerra civil de 1645-49, como também foram eles os aliados, reunidos pela liderança de Oliver Cromwell (ditador morto em 1658), quem colocaram o rei nas barras do tribunal, acusado de tirania, traição e assassinato, para julgá-lo, condená-lo à morte e decapitá-lo, em 30 de janeiro de 1649.

Não havendo uma uniformidade de entendimento sobre alguns aspectos, especialmente no que diz respeito ao envolvimento desses com o aspecto político, os puritanos não possuíam uma divergência acentuada sobre política e os processos eletivos na igreja. Sobre essa questão, Lopes<sup>27</sup> afirma que:

As confissões produzidas por puritanos e continentais têm diferenças meramente de ênfase, liturgia, política e atitude para com governo e Estado. Os calvinistas puritanos escreveram a Confissão de Fé de Westminster e os continentais outras Confissões, como os Cânones de Dort, o Catecismo de Heildeberg e a Segunda Confissão Helvética. Entretanto, não há diferença substancial entre elas.

Os puritanos quando partem para estabelecer-se no Novo Mundo – a América do Norte –, o faz no ideal de implantar uma sociedade puritana. Numa estratégia motivacional, eles são apresentados como os plantadores da “Nova Jerusalém, local onde os perseguidos da Terra, escapando do ‘cativeiro do Egito’, poderiam vir a encontrar abrigo e segurança, refundando a Cidade Santa num outro lugar, preparando-a para o Segundo Advento de Cristo”.<sup>28</sup> Ortega e Medina (1989:55) dizem, acerca disso, que “Os puritanos que desembarcam em Massachusetts em 1626 criam que estavam estabelecendo o ‘Novo Israel’

---

<sup>27</sup> Augustus Nicodemus Lopes, em artigo publicado no *Jornal O Brasil Presbiteriano*, em 19 de maio de 2004, com o título: Confessionalidade: Lato ou Estrito Senso? Uma reflexão sobre a Confessionalidade dentro da Igreja Presbiteriana do Brasil

<sup>28</sup> Artigo Puritanos contra a monarquia de Voltaire, Schilling, Publicado no site <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/mundo.htm>, extraído em 22/03/2006 às 23:00h.

na América. Esta idéia se enraizou na imaginação norte-americana”.<sup>29</sup>

É muito difícil estabelecer o exato momento em que a igreja evangélica decidiu afastar-se da eleição político-partidária, contudo é inegável que isso parece ser mais localizado no Brasil do que em outros países, e a explicação mais provável para isso ter ocorrido aqui é que o afastamento da igreja dos processos eletivos, como se afastando da vida político-partidária nacional, deveu-se ao ambiente encontrado pelos primeiros missionários evangélicos no Brasil e ao contexto gerador da aprovação de entrada destes em nosso país.

### 1.5. No Brasil

O Brasil teve sua colonização “abençoada” pela Igreja Católica desde antes da saída de Pedro Álvares Cabral de Portugal até a conquista triunfante da “Ilha de Vera Cruz”. Acerca deste desse dado histórico, César (2000:19) diz que:

Na véspera da partida da armada de Cabral, dia 8 de março de 1500, domingo, na capela da Ermita de São Jerônimo, à margem do rio Tejo, em Lisboa, houve uma cerimônia religiosa, na qual o bispo Diogo Ortiz benzeu a bandeira da Ordem de Cristo, passando-a em seguida para Dom Manuel I e este para Pedro Álvares Cabral. Estavam presentes a corte, os banqueiros que financiariam grande parte do empreendimento e os capitães da frota.<sup>30</sup>

Com a missa rezada no domingo de Páscoa, 26 de abril de 1500 por frei Henrique Soares Coimbra, quando, segundo Hoonart (1983:35), “afincaram a Cruz no chão macio de um banco de areia em Porto Seguro”, o Brasil iniciou sua jornada sob a bandeira do cristianismo Católico Romano e, depois disso, a inter-relação igreja-estado (diga-se catolicismo-governo brasileiro) demorou muito para se desfazer.

<sup>29</sup> Los puritanos que desembarcaron en Massachusetts en 1626 creían que estaban estableciendo la ‘Nueva Israel’ en América. Esta idea se enraizó en la imaginación norteamericana

<sup>30</sup> Segundo César (2000:21), “o capitão-mor da armada de dez naus e três caravelas, que transportava para a Índia cerca de 1350 homens era cavaleiro da Ordem de Cristo. (...) Ordem militar e religiosa fundada e instituída pelo papa João XXII (...) foi esta ordem que financiou, com os tesouros da Ordem dos Templários, extinta em 1311, a expansão marítima portuguesa no final do século XV.”

A interdependência da Igreja e do Estado português transparece claramente na declaração do rei Dom João III, filho de Manuel I, quando, por volta de 1549, confessou a Tomé de Sousa, primeiro governador do Brasil, que “a principal coisa que o moveu a povoar as terras descobertas era para que a gente delas se convertesse à nossa santa fé católica” (VAINFAS, 1997:26).

A luta por uma abertura religiosa provocou “desentendimento” em ambos os lados. Católicos e governistas digladiaram-se por muitos anos por um poder que lhes fugia “por entre os dedos”. Deixar de ser católico feria a unidade nacional. Freyre (*in* PEREIRA, 1982:11) os chama de “desbrasileirados, desnacionalizados”, e enaltece Dom Vital, bispo de Olinda, por “enfrentar com a maior bravura o liberalismo anti-religioso, anti-católico e, sem o querer, antibrasileiro”. Para Pereira (1982:20), o debate por uma liberdade religiosa, chamado, na época, de “Questão Religiosa”, era:

Sempre doutrinária, mas não deixava de ser também política. Tudo se misturava nessa questão - os interesses religiosos e os partidários, as idéias morais e os princípios filosóficos. E dum choque entre a Maçonaria e Dom Vital alongou-se em crise entre a Igreja e o Estado, criando um problema sério de jurisdição: até onde chegava o espiritual e até onde o temporal podia valer-se de suas prerrogativas para tutelar os bispos, tornando-os funcionários públicos. (...) era o momento de dizer ao Estado, ao Regalismo, até onde iam os seus atributos legais. Era o momento de mostrar que o artigo 5º da Constituição do Império não passava, na prática, dum artifício que trazia consigo o legado do Direito Português com a suposta proteção da Igreja pelo Estado - proteção falsa na execução dos direitos específicos, pois que era opressão e tutela.<sup>31</sup>

Sousa (1867 *in* PEREIRA, 1982:27), posicionando-se contrário à proposta de alteração da Constituição para a retirada do catolicismo como religião oficial e liberação do culto para outras expressões religiosas, assim se expressa:

---

<sup>31</sup> Para um maior aprofundamento do tema vale a pena consultar as obras de PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre Igreja e Estado*, Recife: Ed. Massangana, 333 p.; *Igreja e Estado – Relações difíceis* - Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Recife, 1982; *Dom Vital e Questão Religiosa*. Imprensa Universitária, 1966; *O fator religioso na história brasileira* - Edição do Arquivo Estadual de Pernambuco, Recife, 1956; *O espírito religioso do Nordeste* - Separata do Conselho do Desenvolvimento de Pernambuco, Recife, 1970; *A Questão religiosa como questão jurídica* - Edição da Faculdade de Direito de Caruaru, 1973; e ainda o texto de SOUSA, Soriano. *A religião do estado e a liberdade de cultos*. Recife: Tipografia Esperança, 1867.

O Brasil é um país substancialmente Católico (...) sem embargos dessa feliz disposição, o Brasil está sendo ameaçado em suas crenças tradicionais, e já avista uma temperatura religiosa, presságio certo de iminentes perigos sobre a unidade de suas crenças e profissão pública e exclusiva de sua fé Católica.

Esse “conflito” ideológico perdurou por décadas, mas foi paulatinamente sendo aberta a porta à entrada de outras formas de cristianismo, mais precisamente, dos evangélicos. Primeiro, pelos imigrantes europeus que trouxeram sua religião e tiveram permissão de a praticarem. Posteriormente, começaram a chegar ao Brasil missionários americanos e europeus que para cá se dirigiram com a intenção declarada de “evangelizar” o povo brasileiro, com o claro apoio da maçonaria. Essa postura diferenciada favoreceu a ala progressista dos políticos que pretendia um Estado secularizado.

Ao longo de 350 anos o Brasil foi adepto – ao menos oficialmente – de uma única expressão religiosa, o catolicismo. Com a proposta de promulgar uma constituição mais liberal foi publicada em 1891 a primeira constituição republicana do Brasil que, em seu artigo 5º ensaia um liberalismo religioso, porém sem descontentar a Igreja Católica, o texto do artigo diz que “A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião oficial. Todas as demais serão admitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas destinadas a esse fim, que não possuam forma exterior de templos”. (LEONARD, 2002:54)

Com isso, embora permitindo aos evangélicos o direito de reunião e culto, deveriam fazê-lo em locais com aparência exterior de residências. Não resta dúvida de que essa política constitui um avanço quanto à prática religiosa professada no Brasil, porém o avanço é ainda tímido, pois demonstrava que ainda havia um certo temor diante da força política da Igreja Católica, constituída como “promotora” oficial do culto culturalmente herdado como único, mesmo em meio à diversidade de pensamento religioso que havia se instaurado com a visão liberalista no final do século XIX em contexto de Brasil.



A primeira Constituição brasileira com caráter realmente liberal, inclusive no aspecto religioso, é a de 1891. A constituição de 1934 repete o princípio da anterior acerca da liberdade de culto e expressão religiosa em diversos artigos. Para efeito de exemplificação, destaca-se o artigo 113 e seus sub-itens, relacionados a religião no Brasil:

Art 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

1) Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, *crenças religiosas* ou idéias políticas. (...)

4) Por motivo de convicções filosófica, políticas ou *religiosas*, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo o caso do art. 111, letra *b*.

5) É inviolável a liberdade de consciência e de *crença* e garantido o livre exercício dos *cultos religiosos*, desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costumes. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica nos termos da lei civil.

6) Sempre que solicitada, será permitida a assistência *religiosa* nas expedições militares, nos hospitais, nas penitenciárias e em outros estabelecimentos oficiais, sem ônus para os cofres públicos, nem constrangimento ou coação dos assistidos. Nas expedições militares a assistência *religiosa* só poderá ser exercida por sacerdotes brasileiros natos.

7) Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, sendo livre a todos os *cultos religiosos* a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes. As *associações religiosas* poderão manter cemitérios particulares, sujeitos, porém, à fiscalização das autoridades competentes. É lhes proibida a recusa de sepultura onde não houver cemitério secular. (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil - de 16 de julho de 1934)

Mesmo que antes desta Constituição não fosse permitido aos evangélicos um edifício com características de templo, há uma primeira menção de um local de culto evangélico em forma de templo em Americano (1957:137). Ele faz uma revisão da história da cidade de São Paulo entre os anos de 1895 e 1915. Americano cita a “Igreja dos Protestantes, na Rua Couto de Magalhães”, apresentando, inclusive, um desenho da mesma como uma capela simples, mas com fachada de templo religioso. Talvez fosse o caso de, com a apresentação dessa até então exceção, averiguar-se até que ponto houve tensão entre o que *era permitido por lei* – aquilo que é de direito – e o que era prática consolidada entre comunidades – aquilo que era de fato, porque pode-se pensar na hipótese de que o pensamento liberal eram mais amplo no que dizia respeito às experiências da realidade aparente e não em relação ao que estava *inscrito* na lei.

Os evangélicos citados na Constituição brasileira em sentido genérico, junto com as demais expressões religiosas não-católicas, foram, quando não desmotivados, perseguidos. Rocha (1941:95) afirma que:

O ministro dos Negócios Estrangeiros (que era então Silva Paranhos, Visconde de Rio Branco) informou ao médico escocês<sup>32</sup>, por intermédio do encarregado dos negócios ingleses, que a “tolerância religiosa garantida pela Constituição Brasileira não é tão plena que admitia a propaganda de doutrinas contrárias à religião do Estado”. Convidado a deter sua propaganda ou retirar-se de Petrópolis, Kalley obteve dos três maiores juristas da época – Joaquim Nabuco, Urbano Pessoa de Melo e Caetano Alberto Soares – um parecer provando que ele não havia violado as leis brasileiras.

As perseguições aconteceram por todo o Brasil, não apenas no Rio de Janeiro. Conforme o texto citado, a provável causa da perseguição dizia respeito ao pensamento religioso que não estava circunscrito ao *apenas religioso*: além desses limites, o discurso deveria vincular conteúdo secular, principalmente àqueles contrários à posição política da gestão que requeria *fidelidade* aos princípios do Estado. Caso fosse percebida a relação discurso religioso e discurso político em uma dada comunidade evangélica, a perseguição seria certa. Embora deva-se reconhecer que havia a prática de perseguição como prevenção ao discurso político. Nesse sentido, Every-Clayton (1998:26) transcreve a ata de organização da Igreja Evangélica Pernambucana, em que há relato de uma dessas *ordens de perseguição*:

Na noite de 14 de março de 1873 foram interrompidos (os ajuntamentos) pelo sub-delegado de polícia, que entrando na sala com alguns praças, dispersou os assistentes, e com palavras ultrajantes mandou suspender os ajuntamentos. Um apelo às autoridades competentes (inclusive ao Governador do Estado) não foi atendido e o salão permaneceu fechado até 21 de outubro de 1873.

Leonard (2002:123-124) relata violências, agressões, mobilizações públicas contra os evangélicos e seus locais de reunião, e a polícia presente junto aos agressores. As principais perseguições ocorridas no Nordeste foram em 1882, 1884 e 1895. Dom Vital,

---

<sup>32</sup> Dr Robert Kalley (1809-1888), missionário fundador da Igreja Evangélica Fluminense em 11 de junho de 1858, primeira comunidade protestante do Brasil (cf. LEONARD, 2002:57).

quando ainda frei Celestino de Padovali, empenhou ferrenhos debates nos jornais de Recife, fundou uma “liga contra os Protestantes” e queimou bíblias em público.

Contudo, a maioria das perseguições contra os evangélicos era motivada muito mais por um aspecto político do que religioso, conforme se disse anteriormente. Não era a não-aceitação da diversidade de cultos em solo brasileiro, mas a possibilidade de, nos ajuntamentos evangélicos, haver junção de discursos religiosos com discursos político-partidários – como se não os houvesse nos ajuntamentos católicos -, isto é, uma dada comunidade evangélica querer propalar um discurso político que contrariasse a política vigente, usando para tanto o espaço e o sentido do sagrado para tal atividade. Leonard (*op.cit.*) afirma que:

Nessas regiões houve o choque de elementos (...) aos quais se aliaram personagens políticas transformando as discussões religiosas, muitas vezes, em lutas políticas. (...) O protestantismo havia sido, no campo da política, um tema de discussões teóricas entre o partido católico e os liberais.

Essas questões políticas encontravam fortes batalhas nas discussões sobre a inelegibilidade dos evangélicos. Carolina Nabuco (1928:66) cita o discurso de seu pai, o liberal Joaquim Nabuco, em oposição ao partido católico, em fevereiro de 1879: “em matéria religiosa, o direito de um só homem é tão perfeito e completo como o direito de todos”.

Vale destacar que Joaquim Nabuco, enquanto ainda estudante de Direito, participara da organização de uma sociedade para estudar os preceitos da religião católica e lutar em sustentação deles contra os evangélicos. Em discurso próprio, em uma conferência no Valle dos Benedictinos (*apud* LESSA, 1938:66), lê-se:

Sim, senhores, é preciso que me confesse desse pecado dos meus dezeseite annos. Estudava eu no terceiro anno da Faculdade de Direito, quando tornei-me de repente o campeão da igreja contra os protestantes. Um collega, ardente em seu zelo religioso, convidou-me um dia para uma associação cujo fim era discutir com os pastores protestantes de São Paulo. (...) esse facto me valeu menção honrosa

nos jornaes clericas. (...) desde então, senhores, eu abomino a intolerância com o ódio do remorso e dessa falta venho hoje fazer penitência.

Essa aproximação com os liberais, numa óbvia oposição ao partido católico, fez com que os evangélicos, em diversos lugares, se tornassem em uma força política. Leonard (2002:126) cita o caso do Piauí, onde os Nogueira Paranaguá, liberais de “primeira linha”, tornaram-se defensores do protestantismo “com todas as suas forças”.

Por tudo isso, temos de concordar com Queiroz (1976:161), quando diz que “no Brasil, e desde os primórdios da colonização, religião é notícia”. Mais adiante nos reportaremos às diversas notícias veiculadas pela mídia impressa acerca do muito próximo relacionamento entre a religião e o Estado.

A única *religião* que co-existiu neste contexto foi a maçonaria e essa coexistência não foi muito pacífica. Embora pareça haver um pensamento comum de que a maçonaria não seja uma religião, por opção metodológica se está considerando, neste trabalho, a maçonaria como tal, em atenção aos documentos oficiais de diversas Lojas Maçônicas brasileiras.<sup>33</sup> É evidente que o termo religião implica muito mais do que simplesmente manutenção de certos cultos, em favor de uma divindade, com um contingente adepto do pensamento em questão. Parte dos historiadores das religiões não aponta a maçonaria como um *sistema* que, por suas limitações quanto às origens, obrigatoriedade de certos ritos, livro (s) sagrado (s) e divindade, por exemplo, não chegaria a constituir uma *religião*, mas,

---

<sup>33</sup> Diversas publicações maçônicas oficiais há mais de 100 anos declaram ser a Maçonaria uma religião. O Manual do Mestre Maçon da Grande Loja de Santa Catarina, redigido pelo Ir. Manoel Gomes, registra, em sua página 65, que a Maçonaria “é, pois, um sistema e uma escola não só de moral, como de filosofia social e espiritual (...) Praticando o bem sobre o plano físico e moral, a Maçonaria é uma verdadeira religião.” O site oficial ([www.maçonaria.org](http://www.maçonaria.org)) informa que “a Maçonaria tem caráter religioso” e “é um sistema de ética e de moral, fundamentado em sólida filosofia social e espiritual (...) e de reverência para com o Ser Supremo (...) é um corpo de doutrina (...) que fundamenta o espírito religioso da maioria das crenças da humanidade (...) e que sedimenta-se no Templo, local sagrado e na ritualística que preside os trabalhos.” Pike (1950:213), maçom integrante do Supremo Concílio do 33º grau e Grande Comandante da Maçonaria norte-americana de 1859-1891, diz: “Toda loja maçônica é um templo religioso e seus ensinamentos são instruções religiosas (...) é a religião universal, eterna e imutável.” E acrescenta: “A maçonaria não propaga nenhum credo, exceto o seu próprio, o mais simples e sublime: a religião universal ensinada pela natureza e pela razão.” Para maiores informações sobre a Maçonaria como sendo uma religião consultar: Coil, 1961:51; Mackey, 1966:618

eufemisticamente, tão somente uma espécie de *ramo* religioso. Porém, outros historiadores, inclusive alguns profundos conhecedores da maçonaria, consideram-na como religião. Sabedores deste e de tantos outros fatos, optamos por, a partir dos próprios registros da maçonaria, interpretá-la à luz de uma religião.

Quando a Igreja Católica tornou-se obstáculo a alguns ideais maçônicos, liberais e republicanos, a estratégia adotada para enfraquecer seu poder político foi permitir a entrada de grupos evangélicos que, historicamente, estavam ligados a uma maior liberdade.

As principais igrejas evangélicas no Brasil tiveram sua organização no país no período final do século XIX e início do século XX. Conforme Lessa (1938:12):

os primeiros a chegar foram os Metodistas com o missionário Foutain Pitts em 1835, embora tenha sido o Rev. J. Spaulding quem tenha organizado a primeira Igreja Metodista no Rio de Janeiro em 1836. Os Congregacionais chegaram com o casal escocês Robert e Sarah Kalley em 1855. Logo a seguir chegaram os presbiterianos com o missionário americano Asbell Green Simonton em 1859 que organizou a primeira Igreja Presbiteriana no Rio de Janeiro em 1862.

Os Batistas chegaram em 1871 com imigrantes americanos que fundaram as duas primeiras igrejas no Brasil em Santa Bárbara do Oeste (1871 e 1879) e em 1882 a Primeira Igreja Batista, em Salvador. (OLIVEIRA, 2005:20)

Algumas igrejas batistas que, oficialmente, se consideram pentecostais serão, nesta pesquisa, analisadas juntamente com as igrejas reformadas e históricas porque perderam a ênfase avivamentalista e passaram a adotar uma postura comportamental semelhante às igrejas de que são facção. O mesmo acontece com algumas presbiterianas. Devido a isso, algumas análises poderão usar referenciais diferenciados dos costumeiramente adotados para a identificação das linhas teológicas. Como a abordagem deste trabalho não é teológica, tal metodologia em nada prejudica a compreensão do tema e a sua devida conclusão.

O avanço evangélico rumo ao Nordeste teve seu início com os presbiterianos em 1872, na Bahia; em 1878, em João Pessoa e Recife; em 1885, em Mossoró; em 1896 em Natal, com os Batistas; em 1882, em Salvador e com os congregacionais em 1920, em Campina Grande.

Por opção metodológica, está se desconsiderando o período de domínio holandês no Nordeste ou francês no Rio de Janeiro como de presença evangélica no Brasil pela característica invasora com que esses eventos se apresentaram na história brasileira. E porque, devido a sua expulsão após curto período de tempo, não houve continuidade de pensamentos, ideais e conceitos doutrinários.<sup>34</sup> Embora alguém possa argumentar que permaneceu em terra brasileira alguma fagulha do pensamento holandês, esse assertiva carece de um estudo à parte. Outras questões relevantes sobre os evangélicos no Brasil serão devidamente tratadas no capítulo da caminhada histórica em Campina Grande.

Percebe-se, então, que esse contexto de perseguição promovido não apenas por uma instituição religiosa que se sentia ameaçada com a presença evangélica, mas também por muitos componentes dos poderes municipais, estaduais e federais constituídos, levou os integrantes das igrejas evangélicas a um sentimento de desprezo para com a vida eleitoral e de interpretação da política partidária como congregando infieis e impuros, promovendo o distanciamento dos seus membros das eleições em todas as instâncias governamentais. Embora, em muitos momentos, encontre-se um político com identificação evangélica exercendo um cargo público eletivo, tal fato apresenta-se como caso isolado no Brasil até a década de 1980.

---

<sup>34</sup> Embora deva-se reconhecer recentes estudos que têm apontado o contrário, torna-se difícil uma análise que comprove de forma determinante que alguns pensamentos evangélicos solidificaram-se em terras brasileiras a partir unicamente e/ou principalmente da presença francesa no Rio de Janeiro e Maranhão ou holandesa no nordeste e não levando-se em conta a influência liberal européia e americana, sendo esta de origem evangélica. Por carecer de uma análise muito pormenorizada, optou-se por seguir uma metodologia de influência relevante e comprovada historicamente.

## 1.6. Em Campina Grande

A caminhada da igreja evangélica em Campina Grande é recente. No início do Século XX os congregacionais chegaram à cidade e estabeleceram a que foi, por muito tempo, a maior igreja cristã do interior do Nordeste, a Igreja Congregacional Central de Campina Grande. O Historiador Silva Filho (2005:123), acerca desse dado, registra o seguinte: “15 de novembro de 1920 – inauguração do primeiro templo evangélico na Rua do Açude Novo (atual 13 de maio), que já contava 30 membros. João Canto, presbítero, Eulálio Eliazar, diácono”. Logo outros chegaram e se estabeleceram, contudo, somente no final desse século – referimo-nos ao século XX – foi que os evangélicos passaram a ter um crescimento superior ao crescimento populacional.

As igrejas originárias da Reforma Protestante e que têm representação em Campina Grande são: Presbiteriana do Brasil (seus principais templos estão assentados nos bairros São José, Malvinas, Dinamérica, Monte Santo e Liberdade), Presbiteriana Independente<sup>35</sup> (José Pinheiro), Metodista (Santo Antonio e Malvinas), Luterana (Bela Vista), União Congregacional (Centro, Centenário, Malvinas e Liberdade), Aliança Congregacional<sup>36</sup> (Centro, Catolé, Centenário, Ligeiro, Alto Branco, José Pinheiro, Malvinas e Santa Rosa).

As Igrejas Batistas estão organizadas em várias convenções que guardam entre si divergências históricas e doutrinárias. É possível encontrar em Campina Grande as Igrejas

---

<sup>35</sup> A Igreja Presbiteriana Independente separou-se da Igreja Presbiteriana do Brasil em 31/07/1903 por discordâncias quanto à interferência dos *boards* missionários (de Nashville e Nova York) na gestão dos negócios da igreja no Brasil, pela dificuldade imposta pelos *boards* à instalação de um seminário teológico no Brasil e por não aceitarem a profissão de fé maçônica para um cristão. Por manter o mesmo corpo doutrinário, forma de governo e ritualística, mantêm-se como igreja reformada.

<sup>36</sup> A Aliança Congregacional surgiu em 10 de agosto de 1967, com um grupo de Pastores que foi excluído da União de Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil por questões de natureza teológica (Batismo com o Espírito Santo, considerado uma segunda bênção e as manifestações carismáticas dos dons espirituais). Por manter o mesmo corpo doutrinário, acrescido apenas de uma pneumatologia (doutrina do Espírito Santo) mais detalhada - forma de governo e ritualística, mantêm-se também como igreja reformada.

Batistas da Convenção Batista Brasileira, que é a mais antiga, organizada em 1907 (com templos no Centro da cidade e nos bairros Malvinas, Cruzeiro, Santo Antonio, Bodocongó, Catolé e Jeremias), da Convenção Nacional (com templos nas Malvinas, Bodocongó e Catolé),<sup>37</sup> da Convenção Independente (com templos em José Pinheiro, Malvinas e Bodocongó),<sup>38</sup> da Comunhão Batista Bíblica Fundamentalista (com templo na Prata e Palmeira).<sup>39</sup>

As igrejas de linha pentecostal encontradas em Campina Grande são: Igreja Ação Evangélica (possui templos no Catolé e Presidente Médici), Igreja de Deus (Centenário e Malvinas), Avivamento Bíblico (Santo Antonio), Igreja do Nazareno (Malvinas), Assembléia de Deus (seus maiores templos estão nos bairros Prata, Santo Antonio, Malvinas II, Severino Cabral e Liberdade), Congregação Cristã no Brasil (Monte Santo e Bodocongó). Parte dos pentecostais é chamada de evangélicos em virtude de serem igrejas pentecostais e fundamentalistas ao mesmo tempo, oriundas principalmente dos Estados Unidos na metade do século XX como as Igrejas Evangelho Quadrangular (José Pinheiro e Santa Rosa), Pentecostal de Nova Vida (Catolé), O Brasil Para Cristo<sup>40</sup> (com templos na Bela Vista, Severino Cabral e Pedregal) e Deus é amor (Catolé).

Entre as Igrejas neo-pentecostais, oriundas de movimentos avivalistas mais recentes, surgidos a partir do final da década de 1970, constituída em sua maioria por ex-

---

<sup>37</sup> A Convenção da Igreja Batista Nacional surgiu a partir da exclusão, pela Convenção Batista Brasileira, de cerca de 32 igrejas de seu rol em janeiro de 1965, devido a 'renovação carismática' ocorrida e defendida por elas. A Convenção foi oficializada apenas em 1967.

<sup>38</sup> Os Batistas Independentes são originários da Missão de Örebro-Suécia. Esta missão de origem Batista aceita o movimento pentecostal e também dá abertura para o ministério feminino.

<sup>39</sup> A Comunhão Batista Bíblica Nacional foi fundada em 01 de dezembro de 1973, a partir de igrejas que se desligaram de suas convenções por não aceitar o liberalismo teológico.

<sup>40</sup> Fato relevante é que a Igreja O Brasil Para Cristo foi a primeira igreja exclusivamente nacional, fundada pelo 'missionário' Manoel de Melo em 1956. Em sua fase pré-institucional chamou-se Movimento de Avivamento Espiritual no Brasil e Igreja de Jesus Betel.



pentecostais<sup>41</sup> que buscam uma postura mais ousada e também mais mística, como a Igreja Universal do Reino de Deus (com templos no Centro, Santa Rosa, Malvinas, Dinamérica, Severino Cabral, Monte Santo, Liberdade e Alto Branco), Internacional da Graça de Deus (com templo no Centro), Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (com templo no Alto Branco) e Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (com templo no Centro).

Ao longo de cerca de 90 anos de evangelismo na cidade, pouco se notou presença evangélica no meio político campinense. Embora não se tenha notícias de políticos evangélicos na cidade até a década de 1990, isso pode apenas representar que eles não eram candidatos oficiais de suas igrejas ou que não julgavam relevante utilizar-se dessa identificação, a de evangélico, para poder pleitear cargo político.

Qualquer observador perceberá que os evangélicos estão divididos em ramificações eclesiásticas, ideológicas e doutrinárias.<sup>42</sup> As principais igrejas evangélicas estão inseridas em ramificações geralmente identificadas como históricas, pentecostais históricas, ou simplesmente, pentecostais, as evangelicais e as neo-pentecostais, diferenças estas já abordadas anteriormente.

A partir da década de 1980 pôde-se perceber um crescente número de políticos eleitos oriundos do meio evangélico em consequência de um aumento no número de evangélicos candidatos a cargos eletivos. Mesmo tendo poucos deputados federais evangélicos eleitos, essa década vai redimensionar o campo político devido a maior presença evangélica entre os políticos eleitos.

São notórias as transformações ocorridas na cultura das eleições brasileiras nas últimas décadas com a participação dos evangélicos, ocasionando a formação de uma nova

---

<sup>41</sup> O Bispo Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, é originário da Igreja Pentecostal de Nova Vida.

<sup>42</sup> Embora ideologia e doutrina possam, em alguns momentos, terem significados semelhantes, nós estamos usando essas palavras como expressões de ambientes distintos onde ideologia refere-se ao sistema de idéias da sociedade em geral e doutrina como ao sistema de credo religioso.

identidade parlamentar, com especificidades próprias e valores intermediados pela religião, onde o Estado é laico apenas na lei, mas não nas relações de poder, que fogem ao controle do legalizado em código escrito, tornando-se, então, relevante o estudo do papel da liderança evangélica em toda essa transformação.

A Assembléia Constituinte que promulgou a Constituição de 1988 sofreu a interferência tanto de católicos como de evangélicos, em muitos temas que deixaram de ser contemplados na mesma pelo lobby religioso e em tantos outros que foram contemplados atendendo a mesma força, como afirma Doimo (1995:355): “Por essas razões, das sete emendas à constituição que conseguiram recolher mais de 500.000 assinaturas, cinco foram apoiadas por organizações religiosas”.

Os resultados do censo 2000 obtidos e publicados pelo IBGE mostram o quão relevante é considerar em particular o evento evangélico e, no caso, sua ação no processo eletivo, pois caso continue a mesma taxa de crescimento da população, e caso os evangélicos igualmente mantenham as mesmas taxas de crescimento de 1991 até 2000, o segmento evangélico alcançará 50% da população no ano 2022,<sup>43</sup> levando-se em conta que os mesmos cresceram na ordem de 70% em relação ao censo de 1991, quando então representavam 9,36%, passando para 15,41%.

Mais relevante ainda é a observação de que a região Nordeste do Brasil é o campo de maior crescimento dos evangélicos na última década, passando de 5,47% para 10,26%, alcançando o índice de 86,89% de crescimento. Esses dados são espetaculares se considerarmos que a população cresceu em torno de 12% no mesmo período, ou seja, os evangélicos obtiveram um crescimento real na ordem de 74%.

---

<sup>43</sup> Dados da pesquisadora Eunice Zillner, publicados no site do Instituto de Pesquisa Brasil 2010 - <http://www.brasil2010.org.br/>, obtido no dia 30/10/2004, às 11:50h.

Na região Nordeste, em sua maior parte, os municípios estão entre menos de 5 a 10% de representatividade evangélica, sendo que em alguns lugares encontramos municípios com mais de 20%. Observando todos os municípios do Estado da Paraíba, nota-se a existência de vários deles com menos de 5%, sendo que Campina Grande possui cerca de 15% de evangélicos.<sup>44</sup>

Esta situação pode provocar mudanças na sociedade, que precisam ser analisadas. Esta análise não tem conotação reducionista ou engajada, mas sim, uma busca pela compreensão do momento sócio-cultural que nos leva a um ajuste contextual, os evangélicos constituem parcela significativa da sociedade, logo, tornam-se hoje relevantes nos Estudos Culturais, conforme defendido por Johnson (1999:45), de acordo com “as características da cultura que parecem ser mais evidentes neste momento”.

Essa presença evangélica crescente tem afetado o campo político também na Paraíba, onde é possível identificar deputados estaduais eleitos com um perfil evangélico como: Pr. Fausto (PL), Rômulo Gouveia (PSDB)<sup>45</sup> e Walter Brito Filho (PSDB). E não é diferente em Campina Grande, onde contamos com Fernando Carvalho (PFL),<sup>46</sup> Irami Barreto (PSDB), Pr. Batista (PL) e, mais recentemente, Walter Brito Neto (PSDB)<sup>47</sup> – embora alguém possa supor que Walter Brito Neto tenha sido eleito mais pela força do nome do pai que por seu perfil religioso, um observador mais atento perceberá que ele possui forte base eleitoral entre os evangélicos.

Com isso, vemos que os evangélicos têm “aberto suas asas” também para o campo de atuação política, especialmente dos processos eletivos. Essa nova atividade extra-

---

<sup>44</sup> *op. cit.*

<sup>45</sup> Embora Rômulo Gouveia não se declare evangélico, há uma visível proximidade entre ele e esse segmento, fato percebido através do seu discurso frente aos evangélicos, que o tomam como “pertencente” ao grupo.

<sup>46</sup> Fernando Carvalho foi o único candidato declarado evangélico eleito para um novo mandato como vereador de Campina Grande nas eleições de 2004.

<sup>47</sup> Eleito pela primeira vez para um mandato como vereador de Campina Grande nas eleições de 2004.

religiosa – especialmente para aqueles que defendem a separação entre igreja-estado – tem despertado novos tipos de relacionamentos entre igreja e sociedade e, principalmente, igreja, como instituição, e congregados.

A igreja evangélica apresenta-se numa pluralidade incontestada, que provoca semelhante diversidade no posicionamento político, onde pastores tomam determinado posicionamento, mas o mesmo não é seguido pelo rebanho. Seria o caso de refletirmos sobre a força da liderança dos pastores sobre o rebanho. Embora seja evidente que há igrejas onde os pastores têm maior influência sobre os congregados, há algumas que só supostamente sofreriam de maior submissão à autoridade pastoral. Um exemplo claro é o da Igreja Evangélica Assembléia de Deus: embora possua cerca de 14.000 membros, somente na cidade de Campina Grande,<sup>48</sup> e apresentando um candidato próprio a vereador às eleições municipais de 2004, não conseguiu elegê-lo, tendo o mesmo obtido 1.472 votos<sup>49</sup> (cerca de 10% do potencial de votos da referida igreja e menos de 1% dos votos válidos),<sup>50</sup> mesmo considerando que o vereador eleito com o menor número de votos do partido pelo qual concorria o fez com 2.530 votos, entre aproximadamente 271.000 eleitores.

Ao analisar esse acontecimento, pode-se aventar a possibilidade do candidato não ter sido eleito por um erro de análise conjuntiva da própria hierarquia eclesiástica; ao julgar ser um corpo único, embora dividido em congregações, não se dedicou a conquistar o eleitor; limitou-se a indicar e ‘baixar a comunicação de apoio da igreja’ como se isso bastasse para uma efetiva eleição pessoal. Embora se perceba haver uma hierarquia forte,

---

<sup>48</sup> Segundo informação do pastor presidente do campo Campina Grande, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, Francisco Pacheco de Brito, durante entrevista de pesquisa de campo a este trabalho.

<sup>49</sup> Fonte: site <http://www.tse.gov.br/sieeseireweb/seire.jsp?modulo=AVZE&anoConexao=2004>, do Tribunal Superior Eleitoral, extraído em 28/11/2005, às 10h. Dados completos em Anexo.

<sup>50</sup> Alguns evangélicos, em conversa informal, têm citado que Antonio Carlos aproveitou-se de um apoio de Fernando Carvalho à sua ação social, lançando-se candidato a um cargo concorrente do seu “padrinho político”. Tal fato foi visto de modo negativo pelos evangélicos que responderam elegendo Carvalho e não Antonio Carlos.

ao possuir cerca de 80 congregações somente na área urbana de Campina Grande, torna-se impraticável uma efetiva verificação do que está ocorrendo em cada uma delas. A ideologia, postura, opção litúrgica e filtragem de comunicados (não apenas selecionando quais comunicados da igreja sede – Templo Central – serão passados à congregação, mas, também, a forma, a ênfase, o tom de voz demonstrando positividade ou negatividade dado ao comunicado) interferem na postura dos congregados, seja ela política ou não.

Entende-se que o que tem atrapalhado a participação dos evangélicos nos processos eleitorais é a visão distorcida do fazer política que alguns pastores demonstram possuir, é o amadorismo dos candidatos que se tem apresentado para representar o povo evangélico (obviamente estamos falando dos não eleitos) e a precipitação de decisão de candidatar-se ou de apoiar o candidato sem nenhuma base política construída e sem nenhuma projeção social (claramente falando, não realizaram atos de benefício social que pudessem efetivamente torna-los aptos a serem eleitos a um cargo político).

O Brasil atravessa um momento bastante difícil: índice de analfabetismo e criminalidade alarmantes, contraste social marcante, momento em que há uma concentração maior de riquezas por uns poucos, e um número cada vez maior de pobres vivendo em condições sub-humanas; uma crise político-eleitoral preocupante, onde candidatos, de caráter duvidoso, barganham favores em troca de votos dos cristãos.<sup>51</sup> Para enfrentar essa questão com coragem, a Igreja evangélica poderia adotar uma postura mais coerente com seus próprios princípios, proporcionando à parcela da sociedade não partidária de seus credos a aprovação da postura adotada pela mesma. Portanto, de acordo com a doutrina cristã da encarnação, que crê em Jesus como Deus tornado humano não apenas para cumprir um propósito salvífico, mas também para servir de modelo de comportamento social, ensinando aos discípulos seguidores do cristianismo que se deve buscar o reino de

---

<sup>51</sup> Esta questão é mais detalhada no capítulo 3 – Pastores e palanques: a visão da eleição.

justiça e paz dentro do contexto vivido, tendo também coragem de, se preciso for, “sofrer por causa da fé e pela causa da justiça em conformidade com a cruz”, conforme pensamento cristão. Mas tudo isso “na comunhão do Ressuscitado”<sup>52</sup> que prometeu fortalecer e estar com a sua Igreja até a consumação dos séculos que, para os evangélicos, significa o fim do mundo, de acordo com as suas últimas palavras registradas pelo evangelista Mateus:

Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a observar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos.

Se a igreja evangélica está envolvida adequada e coerentemente nos problemas sociais, através de homens e mulheres engajados politicamente, a resposta da sociedade deveria ser de aprovação. Porém, percebe-se subliminarmente que, nem a sociedade tem aprovado a postura político-partidária dos evangélicos nem os próprios evangélicos têm gostado da atuação da sua igreja nas eleições. Fato notório é que a presença de políticos com identificação evangélica muitas vezes não corresponde proporcionalmente à representação dos mesmos no ambiente social. A prova dessa afirmação é que, sendo notório que a comunidade evangélica corresponde a 20% da população brasileira, há apenas 10% dos deputados federais eleitos a partir de um perfil evangélico. Embora outros fatores possam ser levados em conta como: os mecanismos de eleição no Brasil, os métodos de estabelecimento de votantes partidários a um candidato, deve-se não desprezar que um candidato evangélico não possui apenas evangélicos entre seus eleitores, situação que deveria lhe proporcionar mais votos ainda.

---

<sup>52</sup> O termo ‘Ressuscitado’ refere-se, especificamente na doutrina cristã, à crença de que Jesus morreu crucificado, foi sepultado e ao terceiro dia ressuscitou, conforme consta no credo apostólico adotado por Católicos e Protestantes. (Livro de Confissões)

Porém, deve-se observar que tal não acontece em Campina Grande onde, sabendo-se que 15% da sociedade campinense é evangélica, e que há dois vereadores de declarada ascendência evangélica<sup>53</sup> (cerca de 11% do plenário da câmara), a representação está equilibradamente correspondente ao perfil social. Contudo, não se pode ser reducionista a ponto de supor que a aprovação de um político de perfil evangélico signifique uma resposta afirmativa da sociedade à Igreja específica a qual o referido político está integrado.

Então, embora os evangélicos estejam devidamente representados no parlamento municipal campinense, alguns candidatos “oficiais” de igrejas evangélicas com membresia significativa não lograram êxito em eleições, enquanto outros que, declaradamente, não foram candidatos “oficiais” de suas igrejas, elegeram-se. Percebemos nesse quadro um questionamento a algumas lideranças religiosas e a algumas de suas posturas político-partidárias ou, ao menos, ao comportamento político do candidato apresentado.

A primeira interpretação que esse fato comunica é a de que a comunidade evangélica não é tão influenciada politicamente pelo pastor como muitos julgam – embora essa influência possa ser visualizada em áreas mais ‘espirituais’. Pelo contrário, os anos de afastamento político fizeram com que a igreja se acostumassem a políticos não-evangélicos e criasse uma visão negativa quanto a um evangélico candidatar-se à carreira político-partidária.

Tal acontecimento parece demonstrar que as comunidades evangélicas não são alienadas politicamente, tomando, na maioria das vezes, decisões próprias, independentes das orientações recebidas dentro da igreja pelo pastor. Perderia força, então, nesse universo, o efeito da massa que segue a opinião da liderança cegamente. Contudo, esse primeiro resultado ainda se mostra prematuro.

---

<sup>53</sup> Fernando Carvalho e Walter Brito Neto

Um equívoco fácil de ser cometido é julgar o desânimo em relação à política partidária e às eleições como alienação. A sociedade em geral está, cada vez mais, sendo desestimulada a se envolver em questões eleitorais pelos inúmeros casos de corrupção continuamente expostos em que os denunciados não são punidos exemplarmente e pelo distanciamento dos eleitos de seus eleitores. Alier (1975) analisa o comportamento do eleitor perante as eleições, destacando a diferença estabelecida face às eleições municipais, momento em que o voto pode ter alguma relevância, pois o votante, de fato, poderá perceber o candidato atender a algumas reivindicações e cumprir algumas promessas, e às eleições estaduais e nacionais, que, efetivamente, não se traduz em processo direcionado ao camponês, ao bóia-fria, ao favelado, etc.

Pode-se então encontrar o efeito “massa” nas eleições nacionais por seus atores estarem distantes do eleitorado. Devido a isso, o eleitor não sente que sua participação é necessária e que não fará diferença seu voto diante do de outros milhões de votos. Ele se desintegra, optando por posicionar-se politicamente num nível mais próximo e, para ele, mais objetivo, que lhe traga resultados mais imediatos. Jaspers (*in* NÓBREGA, 1955:18) explica esse pensamento dizendo que “o homem das massas tem pouco tempo, não vive de modo integral, carece de vontade para a preparação e um concretizado esforço que o converta em uma utilidade; não quer esperar nem deixar amadurecer; tudo há de o satisfazer no ato”.

O político está distante do eleitor e essa falta de contato entre ambos é que desperta o descrédito, a desmotivação, o desinteresse. Porém, essa situação é interessante ao político, pois favorece a perpetuação no poder. Muitas igrejas, ao afastarem-se do tema político-partidário, poderão também tornar-se instrumentos dessa eternização.

Os meios políticos já perceberam que, quanto mais igrejas surgirem, mais fracionado será o poder e, por conseguinte, com menos força contestatória. Essas igrejas



saberão que são pequenas e assumirão o seu papel social como tal. O discurso caminhará para a defesa de sua pequenez como “povo escolhido” ou o “único certo diante do mundo pecaminoso” e conduzirá os fiéis a um distanciamento desse mundo, novamente favorecendo os poderes já estabelecidos na sociedade. É como diz Mendonça (1999): “Os dominadores sejam os do mundo do poder econômico ou do poder do Estado, apóiam de longe as novas práticas religiosas por serem apaziguadoras dos desejos das massas”.

Um país, como o Brasil, onde há 11,4% de analfabetos entre pessoas com mais de 15 anos de idade, resultado pior do que o Paraguai<sup>54</sup> (22,4% no Nordeste e 25,3% na Paraíba) possui evidente carência social, gerando um exercício deficitário da cidadania. Acrescentando-se a esse percentual de analfabetos efetivos aqueles que apenas sabem desenhar o nome (muitos o aprendem apenas para poder votar) e não têm condições de ler um texto, pode-se chegar a um número significativo de pessoas com incrível dificuldade para analisar uma proposta de governo, pelo simples fato de não saberem ler. Votarão com base apenas no que ouvem ou vêem. Nóbrega (1955:110) diz que “Um povo analfabeto não escolhe governos. Vota em demagogos. E depois dá o pescoço para a canga e o corpo para o chicote, e muitas vezes a carne para canhão.” Não se pode negar que há analfabetos das letras, mas portadores de uma sabedoria incontestável. Estes sofreram mais até chegar a esse nível de compreensão.

Trágica se torna a situação, se forem acrescidos os analfabetos políticos. Pessoas desprovidas de condições de opinar, escolher e votar sem o apoio ou indicação de alguém “mais esclarecido”.

---

<sup>54</sup> Segundo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na Tabela 2.16 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo, segundo países selecionados e ano de referência - 2000/2004, extraída do site <http://www.ibge.gov.br/>, no dia 20/04/2006, às 15h.

Diante desse quadro, as igrejas poderiam agir como despertadoras de uma consciência política, se não tão participativa, ao menos crítica, despertando o interesse partidário e visando processos eletivos mais transparentes.

A caminhada da igreja evangélica é marcada pela retomada de conceitos e valores estabelecidos nos contextos dos Testamentos Bíblicos (Antigo e Novo)<sup>55</sup> e essa transposição de pensamentos, tão culturalmente distantes, têm gerado comportamentos contraditórios na própria vida da igreja evangélica, afetando, como consequência, a atuação de seus membros na sociedade onde ela está inserida.

Soma-se a essas questões o cabedal histórico acolhido na longa caminhada da igreja cristã e que, com a Reforma Protestante, gerou nos reformados um descrédito para com a prática social da Igreja Católica Apostólica Romana, muitas vezes só por ser de origem romana ou por compor a tradição da mesma, provocando a perda, por parte dos evangélicos, de experiências enriquecedoras.

Além da questão da história geral da Igreja Cristã, a conturbada entrada da igreja evangélica no Brasil colocou ambas as instituições cristãs como inimigas, gerando uma competição por fiéis ao invés de um engajamento social que buscasse um benefício para a coletividade, promovendo o progresso do cidadão brasileiro, como se vê em outros países, especialmente na Europa e Estados Unidos.

A história também nos mostra um avanço na compreensão política evangélica, pois os evangélicos, nesse contexto, deixam de buscar os poderes estatais em proveito próprio e benefícios individuais e temporários para almejar a participação da ação político-partidária como preocupação de colaborar na construção de uma sociedade mais justa.

---

<sup>55</sup> Antigo e Novo Testamentos referem-se às duas divisões principais do texto bíblico, não constituindo apenas uma divisão formal, mas uma divisão de fato, pela origem dos escritos (o primeiro, um produto dos escribas de Israel, e o segundo, dos discípulos judeus e gentios de Jesus), pela língua utilizada na elaboração (Hebraico e Grego, respectivamente, além do Aramaico com citações em ambos) e pelo contexto temporal entre outros aspectos (o Antigo composto entre 1600 e 400 antes de Cristo – alguns comentaristas sugerem até 150 a.C. e o Novo entre 55 e 96 depois de Cristo).

Nos próximos capítulos, tanto a visão da missão pastoral quanto a visão política dos pastores evangélicos serão tratadas com mais profundidade.

Para se apurar o panorama da visão dos pastores evangélicos em Campina Grande, procedeu-se uma pesquisa por amostragem representativa do *corpus* evangélico, chegando-se a uma base de dados composta de 42 entrevistas abrangendo 20 bairros diferentes além do centro da cidade, cobrindo as regiões norte, sul, leste e oeste.

Tomou-se o cuidado de colher entrevistas que pudessem representar equilibradamente as diferentes denominações evangélicas e suas linhas teológicas. Nesse sentido, apurou-se dados relativos a 19 igrejas protestantes históricas, 18 pentecostais e 5 neo-pentecostais. Embora se reconheça que há 2 evangélicos pentecostais para cada evangélico histórico (protestante), buscou-se um número de entrevistas que representasse não a quantidade de membros das igrejas, mas representatividade dos pastores evangélicos, que são o objeto da presente pesquisa.

## 2. PASTORES E PÚLPITOS: A VISÃO DA MISSÃO

A apropriação do termo “pastor” para a linguagem religiosa está vinculada à mensagem de Jesus como originador do cristianismo e que se apresentava como “o bom pastor que dá a vida pelas suas ovelhas” (evangelho de João 10:11-16). Contudo Jesus apenas retoma um uso anterior da palavra. Como já visto no capítulo primeiro, nos antecedentes históricos, ao longo de todo o Antigo Testamento bíblico é montada uma imagem, ou um tipo, como a teologia bíblica prefere, de pastor. Logo no primeiro livro, o Gênesis, encontra-se a figura de Abel, pastor de ovelhas, que oferece um sacrifício ‘aceitável’ a Deus e por isso é morto por seu irmão. Na figura, o pastor é morto por (ou para) oferecer o sacrifício que agrada a Deus.

Um reforço à perfeição do tipo encontra-se nos escritos dos profetas Jeremias (23:1) e Ezequiel (34:8) e nos Salmos (23:1), onde Deus se apresenta como o Pastor e, num cuidado ‘pastoral’, promete o envio de um pastor perfeito (Ezequiel 37:24 e Isaías 40:11).

Depois, quando a nação de Israel já está alojada em Canaã, a figura do pastor aparece como que apontando para a necessidade de um líder político maior do que os reis que eles haviam tido até então. Em I Reis 22:17, II Crônicas 18:16 e Ezequiel 34:5, o povo de Israel é mencionado como “ovelhas que não têm pastor”.

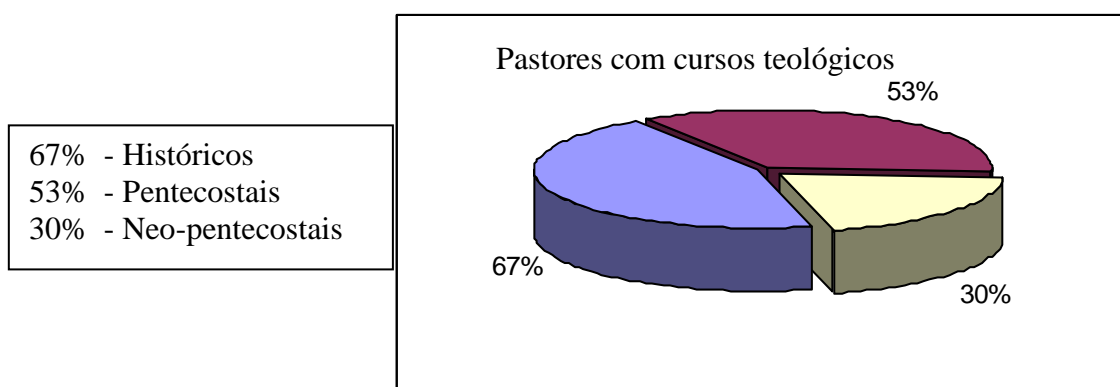
Numa clara apropriação do tipo vétero-testamentário, os evangelistas Mateus (9:36) e Marcos (6:34) vão trazer à tona esses textos antigos para identificá-los com Jesus, que vai usá-lo ao atribuir a si o cumprimento do tipo do pastor perfeito (cf. João 10:11-16).

Durante o período da idade antiga, no segundo século, a Igreja Cristã passa a adotar a expressão ‘pastor’ para todo o líder que estiver à frente de uma comunidade. Durante a Idade Média, mesmo o padre, bispo, cardeal, arcebispo e papa receberão a

alcunha de pastores. Contudo, apenas no meio evangélico o termo ganhará força e *status*. Embora algumas igrejas adotem a nomenclatura de reverendo, esse termo é apenas uma forma de tratamento ao pastor.

Os evangélicos, em geral, prezam pela boa qualificação daqueles que são ordenados pastores, porém, para muitas igrejas, isso não quer dizer possuir uma formação teológica através de um curso superior, e sim, ter um comportamento dentro dos ‘conformes’ ou ter a ‘bênção’ do pastor presidente. Assim, é possível encontrar muitos pastores que concluíram apenas o ensino fundamental e estão à frente de uma comunidade. Fato relevante é que inicialmente esse pastor será ou pastor auxiliar em uma igreja grande ou pastor titular em uma igreja de bairro periférico e, dependendo de seu desempenho, ele poderá ser “promovido” e exercer o cargo em igrejas maiores, podendo até tornar-se pastor titular numa grande igreja, com todas as implicações que isso possa gerar.

Na pesquisa em questão apurou-se que 57,1% dos pastores evangélicos atuando na cidade possuem algum curso teológico (66,7% entre os históricos, 53,3% entre os pentecostais e 33,3% entre os neo-pentecostais).



Os históricos mantêm a tradição de exigir o curso teológico para ordenar seus pastores. Caso raro é o identificado entre os Congregacionais da Aliança que, dentre os cinco entrevistados, apenas um possuía o curso teológico (um índice de 20%) e, não por

acaso, é o pastor da principal igreja da denominação na cidade. Poderia se justificar essa situação pelo fato de que é entre os evangélicos históricos que está a maior média de tempo no ministério pastoral. Verificou-se que os pastores evangélicos históricos em Campina Grande possuem um tempo médio de 16,5 anos, enquanto média geral dos pastores é de 13,4 anos (10,6 entre os pentecostais e 9,2 entre os neo-pentecostais). Esses dados seriam simplórios se não fosse o fato de que há 13 anos atrás só existia uma instituição de ensino superior de teologia, justamente o STEC – Seminário Teológico Congregacional,<sup>56</sup> assim, muitos pastores assumiram igrejas sem o curso teológico em situação emergencial e não se preocuparam em aprimorar-se.

Nesse sentido também se apurou que apenas 19% dos pastores entrevistados são portadores de diplomas que conferem título a outras especializações não vinculadas às teológicas (19% entre os históricos, 13,3 entre os pentecostais e 33,3 entre os neo-pentecostais). Demonstrando um interesse pela educação da igreja, o curso mais buscado pelos pastores, além do curso de teologia, foi o de pedagogia, com 37,5% dos que cursaram outra faculdade.

Deve-se destacar que não estão sendo consideradas respostas que informaram um curso que não fosse de nível superior. Alguns pastores cursaram teologia em instituições que oferecem cursos de nível médio, a semelhança dos cursos técnicos, fornecendo diplomas como Curso de Liderança ou de Teologia Ministerial,<sup>57</sup> mas não de Bacharel ou de Licenciatura em Teologia.

---

<sup>56</sup> O STEC – Seminário Teológico Congregacional foi inaugurado em 1982. Atualmente há 3 instituições de nível superior de ensino teológico em Campina Grande, o próprio STEC, o ITESMI – Instituto Teológico de Ensino Superior de Missões, organizado em 1994 e o SETEBRAE – Seminário Teológico do Betel Brasileiro e Ação Evangélica, organizado em 2001 como uma extensão do Betel Brasileiro de João Pessoa. Têm surgido outras instituições de ensino teológico, mas que ou não são de nível superior ou são exclusivas para consumo interno, fornecendo apenas uma base doutrinária, sem pretensão de bacharelar.

<sup>57</sup> As instituições em Campina Grande que fornecem o nível médio de teologia são SETEBRAE, EMES – Escola de Ministério El-Shaddai e ETAD – Escola de Ensino Teológico das Assembléias de Deus.

As denominações evangélicas apresentam em sua Constituição leis que estabelecem o requisito da comprovação de conclusão de curso teológico reconhecido pela instituição, porém, a maioria delas possuem artigos constitucionais ambíguos cuja leitura permite uma ordenação via *referendum* de um pastor ou igreja de reconhecida idoneidade.

São artigos do tipo:

Art. 5.º, Para ingressar na ALIANÇA o candidato deverá apresentar a seguinte documentação que será examinada pelo Departamento Teológico e pelo Conselho de Pastores e homologada em Concílio Regional ou Nacional:

item II – PASTORES,

*Parágrafo Único* - Caso o postulante não seja possuidor de título de formação teológica, deverá comprovar a atividade ministerial contínua de, no mínimo, 5 (cinco) anos em uma Igreja genuinamente evangélica ou 7 (sete) anos com intervalos. (cf. Constituição da Aliança das Igrejas Evangélicas congregacionais do Brasil. Publicada em março de 2004)

Entre as igrejas existentes em Campina Grande, a única onde não se identificou a ambigüidade como a citada no trecho foi a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sua constituição estabelece o seguinte:

## **CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO PÚBLICO DO MINISTÉRIO ECLESIASTICO**

### Seção II - Da Habilitação

**Art. 3º.** O Conselho da Igreja, através de resolução, concederá às obreiras e aos obreiros habilitação para a pregação pública do evangelho e a administração dos sacramentos, condicionando-se a modalidade do exercício desta habilitação às atribuições do respectivo ministério, à distribuição de tarefas entre os obreiros e as obreiras e o campo de trabalho, nos termos do § 2º, do art. 17.

**Parágrafo único.** Somente poderá receber o Certificado de Habilitação quem tiver obtido prévia aprovação para o ministério específico, em curso de formação reconhecido pela IECLB, bem como no exame pró-ministério, regulamentado pelo Conselho da Igreja.

**§ 4º.** Somente poderá ser ordenado o obreiro ou a obreira que tiver obtido a prévia habilitação a que se refere o art. 3º

Essa metodologia de ordenação ao ministério pastoral, onde a formação acadêmica não é exigida, pode gerar um relacionamento de “gradidão” entre o indicado e o indicador, fato que pode favorecer a influência de opiniões. Na questão das eleições, essa influência pode levar o pastor indicado a, por gradidão, apoiar o candidato sugerido pelo indicador e, dependendo do seu poder de sugestão à igreja que pastoreia, pode arregimentar muitos votos para um determinado candidato político-partidário que efetivamente não

conhece ou que não atua politicamente em benefício do lugar onde a igreja se localiza ou cuja atuação política não seja coletiva a ponto de beneficiar todos os moradores/eleitores, sem exclusão do credo professado dos que o elegeram.

Os pastores evangélicos de Campina Grande têm diferentes visões sobre o seu papel como orientadores políticos, principalmente político-partidários. Para uma melhor compreensão da visão, deve-se voltar a atenção à Bíblia e como foi construída no texto sagrado dos cristãos a figura política e o relacionamento do Estado com a Religião.

É consenso entre os pastores que o ministério sacerdotal está acima do ministério social, e a origem desse pensamento está em que é a um sacerdote que o povo de Israel pede por um líder que dirija o Estado (Josefo, 1989:270), e é esse mesmo sacerdote, Samuel, que unge o primeiro rei de Israel, Saul, e, quando Samuel entende que o rei Saul já não possui mais a aprovação de Deus, unge outro em seu lugar, Davi. Quando Davi morre, seu filho Salomão é ungido rei em lugar de seu pai. Essa é a gênese do princípio que permanece em alguns países, como a Inglaterra, Holanda, Dinamarca, etc. de que o sacerdote como representante de Deus na terra precisa exemplificar a escolha divina sobre o governante que está sendo empossado. No ato de ungir está implícito o referendo da divindade para com aquele governante. Sendo assim, não há dúvida que o texto bíblico apresenta o sacerdote como alguém que está em um nível superior ao governante constituído para gerir o Estado político.

No Brasil, ainda hoje, tem-se a prática de ‘abençoar’ o governante com o ato de benzer o local da cerimônia de posse ou mesmo com uma simples oração oficializada por um sacerdote no ato de posse, numa clara manutenção dessa base ideológica antiga. Mudaram-se os instrumentos e as pessoas, mas permanece imanente à prática o reconhecimento da importância da autoridade eclesiástica sobre a autoridade política.



Mesmo que o empossado não expresse a mesma fé, esse ato serve para que a opinião pública permeada pela religiosidade não se sinta desprezada. Nesse caso, torna-se então um ato de eximir de sobre o governante qualquer temor da sociedade de irreverência para com a divindade, ou mesmo, de fazer transparecer uma possível humildade religiosa acompanhante da fé popular.

Ao longo de todo o Antigo Testamento bíblico, religião e política se confundem. Em nenhum momento o cidadão israelense separava sua vida religiosa de sua atuação política e, caso houvesse questionamento por parte do cidadão de algo que Deus havia determinado, mas que ele não concordava, sobre ele viria imediato juízo, muitas vezes juízo de morte. O livro de I Reis 13:21-24 registra o seguinte episódio:

e ele clamou ao homem de Deus que viera de Judá, dizendo: Assim diz o Senhor: Porquanto foste rebelde à ordem do Senhor, e não guardaste o mandamento que o Senhor teu Deus te mandara, mas voltaste, e comeste pão e bebeste água no lugar de que te dissera: Não comas pão, nem bebas água; o teu cadáver não entrará no sepulcro de teus pais. E, havendo eles comido e bebido, albardou o jumento para o profeta que fizera voltar. Este, pois, se foi, e um leão o encontrou no caminho, e o matou; o seu cadáver ficou estendido no caminho, e o jumento estava parado junto a ele, e também o leão estava junto ao cadáver.

As guerras eram praticadas como determinação divina. Josué 8:1-3 diz:

Então disse o Senhor a Josué: Não temas, e não te espantes; toma contigo toda a gente de guerra, levanta-te, e sobe a Ai. Olha que te entreguei na tua mão o rei de Ai, o seu povo, a sua cidade e a sua terra. Farás pois a Ai e a seu rei, como fizeste a Jericó e a seu rei; salvo que para vós tomareis os seus despojos, e o seu gado. Põe emboscadas à cidade, por detrás dela. Então Josué levantou-se, com toda a gente de guerra, para subir contra Ai; e escolheu Josué trinta mil homens valorosos, e enviou-os de noite.

Deus mesmo é chamado de “O Senhor (que) é homem de guerra” em Êxodo 15:3.

Os impostos cobrados em toda a nação de Israel incluíam contribuições para o templo de Jerusalém, tal determinação está clara no texto de II Crônicas 24:8-14:

O rei, pois, deu ordem; e fizeram uma arca, e a puseram do lado de fora, à porta da casa do Senhor. E publicou-se em Judá e em Jerusalém que trouxessem ao Senhor o imposto que Moisés, o servo de Deus, havia ordenado a Israel no deserto. Então todos os príncipes e todo o povo se alegraram, e trouxeram o imposto e o lançaram na arca, até que ficou cheia. E quando era trazida a arca

pelas mãos dos levitas ao recinto do rei, na ocasião em que viam que havia muito dinheiro, vinham o escrivão do rei e o deputado do sumo sacerdote, esvaziavam a arca e, tomando-a, tornavam a levá-la ao seu lugar. Assim faziam dia após dia, e ajuntaram dinheiro em abundância. E o rei e Jeoiada davam-no aos encarregados da obra da casa do Senhor; e assalariaram pedreiros e carpinteiros para renovarem a casa do Senhor, como também os que trabalhavam em ferro e em bronze para repararem a casa do Senhor. Assim os encarregados da obra faziam com que o serviço da reparação progredisse nas suas mãos; e restituíram a casa de Deus a seu estado anterior, e a consolidaram. Depois de acabarem a obra trouxeram ao rei e a Jeoiada o resto do dinheiro, e dele se fizeram utensílios para a casa do Senhor, para serem usados no ministério e nos holocaustos, e colheres, e vasos de ouro e de prata. E se ofereciam holocaustos continuamente na casa do Senhor, por todos os dias de Jeoiada.

Em Israel, até mesmo leis que estabeleciam comportamentos íntimos foram impostas como sendo ordenadas por Deus, é o caso das detalhistas leis que consideravam a poluição noturna como impureza e que impediam o relacionamento sexual durante a menstruação. O texto de Levítico 15:16-33 diz que:

Disse ainda o Senhor a Moisés e a Arão: Falai aos filhos de Israel, e dizei-lhes: se sair de um homem o seu sêmem banhará o seu corpo todo em água, e será imundo até a tarde. E toda vestidura, e toda pele sobre que houver sêmem serão lavadas em água, e serão imundas até a tarde. Igualmente quanto à mulher com quem o homem se deitar com sêmem ambos se banharão em água, e serão imundos até a tarde. Mas a mulher, quando tiver fluxo, e o fluxo na sua carne for sangue, ficará na sua impureza por sete dias, e qualquer que nela tocar será imundo até a tarde. E tudo aquilo sobre o que ela se deitar durante a sua impureza, será imundo; e tudo sobre o que se sentar, será imundo. Também qualquer que tocar na sua cama, lavará as suas vestes, e se banhará em água, e será imundo até a tarde. E quem tocar em alguma coisa, sobre o que ela se tiver sentado, lavará as suas vestes, e se banhará em água, e será imundo até a tarde. Se o sangue estiver sobre a cama, ou sobre alguma coisa em que ela se sentar, quando alguém tocar nele, será imundo até a tarde. E se, com efeito, qualquer homem se deitar com ela, e a sua imundícia ficar sobre ele, imundo será por sete dias; também toda cama, sobre que ele se deitar, será imunda. Se uma mulher tiver um fluxo de sangue por muitos dias fora do tempo da sua impureza, ou quando tiver fluxo de sangue por mais tempo do que a sua impureza, por todos os dias do fluxo da sua imundícia será como nos dias da sua impureza; imunda será. Toda cama sobre que ela se deitar durante todos os dias do seu fluxo ser-lhe-á como a cama da sua impureza; e toda coisa sobre que se sentar será imunda, conforme a imundícia da sua impureza. E qualquer que tocar nessas coisas será imundo; portanto lavará as suas vestes, e se banhará em água, e será imundo até a tarde. Quando ela ficar limpa do seu fluxo, contará para si sete dias, e depois será limpa. Ao oitavo dia tomará para si duas rolas, ou dois pombinhos, e os trará ao sacerdote, à porta da tenda da revelação. Então o sacerdote oferecerá um deles para oferta pelo pecado, e o outro para holocausto; e o sacerdote fará por ela expiação perante o Senhor, por causa do fluxo da sua imundícia. Assim separareis os filhos de Israel da sua imundícia, para que não morram na sua imundícia, contaminando o meu tabernáculo, que está no meio deles. Esta é a lei daquele que tem o fluxo e daquele de quem sai o sêmem de modo que por eles se torna imundo; como também da mulher enferma com a sua impureza e daquele que tem o fluxo, tanto do homem como da mulher, e do homem que se deita com mulher imunda.

Essa era a compreensão em Israel acerca de religião e política. Ambas estavam sempre presentes no dia a dia de cada israelita.

Como, então, lendo-se os mesmos textos, os evangélicos parecem adotar uma postura de distanciamento da política? Alguns teólogos atribuem essa postura à mudança de entendimento do texto do Antigo Testamento, conforme apresentada por Jesus. Ele espiritualizou diversas leis dizendo que só em pensar em cometer um delito (ato pecaminoso), já o estaria cometendo. É o que registra o evangelista Mateus em 5:21-22 e 27-28:

Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; e, quem matar será réu de juízo. Eu, porém, vos digo que todo aquele que se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo; e quem disser um insulto a seu irmão, será réu diante do sinédrio; e quem lhe disser: Tolo, será réu do fogo do inferno. (...) Ouvistes que foi dito: Não adulterarás. Eu, porém, vos digo que todo aquele que olhar para uma mulher para cobiçá-la, já em seu coração cometeu adultério com ela.

Jesus espiritualizou também o aspecto do Reino que Israel esperava que fosse implantado pelo messias. Embora ele pareça ter assumido uma postura que caracterizava nele uma identidade messiânica, reformulou os conceitos do Antigo Testamento acerca do cumprimento das profecias sobre o Reino Messiânico. Para o judeu, que não separava a vida religiosa da política, o Reino a ser implantado pelo Messias deveria ser um reino literal, fisicamente instalado em Jerusalém e, considerando a situação da época, seria também uma vitória sobre o dominador Império Romano.

Porém, Jesus não correspondeu a essas expectativas, nem mesmo às de Maria, sua mãe. O evangelista Lucas relata a informação dada pelo Anjo Gabriel a Maria:

Disse-lhe então o anjo: Não temas, Maria; pois achaste graça diante de Deus. Eis que conceberás e darás à luz um filho, ao qual porás o nome de Jesus. Este será grande e será chamado filho do Altíssimo; o Senhor Deus lhe dará o trono de Davi seu pai; e reinará eternamente sobre a casa de Jacó, e o seu reino não terá fim. (LUCAS 1:30-33)

Em todo o seu ministério Jesus minimizou as referências a esse seu possível reinado e releu os conceitos, espiritualizando-os. É o que lemos em textos como:

Também, em qualquer cidade em que entrardes, e vos receberem, comei do que puserem diante de vós. Curai os enfermos que nela houver, e dizer-lhes: É chegado a vós o reino de Deus. (LUCAS 10:8-9)

Mas, se é pelo dedo de Deus que eu expulso os demônios, logo é chegado a vós o reino de Deus. (LUCAS 11:20)

Sendo Jesus interrogado pelos fariseus sobre quando viria o reino de Deus, respondeu-lhes: O reino de Deus não vem com aparência exterior; nem dirão: Ei-lo aqui! ou: Ei-lo ali! pois o reino de Deus está dentro de vós. (LUCAS 17:20-21)

Assim, todas as demais questões sociais do Antigo Testamento foram espiritualizadas e a Igreja Cristã distanciou-se da política entendendo que o reino físico não necessitava mais ser implantado, bastava o reino espiritual.

Esse pensamento foi reforçado pelas circunstâncias que cercaram o surgimento da Igreja Cristã. Em Israel ela foi considerada seita e perseguida vorazmente. O livro bíblico de Atos dos Apóstolos registra que “Saulo assolava a igreja, entrando pelas casas e, arrastando homens e mulheres, os entregava à prisão”. (ATOS 8:3)

Fora de Israel, porém dentro dos domínios do Império Romano, ela foi considerada como perigosa e provocadora da ordem estabelecida e igualmente perseguida. Bettenson (1983:26-43) apresenta vários documentos da época que demonstram o comportamento dos imperadores romanos para com a Igreja Cristã, ele cita diretamente os imperadores Nero, Marco Aurélio, Décio, Valeriano e Dioclesiano. Sobre Nero, Bettenson ainda diz:

Para livrar-se de suspeitas, Nero culpou e castigou, com supremos refinamentos da crueldade, uma casta de homens detestados por suas abominações e vulgarmente chamados de cristãos. Algum tempo reprimida, essa superstição perniciososa voltou a brotar na própria Roma. (...) uma vez condenados a morrer, sua morte devia servir de distração.

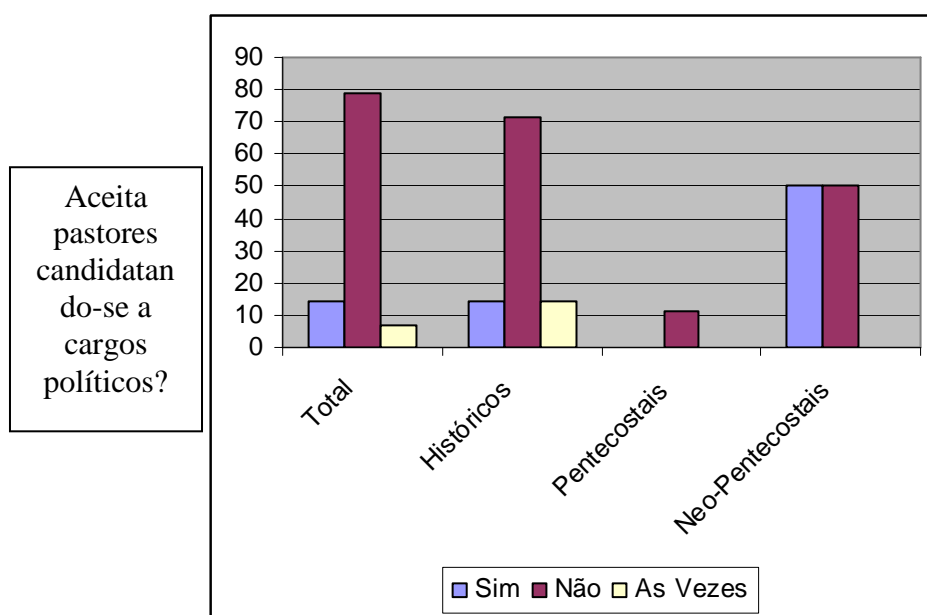
Diante da mensagem espiritualizante de Jesus, da ostensiva perseguição e da impossibilidade de um simples cidadão romano aspirar uma carreira política, a Igreja que se

iniciava não se envolveu em assuntos políticos. Essa postura inicial refletiu-se nos textos sagrados, por isso há tão poucos textos no Novo Testamento transitando por questões dessa natureza.

Porém, não se pode limitar a visão dos pastores evangélicos atuais apenas a essas questões iniciais do cristianismo, pois no século IV o imperador Constantino promulgou dois editos de tolerância (em 311 e 313) que modificaram a atuação política da igreja, aproximando-a do Estado, e é justamente a atuação da Igreja, que a partir desse momento passa a se chamar Católica, de ‘braços dados’ com o poder político, corrompendo-se igualmente, que fez nascer no seio do cristianismo um pensamento de desprezo político. O sentimento entre os evangélicos é que, assim como a igreja da idade média se corrompeu ao aproximar-se do poder político, a igreja moderna também poderá ser maculada se envolver-se nessas questões. Nem a Reforma Protestante, que produziu líderes religiosos envolvidos com os poderes políticos de sua época e que auxiliaram na ampliação da educação social em suas nações, foi suficiente para apagar os erros históricos e políticos cometidos pela Igreja na era medieval.

Os Reformadores apresentaram à Igreja Reformada uma nova proposta comportamental, onde Estado e Igreja assumiam novas e específicas determinações e ambos passaram a ocupar espaço próprio na sociedade. A principal inovação vem de Calvino, que organizou tanto a cidade de Genebra como a Igreja Reformada Genebrina, de uma forma democrático-representativa, com Conselhos distintos – Municipal e Eclesiástico. Embora ainda pareça não se ter, até o momento, conseguido um distanciamento intocável, a proposta Reformada tem prevalecido entre diversos pastores evangélicos, mas ainda há muitos que têm assumido uma postura de alienação política, como se isso fosse possível, e outros têm misturado o discurso e o espaço religioso com o político.

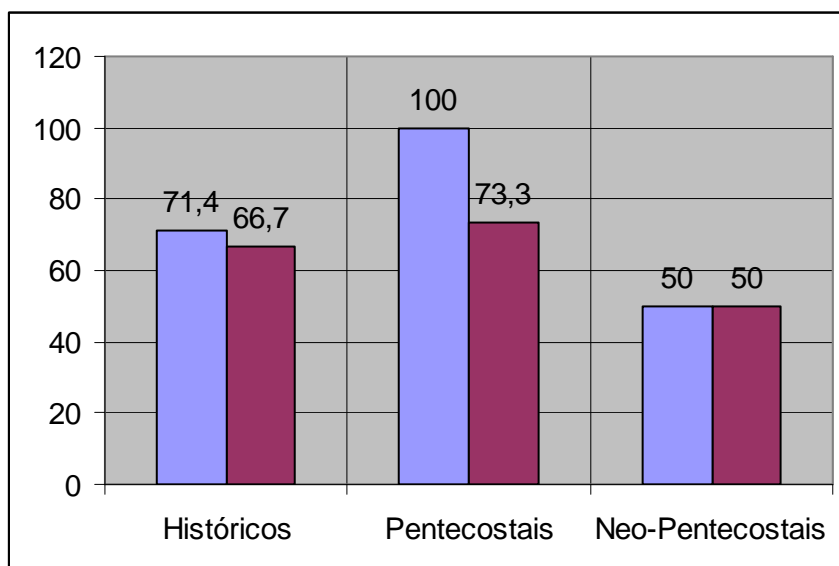
O entendimento de que o pastor não deve se envolver nas eleições e nem em política de uma forma geral, deve-se à visão de que ambos (sacerdócio e política; púlpitos e palanques) são ministérios instituídos e vocacionados por Deus. Como já foi dito, é a compreensão de que a atuação pastoral é superior à política, por ser espiritual, e um pastor não pode deixar algo superior em favor de um ministério inferior. Entre os entrevistados – 42 pastores de 26 denominações evangélicas diferentes, conforme critérios metodológicos já anteriormente apontados (históricos, pentecostais e neo-pentecostais) –, 78,6% afirmaram não concordar que pastores candidatem-se a cargos políticos (71,4% entre as igrejas históricas, 100% entre os pentecostais e 50% entre os neo-pentecostais).



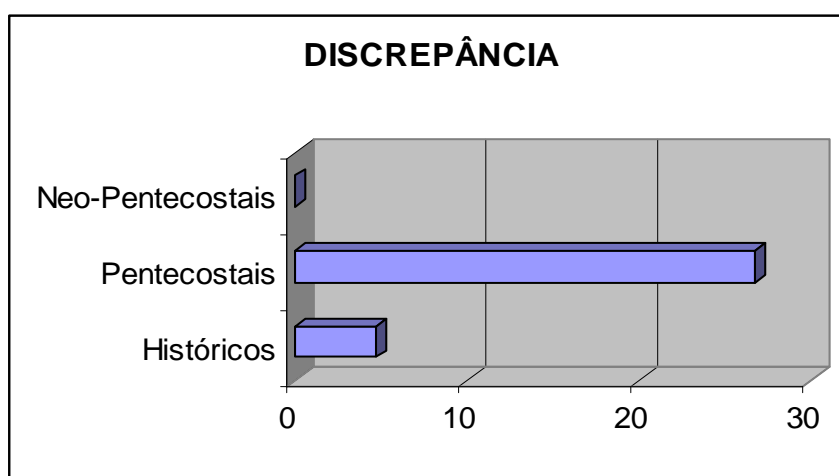
Assim, poucos pastores evangélicos (cerca de 21,4%) admitem ser possível a carreira política fazer parte da missão do pastor, a visão geral dos pastores é que ambos não podem caminhar juntos, estabelecendo uma clara divisão entre os ‘assuntos espirituais’ e os ‘assuntos mundanos’, sendo que destes o evangélico deve se afastar.

Porém, numa atitude um tanto incoerente, dos 78,6% que não concordam que pastores se candidatem a cargos políticos, apenas 66,7% disseram não votar num pastor,

dado que não confere integralmente com a primeira cifra apresentada, considerando-se o fato de serem os mesmo informantes que ‘professaram’ as mesmas idéias, ou seja, dos 78,6%, quando se fez a segunda pergunta, este percentual teve uma redução de 11,9%. Essa aparente discrepância não foi encontrada entre os neo-pentecostais que, nas duas questões responderam 50% e foi menor entre os evangélicos históricos, com 71,4% e 66,7%, dando uma diferença de 4,7% e muito maior entre os pentecostais, com 100% dizendo não concordar com a candidatura de pastores e 73,3% informando que não votariam em pastores, perfazendo uma diferença de suas próprias opiniões na ordem de 26,7%.



Concorda  
X  
vota num  
pastor



A visão equivocada da missão do pastor pode também, em parte, ser explicada pela visão escatológica defendida pelo líder. A visão que a igreja evangélica tem do fim do mundo pode determinar sua atitude e envolvimento no mundo atual. Pode-se destacar como principais correntes doutrinárias escatológicas a interpretação amilenista, a pré-milenista e a pós-milenista.

A visão escatológica amilenista entende que a expressão de Jesus “o reino de Deus é chegado”, citada pelos evangelistas Marcos (1:15), Mateus (3:2; 4:17; 10:7; 12:28) e Lucas (10:9; 11:20), reforçada pela declaração de que “o reino está dentro de vós” (Lucas 17:21), identifica que o Reino não era físico. Sendo assim, os mil anos de reinado de Jesus não são mil anos literais, mas um número simbólico. Jesus reina hoje através de seu principal agente que é a igreja. Não a igreja física, instituição, mas uma ‘igreja santa’ composta por alguns que fazem parte da igreja visível e por outros que, embora lá não estejam, são integrantes do reino espiritual de Jesus por terem nascido de novo (espiritualmente) pela fé no Salvador. Para esta visão, o mundo apresenta sempre grandes tribulações,<sup>58</sup> mas o fiel deve permanecer firme nela e continuar a agir no mundo. E esse agir inclui a vida política e os seus componentes, como o processo eletivo.

A posição pós-milenista é uma visão escatológica de triunfo terreno. O mundo ficará melhor, alcançará paz e Cristo voltará para reinar durante mil anos de paz na terra. Essa posição favorece o engajamento político dos cristãos na luta pelo estabelecimento do Reino Milenar predito. A teologia surgida no meio evangélico chamada de Teologia da Prosperidade, embora possua um argumento escatológico pré-milenista, possui uma prática pós-milenista.

---

<sup>58</sup> Para os cristãos, tribulação é muito mais do que dificuldades naturais da vida. Esse termo traz consigo o conceito escatológico das catástrofes que virão assolar a humanidade em seus últimos dias.



Essa visão perdeu muita força no meio evangélico. Mendonça (2002)<sup>59</sup> citando Metz (1998) diz que:

É significativo que a Teologia Político-Crítica de Metz erige-se, embora indiretamente, como crítica à impressionante reviravolta do programa protestante gerado no século XIX, que foi o pós-milenismo, para o pré-milenismo. Este programa consistiu na mais expressiva concepção de abandono do mundo em favor de uma espera passiva do Reino de Deus. O mundo protestante, especialmente o brasileiro, ainda vive nesse clima pré-milenista.

Na Teologia Política Crítica de Metz o homem é essencialmente “existir” e como tal não é somente animal teórico, mas também, e sobretudo, animal *praxis*. A credibilidade da salvação para o homem comum só é possível pelos atos, ou seja, só é possível pelo testemunho do agir dos cristãos. Este modelo vai, sobretudo, refletir o pensamento de tentar libertar a fé cristã do seu isolamento e introduzir na Igreja uma ação interveniente na sociedade. É muito positiva a chamada de atenção que Metz faz à Igreja: “Jesus não pede ao Pai que tire seus discípulos deste mundo, mas que os confirmem nele; a metodologia de inserção social é essencial para a atualização da Igreja”. A preocupação de fidelidade à mensagem não impede a adequação da mesma ao homem e vice-versa; Ele consegue por o horizonte de esperança cristã na sua verdadeira dimensão. Havia duas linhas: a da esperança exclusiva em Deus e nada no homem e a que se lhe opunha. Metz vem propor uma interpretação da esperança na salvação, mas já encaminhada neste mundo. A esperança escatológica deve, pois, ser uma espécie de “trampolim” para o envolvimento do cristão em questões da sociedade.

Os pré-milenistas acreditam que o mundo ficará cada vez pior e a maldade chegará a tal ponto que a Igreja será retirada da terra, através do arrebatamento narrado na Bíblia, e a sociedade sofrerá extrema tribulação. Nessa visão, a Igreja só participará dos sofrimentos gerais da humanidade, mas há tribulações muito mais agudas e profundas de

---

<sup>59</sup> Numa apresentação feita no Painel Direito e Religião – Teologia e Instituições Políticas, Pró-Memória, Cinquentenário da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 12 de abril de 2002.

que a Igreja não participará. Nesse caminho de hermenêutica, e devido a ele, a Igreja afasta-se das questões presentes, considerando-as prenúncio do fim e, se ela for retirada da terra, de que adiantaria envolver-se profundamente nesses assuntos? Esse desalento com o sistema social presente gera uma igreja que não se envolve politicamente, visando não se corromper e, como consequência, ser deixada para trás no arrebatamento.

Mas, um motivo mais grave para esse não envolvimento está na defesa daquilo que seja puramente espiritual diante do material “imundo” encontrado no mundo, especialmente o que estiver vinculado a aspectos políticos. Numa visão mais ética, é estabelecer uma postura de tal forma equidistante que não venha a comprometer o discurso profético da igreja. Para Mendonça (2002),<sup>60</sup> tal afastamento se deve a um não comprometimento da liberdade crítica:

se infere e se entende o porquê da grande dificuldade que os cristãos têm, principalmente os de tradição calvinista, de formar partidos políticos porque, neste caso, perdem o poder de crítica aos demais e ficam, eles mesmos, sujeitos aos embates das conjunturas políticas. Quanto à filiação partidária, ela é útil e necessária, embora seja extremamente difícil para a ética cristã ajustar-se ao jogo político, tal a sua perversidade em muitos casos.

Ele afirma também que tem ouvido:

ao longo de minha vida (fui ensinado) que religião deve estar longe da política, que teologia idem, igreja mais ainda. Estas concepções populares, mas com frequência assumida também por líderes eclesiais e pregadores, fundamentam-se, no primeiro caso, no preconceito ético, isto é, de que os princípios da religião, na sua pureza, não se coadunam com a impureza ética e moral da política.

Esse temor do contato com a impureza gera o afastamento de muitos pastores da participação nas eleições, pois este ato, segundo o ponto de vista que defendem, o desqualificaria diante de sua comunidade. É interessante notar que a maioria das igrejas evangélicas tem adotado essa postura escatológica, o que justifica, ao menos em parte, seu distanciamento da atuação no processo eletivo e consequências oriundas desse processo.

---

<sup>60</sup> Numa apresentação feita no Painel Direito e Religião-Teologia e Instituições Políticas, Pró-Memória, Cinquentenário da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 12 de abril de 2002.

Alguns pastores posicionam-se claramente diante de suas igrejas acerca das eleições e discursam como formadores de opinião política entre os evangélicos, convictos de que estes podem influenciar seus congregados e decidir uma eleição a favor de determinado candidato. São os pastores demagogos<sup>61</sup> e, como tais, podem ser corretos em seu comportamento como os personagens históricos Péricles, Demóstenes e Cícero ou com condenáveis ambições e corruptos em comportamento e mensagem como o personagem Cleon, satirizado por Aristófanes em *Os Cavaleiros* (2000, 152 p). A deturpação do termo demagogo para “político falador e promotor de si mesmo” é hoje a significação usual. Isso se deve à decadência da classe e do pensamento políticos. Nóbrega (1955:53) afirma que “os homens que nos governam são politicamente analfabetos (...) e o substituto clássico disso – isto é, do conhecimento que não têm – é a demagogia”. Essa postura desses pastores soa como uma espécie de corrupção da sua missão pastoral.

Contudo, estender uma condenação a todos os pastores porque há alguns maus pastores, seria o mesmo que condenar a matemática porque há os que não sabem somar ou porque há os que a usam para enganar e explorar os outros, ou, como diz Nobrega (1955:33):

O fato de se admitir a fraude ou a exploração nalguma coisa é a admissão da coisa verdadeira, - no caso sofrendo a ação dos falsificadores. Sem esta, sem a coisa verdadeira e genuína, ninguém teria pensado na outra, que é a sua deturpação, o seu desvirtuamento, a fraude, a exploração, enfim. A mentira é sempre a distorção da verdade.

Há outros pastores que se limitam a orientar seu rebanho a que ore para que Iavéh coloque o seu escolhido nos cargos em disputa. Durante as entrevistas desta pesquisa pôde-se perceber que muitos pastores julgam não falar de política pelo simples fato de não falarem das eleições, de não citarem os cargos políticos a que estão concorrendo os

---

<sup>61</sup> Entende-se por demagogo, em sua acepção original, o termo, cujo étimo grego é formado pela composição de dois radicais: *demos* - povo e *agogôs* – condutor, originando o significado de “conduzir o povo em assuntos políticos.” (NOBREGA, 1955:30)

políticos visitantes. Contudo, o não citar, mencionar, referir, apresentar determinado candidato diante da igreja, também é um discurso político, como diz Chauí (2003:21):

O discurso ideológico é um discurso feito de espaços em branco, como uma frase na qual houvesse lacunas. A coerência desse discurso (...) é graças aos brancos, graças às lacunas entre as suas partes, que esse discurso se apresenta como coerente. Em suma, é porque não diz tudo e não pode dizer tudo que o discurso é coerente e poderoso.

Ao não apresentar um e apresentar outro, constrói-se um discurso de aval do pastor para o que foi apresentado e reprovação para o não apresentado. Como ainda diz Chauí (*op.cit.*):

A ideologia é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência é o ocultamento ou a dissimulação do real. (...) é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado.

Tal atitude dos pastores deixa transparecer que eles pensam que o rebanho que está sob seu cuidado é uma massa uniforme. Entende-se, neste particular, o conceito de massa não de acordo com a teoria marxista das massas operárias, mas conforme o conceito de Baudrillard (1985:22), de massa como ‘maioria silenciosa’. Este teórico afirma que:

o único referente que ainda funciona é o da maioria silenciosa. Todos os sistemas atuais funcionam sobre essa entidade nebulosa, sobre essa substância flutuante cuja existência não é mais social mas estatística, e cujo único modo de aparição é o da sondagem, (...) uma simulação no horizonte social, ou melhor, no horizonte em que o social já desapareceu. O fato de a maioria silenciosa (ou as massas) ser um referente imaginário não quer dizer que ela não existe. Isso quer dizer que não há mais representação possível. As massas não são mais um referente porque não tem mais natureza representativa. Elas não se expressam, são sondadas. Elas não se refletem, são testadas.

Contudo, Canetti (1995:23-24) parece ser mais apropriado a esta análise ao perceber que muitas igrejas e pastores desejam o oposto da massa, quando diz:

o que tais igrejas desejam para si é, ao contrário da massa, um rebanho obediente. (...) à tendência fundamental da massa - o crescimento -, renunciam inteiramente. Contentam-se com a ficção temporária de uma igualdade entre os fiéis, igualdade esta que jamais é levada a cabo com demasiado rigor; satisfazem-se com uma certa densidade, mantida dentro de fronteiras comedidas (...) em determinados espaços e em certos momentos, reúnem-se os fiéis e, por meio de atividades sempre idênticas, são colocados em um estado semelhante ao da massa, mas sob

uma forma abrandada - um estado que os impressiona, sem, contudo, tornar-se perigoso, e ao qual eles se acostumam.

Numa análise das expressões cúllicas dos evangélicos brasileiros, Mendonça (1986:123) destaca algumas questões, embora cometa o equívoco da não compreensão da simbologia do discurso; assim se expressa: “Pentecostalismo: palavras, gestos, mãos erguidas, êxtases, danças. Área de eficácia simbólica. Protestantismo Tradicional: discurso lógico tradicional. Nenhuma eficácia simbólica”.

Ao analisar discursos, munimo-nos de instrumentos que nos permitem enxergar de forma mais complexa ou profunda essas expressões, levando-nos a concluir que, mesmo sem os exageros dos pentecostais com os gestos, as mãos, os êxtases e as danças, o protestantismo tradicional, ou histórico, possui a sua eficácia simbólica no uso específico de palavras, na entonação, nas pausas, etc.

No sentido comum, o pastor, como líder religioso que é, figura como o referencial de pessoa mais próxima e com a comunicação mais constante e direta com Deus, fortalecendo o poder de formar opinião no grupo religioso que lidera. Ele é portador de um grau de influência capaz de orientar o grupo (comumente chamado de rebanho de pessoas) para adotar certos procedimentos e, no caso específico, orientações de cunho político-partidário, conforme vimos discutindo ao longo deste trabalho.

Mesmo que o pastor não declare seu envolvimento ou opção político-partidária, possui uma visão política e a mesma pode transparecer diante de sua comunidade religiosa, pois não há ação pública ou social que não tenha uma conotação política, especialmente no momento imediato que antecede as eleições. Mesmo essa ação não sendo de forma sistemática e intencional, almejando granjear apoio e votos para a eleição de determinado candidato, ela reflete uma postura que os membros da comunidade assimilam. A principal

preocupação do pastor, com a postura adotada, deve estar na sua atitude auxiliadora ou prejudicial quanto à visão da missão pastoral.

O professor Marcus Figueiredo, que trabalha à frente do Doxa - Laboratório de Pesquisa em Comunicação do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro), numa entrevista sobre o quanto a notícia veiculada no jornal impresso interfere no voto do cidadão, afirmou que:

Ela interfere de forma indireta por vários caminhos: primeiro por meio do formador de opinião, - definido sociologicamente, ou seja, pessoas com personalidade política ativa, como o dono do botequim, o jornalista ou um membro da associação de bairro (e, para nós, o pastor). Essas pessoas lêem a notícia e repassam as informações, já com seus comentários, para o seu grupo de referência.<sup>62</sup>

Sendo assim, o veículo de informação é importante, contudo, sem a interação do “formador de opinião”, o processo não se estabelece. Porém, é preciso verificar se o pensamento do pastor, quanto à orientação do rebanho na opção político partidária, foi alterado em função dos fatores sociais atuais ou se ele mantém obediência às doutrinas acerca do assunto firmadas por sua igreja.

Considere-se o fato de que os líderes evangélicos são formados dentro de sua própria comunidade evangélica, seja ela da denominação religiosa ou não, ou são enviados a seminários ou faculdades de teologia com posicionamentos doutrinários que não firam ou não confrontem o posicionamento da sua igreja. Entre os pastores que fizeram curso teológico, cerca de 50% o fizeram numa instituição da própria igreja. Esse número seria maior se houvesse instituições teológicas confessionais específicas de determinadas igrejas na cidade.

Com esse comportamento, o processo de afirmação da visão do pastor sobre muitos temas – como a incorporação de mulheres nas atividades do ministério eclesiástico –

---

<sup>62</sup> Publicada na revista *Observatório da Imprensa*, ano 8, edição 301 de 02/11/2004, p. 28.

ao invés de crescer e ampliar-se, simplesmente solidifica-se na posição estanque em que se encontra, limitando a visão do pensamento do homem no que tange às questões religiosas e inclusão social no próprio meio evangélico.

Assim, as comunidades com tendências ao isolamento político reforçarão esse comportamento através da escolha das escolas teológicas de linha conservadora e fundamentalista, enquanto aquelas mais voltadas a uma efetiva participação político-partidária buscarão escolas mais liberais e serão capazes até mesmo de lançar candidatos próprios.

Podemos encontrar essa reafirmação de valores solidificados por uma formação controlada no fato de que, embora possua muito mais mulheres do que homens entre seus integrantes – até como reflexo da sociedade em que está inserida, onde há percentualmente mais mulheres do que homens – as igrejas evangélicas não têm facilitado o acesso da mulher aos cargos superiores. Elisa Martins, numa reportagem da Revista Época,<sup>63</sup> afirma que:

Entre os evangélicos, as mulheres são maioria: quase 15 milhões contra pouco mais de 11 milhões de homens, segundo o último censo do IBGE. Na hora de alcançar postos de destaque, no entanto, elas ainda esbarram em proibições na maioria das denominações - que consideram o pastorado feminino contrário à Bíblia. 'No texto de Coríntios, o apóstolo Paulo prega que Cristo é o cabeça de todo homem, o homem o cabeça da mulher e Deus o cabeça de Cristo', afirma o pastor Russell Shedd, professor da Faculdade Teológica Batista, em São Paulo. 'É uma questão de autoridade. Na igreja, a mulher tem a função de auxiliar o homem. Não pode liderar o próprio marido.' (...) No Brasil, as igrejas Metodista, Anglicana, do Evangelho Quadrangular, Presbiteriana Independente, Exército de Salvação e Universal do Reino de Deus, por exemplo, ordenam pastoras. No fim do ano passado, Sandra Kochmann, de 33 anos, tornou-se a primeira rabina do Brasil e virou rabina-assistente da Associação Religiosa Israelita (ARI). Outras igrejas ainda discutem o assunto. Há sete anos a Batista tenta chegar a uma definição oficial. Nesse meio tempo, surgiram dez pastoras da denominação no país.

Em Campina Grande, localizamos as mulheres Mércia, da Comunidade Vida Nova; Dione, da Congregacional do Catolé; e Rivanda, da Igreja Nacional do Senhor Jesus,

---

<sup>63</sup> Edição 318 - 21/06/2004 – caderno sociedade - Igreja: Cresce o número de mulheres líderes religiosas.

como pastoras principais em suas igrejas – há outras, mas atuam subordinadas a um pastor – demonstrando o conservadorismo quanto a esse assunto.

É interessante notar que 95,2% dos pastores evangélicos de Campina Grande votariam numa mulher nas eleições para um cargo político-partidário, mas em contrapartida, há apenas 5 mulheres pastoras na cidade (cerca de 2,4% do universo total de pastores evangélicos) e, conforme informação fornecida pelo Rev. Clélio Cabral de Melo, presidente da OMEB – Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil - secção Campina Grande, nenhuma delas ainda foi aceita como membro da Ordem.

A questão da existência de uma liderança feminina transcende ao ambiente eclesiástico. Segundo pesquisa efetuada pelo Senado Federal, os homens predominam entre os legisladores municipais. O I Censo do Legislativo brasileiro apurou que:

88% dos que ocupam as vagas nas Câmaras brasileiras são homens. Em João Pessoa, de uma bancada de 21 vereadores, apenas duas mulheres estão trabalhando - as vereadoras Paula Frassinete e Nadja Palitot, ambas do PSB. Na Câmara de Campina Grande, a vereadora Ivonete Ludgério (PDT) é a única representante do sexo feminino em meio a 15 colegas.<sup>64</sup>

Esse tema carece de uma análise individualizada em sua problemática, fato que, devido à especificidade do objeto que está sendo contemplado neste trabalho, tal não pode ser atendida.

Nessa mesma linha de comportamento – não votar em determinado grupo ou categoria social –, pode-se verificar, através da pesquisa, que entre os pastores evangélicos de Campina Grande há mais rejeição a votarem em homossexuais (95,2%) e alguém vítima de escândalo (95,2%) do que em prostitutas (85,7%). Essa questão parece transparecer que

---

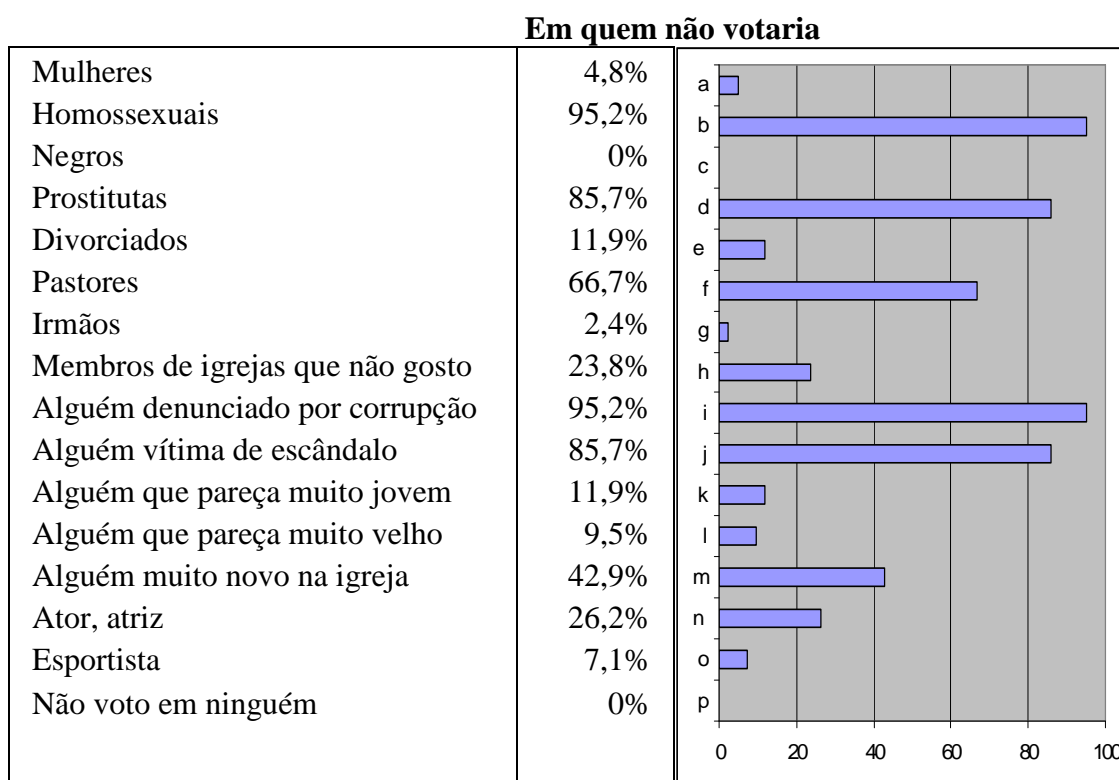
<sup>64</sup> Fonte: O Jornal da Paraíba, Edição de domingo, 23/04/2004



na mentalidade dos pastores há uma relação próxima entre homossexuais e escândalos.<sup>65</sup>

É curioso notar como atualmente a questão do divórcio não é mais tão relevante, principalmente quando indagados acerca de um possível voto envolvendo alguém nesta condição: apenas 11,9% dos pastores disseram que não votariam em alguém que fosse divorciado. Surpreendentemente esse índice é maior entre os evangélicos históricos, 19%, muito menor entre os pentecostais, 6,7%, e nenhum dos pastores neo-pentecostais fariam restrições a candidatos divorciados. Há maior reservas para com atores ou atrizes candidatos, com 26,2% (19% entre os evangélicos históricos, 40% entre os pentecostais e 16,7 entre os neo-pentecostais) do que para com divorciados.

Entre os principais grupos, o total de pastores entrevistados (42 pastores) se posicionou conforme dados abaixo, acerca da questão *em quem não votaria* para um cargo:



<sup>65</sup> Informalmente alguns pastores disseram que não votariam em homossexuais por julgar que eles agem como promotores do comportamento homossexual e não com uma normalidade característica de um cidadão integrado ao seu meio.

numa visão detalhada por linha teológica, a saber, evangélicos históricos, pentecostais e neo-pentecostais, responderam à mesma questão, conforme mostra, respectivamente, o gráfico abaixo:

### Em quem não votaria

Mulheres	4,8	6,7	0
Homossexuais	90,5	100	100
Negros	0	0	0
Prostitutas	76,2	100	83,3
Divorciados	19	6,7	0
Pastores	66,7	73,3	50
Irmãos	4,8	0	0
Membros de igrejas que não gosto	38,1	13,3	0
Alguém denunciado por corrupção	90,5	100	100
Alguém vítima de escândalo	76,2	93,3	100
Alguém que pareça muito jovem	14,3	13,3	0
Alguém que pareça muito velho	9,5	13,3	0
Alguém muito novo na igreja	42,9	46,7	33,3
Ator, atriz	19	40	16,7
Esportista	4,8	6,7	16,7
Não voto em ninguém	0	0	0

Através de uma análise cuidadosa destes dados pode-se supor que a visão do pastor não está priorizando a sua missão religiosa e espiritual como atuante de campo diferente da missão política.

O ser pastor no seio evangélico, independente de gênero, muitas vezes está tão distante das definições originais do termo e da visão da missão que lhe é precípua, que favorece o questionamento da atual norma doutrinária para estabelecimento dos mesmos. A posição do pastor na vida eclesiástica apresenta tal importância que muitos a buscam apenas como *status*. Esses, facilmente poderão se aproveitar do cargo para adquirir benefícios econômicos e sociais, como usar a instituição como “trampolim” para carreiras extra-eclesiásticas, no campo da política partidária, transformando os púlpitos em palanques.

### 3. PASTORES E PALANQUES: A VISÃO DA ELEIÇÃO

É inquestionável que a cidade de Campina Grande abriga uma comunidade diversa e, nessa diversidade, podemos identificar os agrupamentos religiosos. Esses agrupamentos já foram devidamente descritos e identificados anteriormente neste trabalho.

Cada grupo relevante entre evangélicos foi contemplado entre as amostras selecionadas. Procurados para se apurar seu posicionamento acerca do tema deste trabalho, submeteram-se a uma entrevista semi-estruturada (há um modelo da mesma no Apêndice). Como já foi dito, optou-se por um questionário amplo, procurando numa única visita extrair-se o máximo possível de informações para, a *posteriori*, proceder a devida seleção das mais relevantes. Porém, após cuidadoso exame nas respostas fornecidas, decidiu-se por considerar para análise todas as perguntas fornecidas, procurando-se manter a neutralidade que conduz a cientificidade da pesquisa e fornecendo bases para posteriores análises mais profundas.

Os evangélicos originários da Reforma Protestante do século XVII<sup>66</sup> posicionam-se como defensores da separação entre Igreja e Estado, fato incontestado pelo que foi apresentado na caminhada histórica, embora se deva reconhecer que as denominações evangélicas pregam diferentes níveis de separação, que vão desde a total separação, onde um poder não interfere em nada no outro e ambos possuem liberdade em seus campos de ação, até a simples separação de cargos, mas onde todas as atribuições são entrelaçadas. Não se pode concordar com essa última proposta, pois ela é apenas exterior e figurativa e os poderes misturam e confundem seus propósitos e corrompem seus princípios. Também não se pode ser romântico a ponto de acreditar na proposta de total separação entre Igreja e

---

<sup>66</sup> Entre as igrejas conhecidas como históricas, a única exceção é a Igreja Batista, que advoga pré-existir a Reforma.

Estado, pelo simples fato de que ambos são expressões do ser social e instrumentos através dos quais se exerce a cidadania. Por serem ambos os poderes correspondentes aos anseios do ser humano (anteriormente falou-se sobre a ‘espiritualização da sociedade contemporânea’), eles devem trilhar com equidistante isenção e com harmonia em assuntos que tratem de temas com abrangência nos dois campos.

Um dos principais livros de doutrinas da Igreja Reformada, *As Institutas*, escrito por João Calvino (1991:13), em seu capítulo VI, expressa os anseios de Calvino pelo reconhecimento, por parte dos soberanos da época, do que a Reforma estava fazendo no sentido de recuperar a “verdadeira religião”. Daí o sentido da extensa e bela dedicatória que ele faz da obra ao rei Francisco I da França, datada de 1º de agosto de 1536, tendo em vista o sofrimento dos evangélicos na França e, quem sabe, tentando explorar os litígios do rei com Carlos V e o próprio Papa. Daí, o seu esforço para descrever com clareza as relações entre o poder eclesiástico e a jurisdição do Estado. Para ele o homem está sujeito a um duplo governo: o espiritual, que significa o ânimo ou vontade interior (reino espiritual) e o político, que envolve reis e leis distintas que ordenam os costumes exteriores. Um reino espiritual e uma jurisdição terrena.

A separação entre Igreja e Estado proposta pela Reforma Protestante concretiza-se nos Estados europeus de maioria evangélica como Alemanha, Suécia, Dinamarca, Suíça, etc. E embora assim não seja na Inglaterra, alcança o novo mundo através da colonização britânica dos Estados Unidos da América.

Num dos momentos de maior questionamento dessa proposta, durante o governo de Hitler na Alemanha, as igrejas evangélicas unidas reagiram à intenção do *Kaiser* de sobrepor-se a tudo, inclusive às igrejas, e proferiram uma declaração que apresenta o seguinte teor, em seu artigo 5º:

« *Tenham temor a Deus, respeitem o rei!* » (1 Pedro 2, 17).

- Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão específica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir desse modo, a missão confiada à Igreja.

- Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja poderia e deveria, ultrapassando a sua missão específica, apropriar-se das características, dos deveres e das dignidades estatais, tornando-se assim, ela mesma, um órgão do Estado.

Outro produto da Igreja Reformada é a Confissão de Fé de Westminster,<sup>67</sup> que declara, em seu Capítulo XXIII - Do Magistrado Civil:

Item III - Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embaraçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembleias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas.

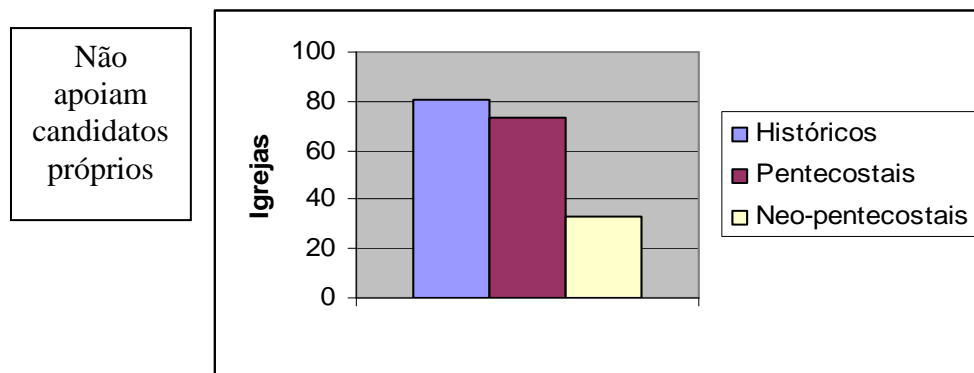
Item IV. É dever do povo orar pelos magistrados, honrar as suas pessoas, pagarlhes tributos e outros impostos, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isto por amor da consciência. Incredulidade ou indiferença de religião não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absolve o povo da obediência que lhe deve, obediência de que não estão isentos os eclesiásticos. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los dos seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto. (*Livro de Confissões*, São Paulo, MPBC, 1969:120)

Essa visão de distanciamento das eleições torna-se perceptível através do fato de muitas igrejas hodiernas não quererem se envolver em política partidária, e entenderem, equivocadamente, que por não apresentarem candidatos próprios – da igreja local ou da denominação religiosa – estão descomprometidos e isentos politicamente.

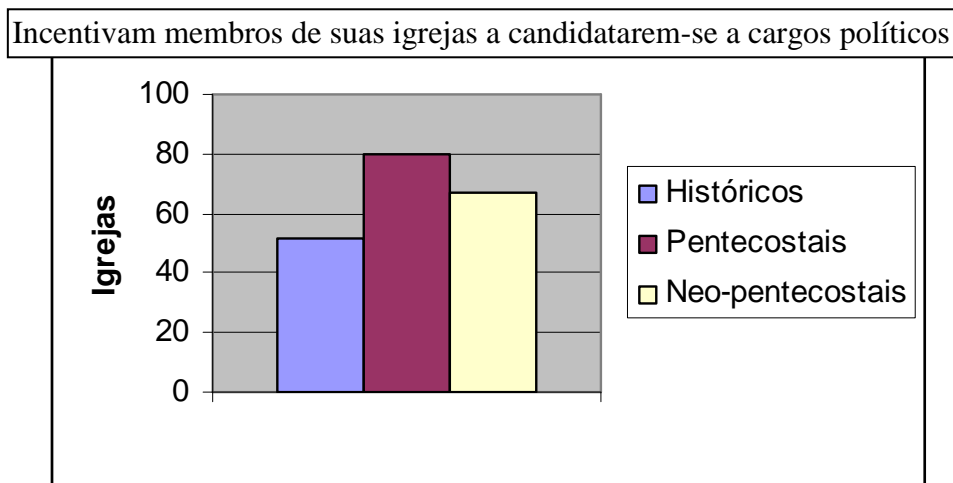
Entre os entrevistados, 71,4% afirmaram que suas igrejas não costumam apoiar candidatos próprios (81% entre os pastores de igrejas históricas, 73,3% entre os pentecostais e 33,3% entre os neo-pentecostais). Destaca-se aqui que não há, entre os

<sup>67</sup> Como já foi dito anteriormente, a *Confissão de Fé de Westminster* é um compêndio de doutrinas adotado pelas igrejas presbiterianas e congregacionais, redigida em 1646 na Inglaterra.

evangélicos históricos, o costume de apresentar candidatos próprios e que, entre os neo-pentecostais, já é costume estabelecido, por exemplo, na Igreja Universal do Reino de Deus, apresentar candidatos próprios.

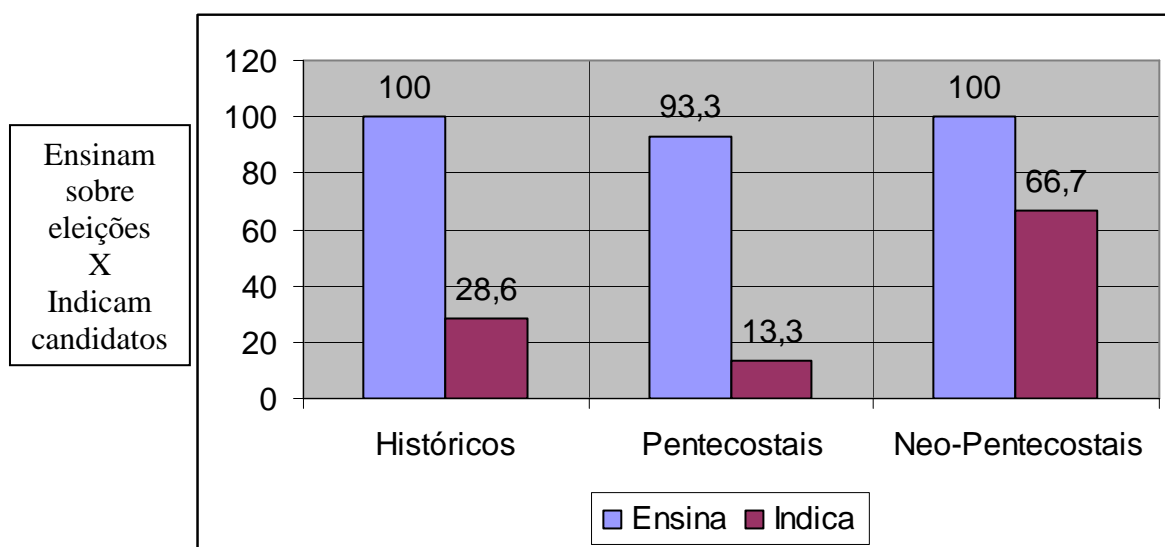


Além disso, 64,3% dos pastores não incentivam membros de suas igrejas a candidatarem-se a cargos políticos (52,4% entre as igrejas históricas, 80% entre os pentecostais e 66,7% entre os neo-pentecostais). A maior causa para essa atitude parece ser o temor do membro se corromper, envergonhando o pastor e difamando a igreja.



Contudo, não apresentar candidatos próprios não quer dizer omitir-se em questões políticas ou não se envolver no processo eletivo; não incentivar membros das igrejas a concorrerem nas eleições a cargos político-partidários, não significa suficiente distanciamento a ponto de não ter de abordar o tema dentro do ambiente eclesialístico.

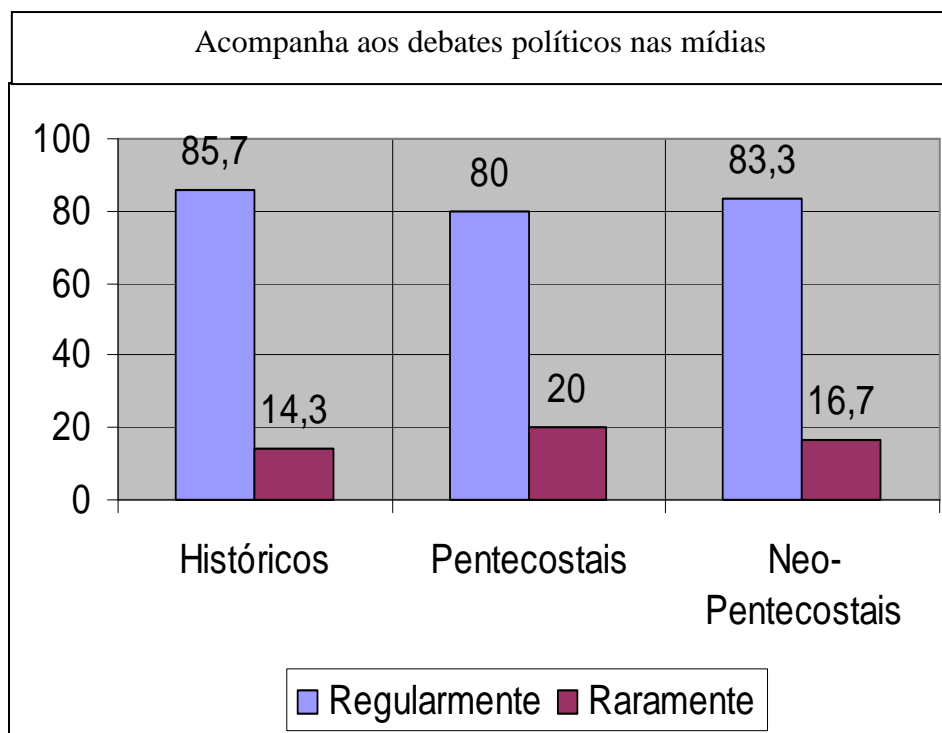
Na verdade, apurou-se na pesquisa que 97,6% dos entrevistados comentam, ensinam ou pregam em suas igrejas, na época das eleições, acerca do tema e destes (100% entre as igrejas históricas e neo-pentecostais e 93,3% entre os pentecostais), 26,9% assumiram que indicam candidatos à sua comunidade religiosa (28,6% entre as igrejas históricas, 13,30% entre os pentecostais e 67% entre os neo-pentecostais).



De qualquer forma, percebe-se que a imensa maioria dos pastores adota prática de orientar suas ovelhas no aspecto político partidário. Muitos dos entrevistados procuraram enfatizar que essa orientação limita-se à conscientização da importância das eleições como instrumento de cidadania e da responsabilidade individual na escolha do candidato. Embora possa parecer uma postura de neutralidade extremamente difícil, essa é a intenção manifesta.

Quando perguntados, 83,3% dos pastores evangélicos entrevistados afirmaram acompanhar regularmente os debates políticos nas mídias. (85,7 entre os históricos, 80% entre os pentecostais e 83,3 entre os neo-pentecostais) contra 16,7 que disse raramente acompanhar (14,3 entre os históricos, 20% entre os pentecostais e 16,7 entre os neo-

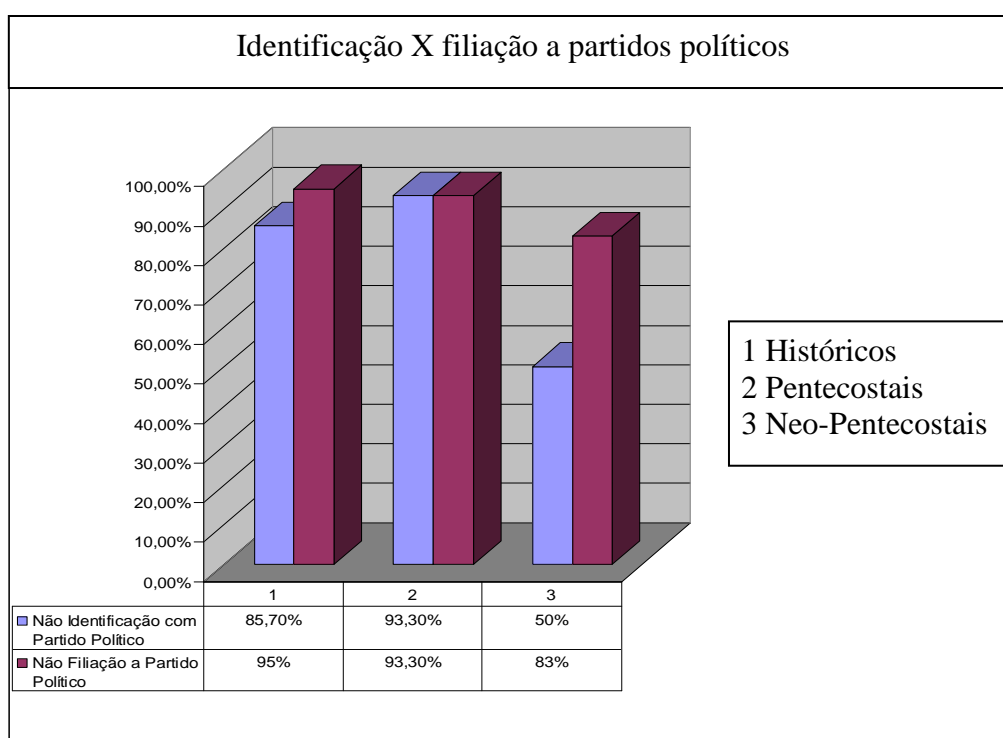
pentecostais) e nenhum dos entrevistados informou não acompanhar aos debates políticos nas mídias.



As igrejas oriundas de divisões mais recentes dentro das igrejas reformadas e históricas produziram o ramo mais conhecido como ‘evangélico’ e que possui posturas mais divergentes das dos reformados e adota uma postura de maior envolvimento Igreja-Estado.

É corrente entre os reformados a opinião de que pastor deve ficar distante desses assuntos. Isso justifica o contabilizado nas entrevistas em que 83,3% os pastores entrevistados afirmaram não se identificar com um partido político (85,7% entre as igrejas históricas, 93,30% entre os pentecostais e 50% entre os neo-pentecostais) e 92,9% não são filiados a nenhuma instituição político partidária (95% entre as igrejas históricas, 93,3% entre os pentecostais e 83,3% entre os neo-pentecostais).





É interessante notar que entre os pastores filiados a partidos políticos não há uma uniformidade partidária. Entre os que se declararam filiados a um partido político, pudemos identificar filiações aos partidos PL (onde os pastores da Igreja Universal do Reino de Deus têm se alojado),<sup>68</sup> que possui 20 prefeitos e 149 vereadores na Paraíba e nenhum deles em Campina Grande,<sup>69</sup> que teve o Pastor Batista da Igreja Universal do Reino de Deus como o candidato mais votado do partido na cidade, com 2.442 (melhor votado do que 2 vereadores eleitos), mas que não obteve o coeficiente necessário para ser eleito. O PL possui ainda 3 deputados federais e um deputado estadual; PSB (no qual o governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, evangélico declarado, candidatou-se a presidente da república em 2002) que possui 7 prefeitos (inclusive o da capital), 23

<sup>68</sup> Está sendo criada uma legenda político-partidária majoritariamente composta por integrantes da Igreja Universal do Reino de Deus, o PRB - Partido Republicano Brasileiro. Em entrevista à Revista Veja o deputado e pastor Jorge Pinheiro explicou que "O partido será autônomo com relação à igreja apesar de ser impulsionado por seus integrantes". "Não se trata do partido da Igreja Universal, porque também aceitará pessoas de outras religiões, mas de uma formação que apoiará a ideologia da Igreja, especialmente no que se refere à defesa dos bons costumes, à família e à moral." Fonte: *Revista Veja*, edição de 29 de setembro de 2005.

<sup>69</sup> Conforme informação divulgada no site do partido - [http://www.pl.org.br/liberal/pl\\_em\\_acao\\_nas\\_cidades.htm](http://www.pl.org.br/liberal/pl_em_acao_nas_cidades.htm), extraída em 20/03/2006, às 7:15h.

vereadores (nenhum em Campina Grande), 1 deputado federal e nenhum deputado estadual na Paraíba;<sup>70</sup> e PHS, que na Paraíba possui 1 prefeito – Município de Santo André - e 8 vereadores nos municípios de Santo André, Alagoinha, Massaranduba, Guarabira e Sousa e nenhum em Campina Grande, nenhum deputado federal e nenhum deputado estadual.<sup>71</sup>

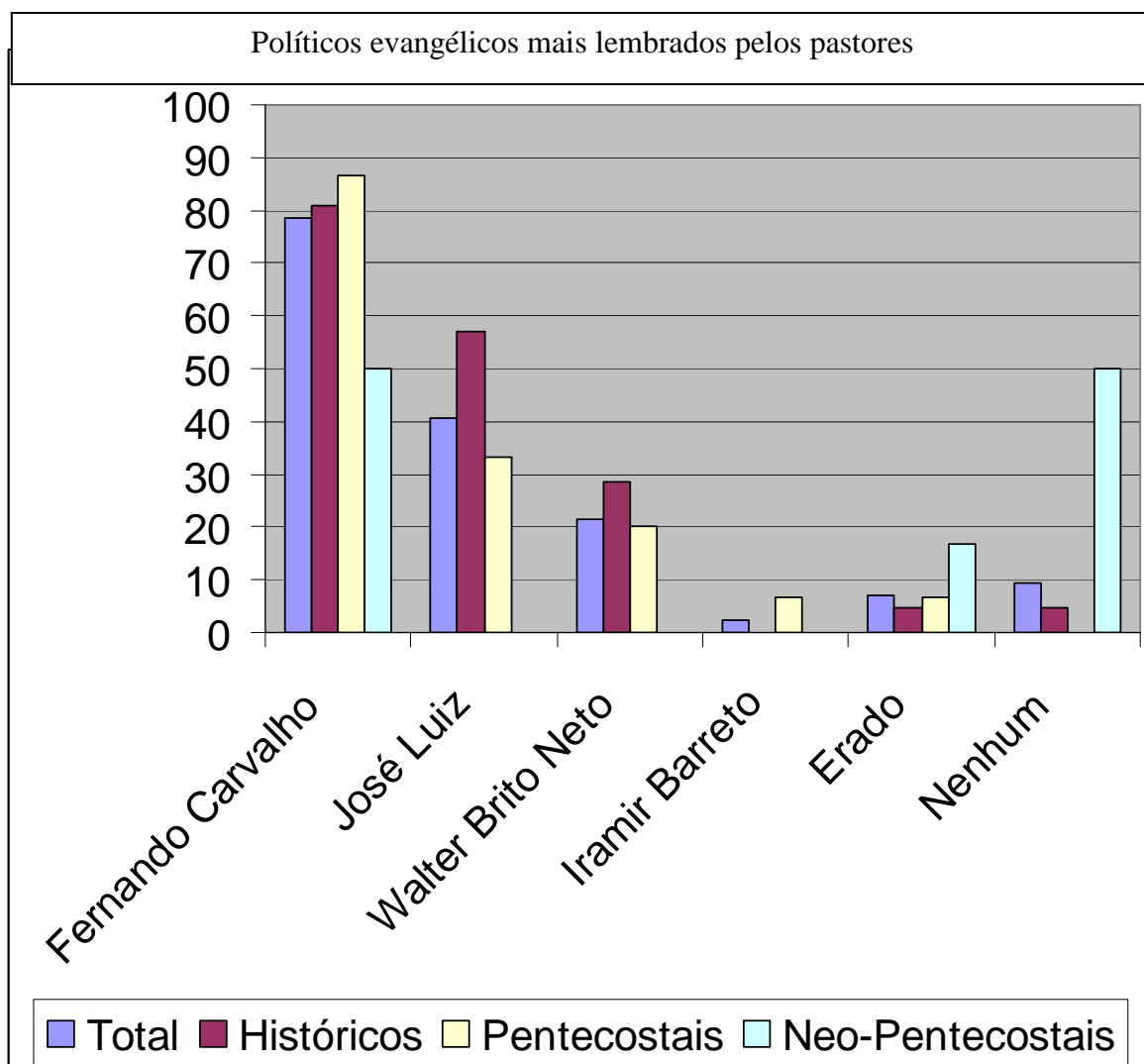
É relevante o fato de não haver em Campina Grande nenhum vereador oriundo de legenda partidária onde há pastores filiados. Isso, mais uma vez, provoca o questionamento do grau de influência desses pastores: embora não seja pré-requisito a filiação partidária para a influência política no período das eleições, tal fato, neste contexto, se torna muito relevante. Deve-se reconhecer que muitos pastores podem direcionar seu discurso a favor ou contra determinado candidato, independente de sua filiação ao respectivo partido.

Neste ponto, deve-se destacar que há entre os pastores evangélicos de Campina Grande um sentimento de que o partido político em si não é condicionante do voto, e sim o candidato. Nesse sentido, perguntou-se aos pastores quais foram os políticos evangélicos eleitos no último pleito municipal e 78,6% mencionaram o vereador Fernando Carvalho (81% entre os pastores de igrejas históricas; 86,7% entre os pentecostais e 50% entre os neo-pentecostais), 40,5% lembraram de José Luiz, vice-prefeito (57,1% entre os pastores de igrejas históricas; 33,3% entre os pentecostais e 0% entre os neo-pentecostais), 21,4% citaram o vereador Walter Brito Neto (28,6% entre os pastores de igrejas históricas; 20% entre os pentecostais e 0% entre os neo-pentecostais), 9,6% mencionaram um nome não correspondente (4,8% entre os pastores de igrejas históricas; 13,4% entre os pentecostais e 16,7% entre os neo-pentecostais) e 9,5% não conseguiram lembrar de nenhum (4,8% entre os pastores de igrejas históricas; 0% entre os pentecostais e 50% entre os neo-pentecostais).

---

<sup>70</sup> Conforme informação divulgada no site do partido: <http://www.psbnaional.org.br>, extraída em 20/03/2006, às 7:40h.

<sup>71</sup> Conforme informação divulgada no site do partido - <http://www.phs31-pb.org.br/mandatariosparaiba.htm>, extraída em 20/03/2006, às 7h.



Como a maioria entrevistada preocupa-se com o candidato e não com o partido político pelo qual o candidato está concorrendo, os pastores declararam não concordar com a existência de tantos partidos políticos no Brasil: 73,8% deles declararam essa posição (71,4% entre os pastores de igrejas históricas; 86,7% entre os pentecostais e 50% entre os neo-pentecostais) e 83,3% deles não conhecem as principais propostas dos partidos (81% entre os pastores de igrejas históricas; 93,3% entre os pentecostais e 66,7% entre os neo-pentecostais).

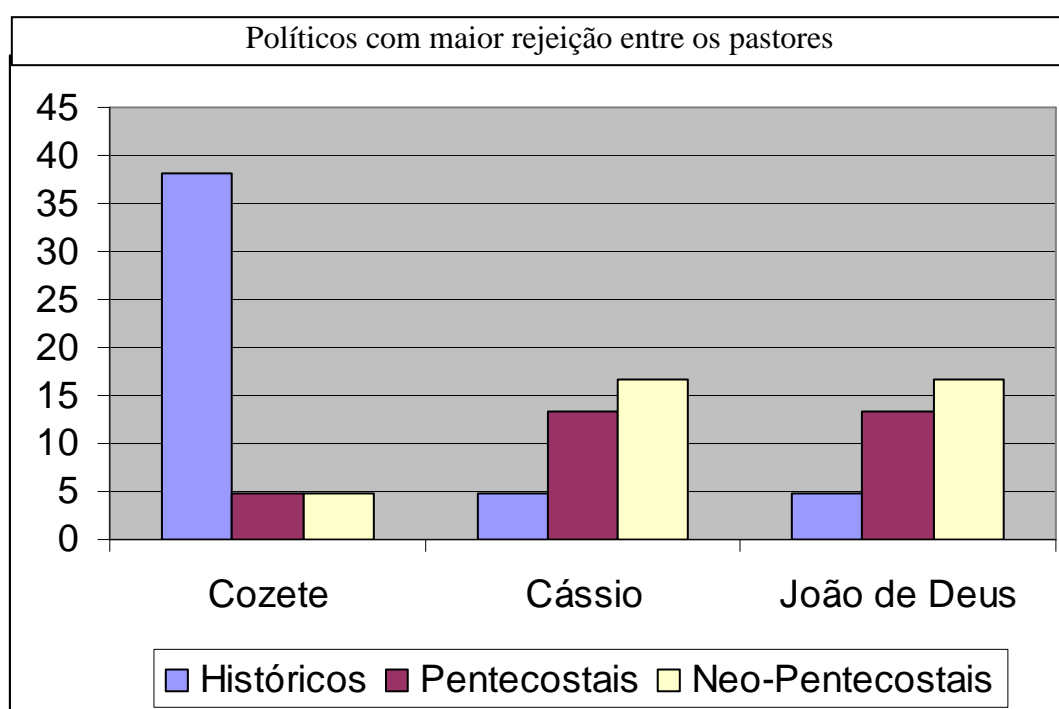
No âmbito dessa pessoalização da eleição, 40,5% dos pastores declararam não votar em candidatos oriundos de igrejas que consideram não merecedoras de confiança

(81% entre os pastores de igrejas históricas; 33,3% entre os pentecostais e 0% entre os neo-pentecostais) e 35% destes declararam jamais votar em candidatos oriundos da Igreja Universal do Reino de Deus.

Também por isso, 73,8% dos pastores informaram que não é correto o eleitor anular seu voto ou votar em branco, provavelmente supondo que, pelo número elevado de candidatos, deve haver algum que mereça a confiança do voto. (76,2% entre os pastores de igrejas históricas; 80% entre os pentecostais e 50% entre os neo-pentecostais). No quesito confiança, 42,9% dos pastores (38,1% entre os pastores de igrejas históricas; 53,3% entre os pentecostais e 33,3% entre os neo-pentecostais) julgaram errado a mudança de partido do candidato e outros 42,9% afirmaram que aceitariam a mudança do candidato eleito por um partido para outro depois de eleito, somente na hipótese do partido de origem desviar-se de seu propósito ou se ferisse a ética. (52,4% entre os pastores de igrejas históricas; 33,3% entre os pentecostais e 33,3% entre os neo-pentecostais).

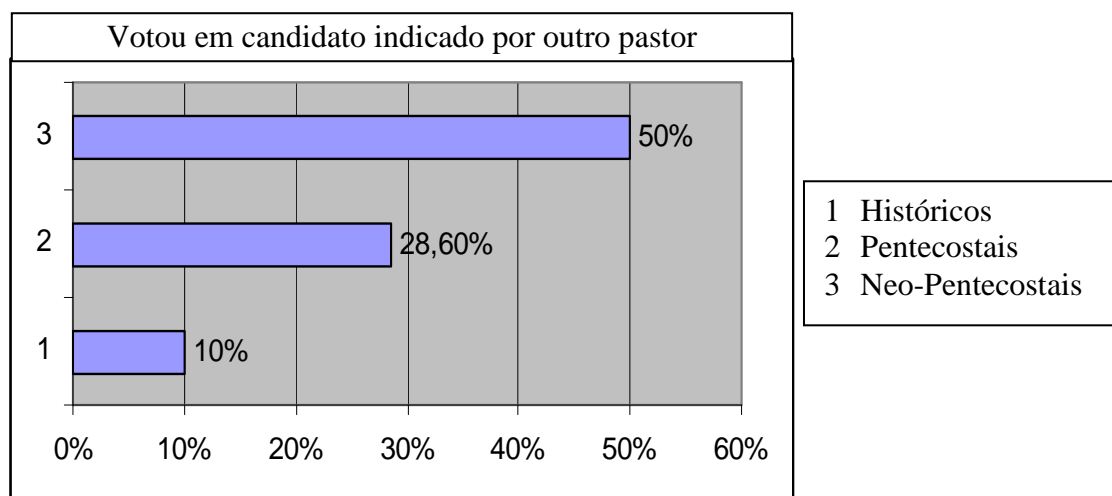
Embora, como já foi dito anteriormente, a maioria dos pastores manifestaram-se indiferentes ao partido pelo qual o candidato está filiado, alguns dos pastores (14,3%), contudo, informaram que jamais votariam no PT. Pode-se relevar este aspecto pelo fato de estar bem próximo da mente do campinense a recente administração do PT na prefeitura, através da ex-prefeita Cozete Barbosa, que, embora não tenha nenhum laço declaradamente evangélico, no momento da coleta de dados desta pesquisa, serviu de referencial negativo para os informantes poderem avaliar prováveis candidatos oriundos do PT. Essa questão toma corpo quando se procede a junção desta pergunta com duas outras perguntas: a que se procurou saber qual o último político que o pastor se lembrava de ter provocado algum tipo de escândalo em Campina Grande ou Paraíba e a que perguntava sobre que político o pastor se lembrava de ter votado algum projeto contrário aos evangélicos. Nas respostas a ambas

as perguntas o nome mais mencionado foi o da ex-prefeita Cozete Barbosa, com 35,7% de referências (38,1 entre os pastores evangélicos de igrejas históricas, 33,3 entre os pentecostais e apenas 16,7 entre os neo-pentecostais), seguida por Cássio Cunha Lima e João de Deus, ambos com 9,5% de menção pelos pastores (4,8 % entre os históricos, 13,3% entre os pentecostais e 16,7 entre os neo-pentecostais). Quanto a ter votado contra projetos que beneficiassem ou que eram de interesse dos evangélicos, o único nome mencionado foi o de Cozete, lembrado por 11,9% dos entrevistados (14,3% entre os históricos, 13,3% entre os pentecostais e nenhuma menção entre os neo-pentecostais).



Esses percentuais também podem refletir uma escondida preferência, ou aproximação, de Cássio com os pastores evangélicos históricos. Fruto da ampla divulgação de seu apoio aos eventos promovidos pela OMEB – Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, secção Campina Grande e pela VINACC – Visão Nacional para a Consciência Cristã, cuja sede está em Campina Grande. Estas duas instituições são de linha conservadora e histórica, embora também agreguem em seu seio pastores de linha pentecostal. Não há nenhum pastor neo-pentecostal membro dessas organizações.

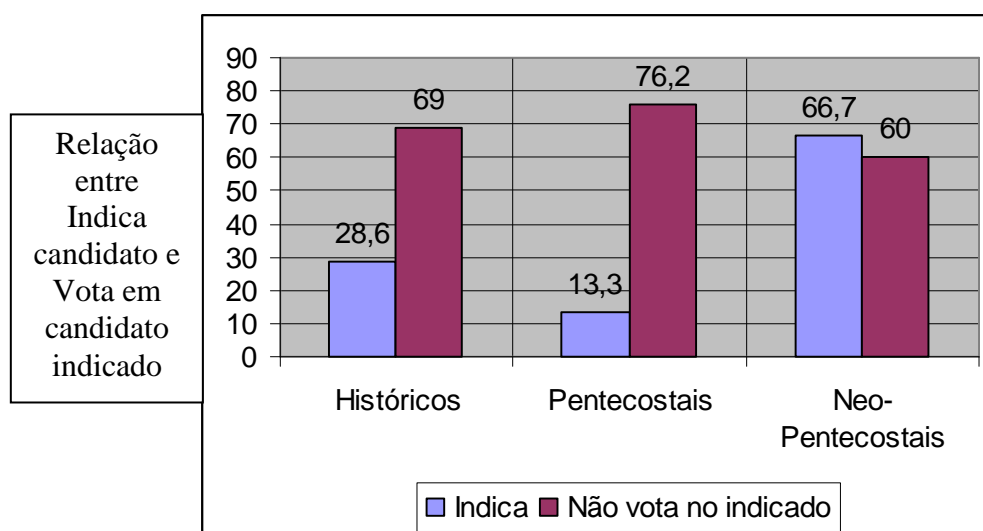
No aspecto de relações de autoridade, considerando-se hierarquias internas, pouco se pôde perceber de influência de um pastor sobre outro através das entrevistas, pois apenas 31% dos pastores já votaram em algum candidato a cargo político-partidário indicado por outro colega pastor (23,8% entre as igrejas históricas, 40% entre os pentecostais e 33,2% entre os neo-pentecostais); desses, 69% o fizeram em atenção a um pastor hierarquicamente superior. (10% entre as igrejas históricas, 28,6% entre os pentecostais e 50% entre os neo-pentecostais). Neste ponto, caso se retirasse a Igreja Universal do Reino de Deus da pesquisa, os neo-pentecostais cairiam para um índice em torno de 13%, principalmente porque eles já são a autoridade máxima na hierarquia de suas igrejas e a Igreja Universal do Reino de Deus é 100% votante na indicação do pastor (ou bispo) hierarquicamente superior.



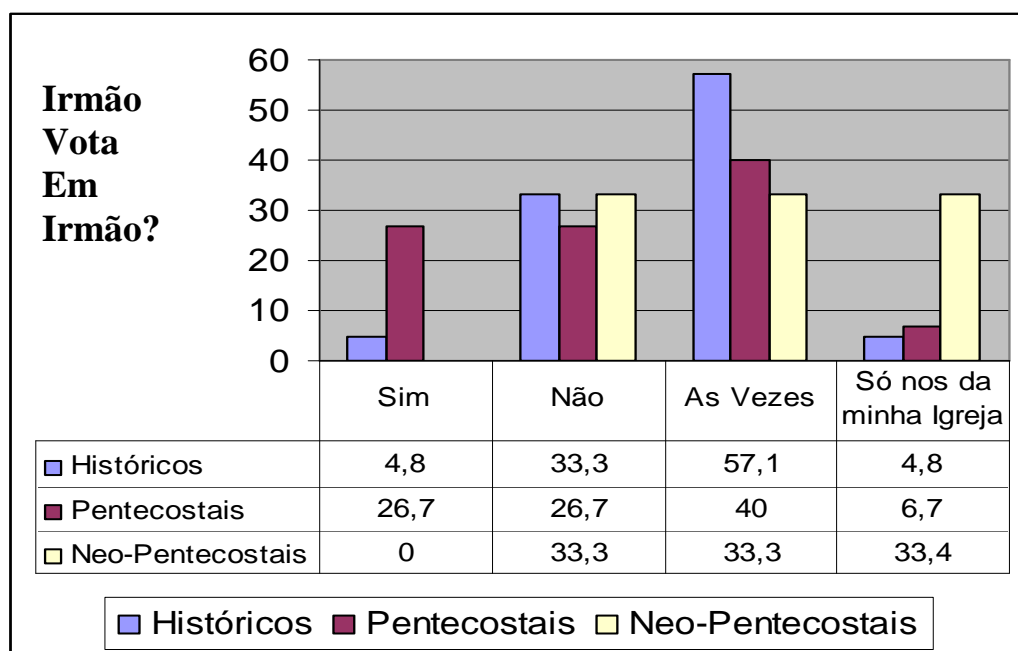
Embora os 31% de pastores que já votaram em algum candidato a cargo político-partidário indicado por outro colega pastor seja um número representativo – pois corresponde a um de cada três pastores da cidade – é relevante o fato de que 69% declarou jamais ter votado sob influência de qualquer outro colega pastor, mesmo que este estivesse acima dele na hierarquia eclesiástica. Esses números são ligeiramente maiores entre os

históricos. Essas análises são muito importantes para os Estudos Culturais, pois elas estão “necessária e profundamente implicadas em relações de poder”. (Johnson, 1999:51)

Embora os pastores se coloquem como não submissos a uma determinação superior quanto ao candidato político, essa postura inverte-se quando diz respeito a querer que o povo da sua igreja vote num candidato indicado por ele. Observou-se que 16,7% deles indicam algum candidato aos membros de sua igreja e 11,9% talvez indicassem, perfazendo um total de 28,6% de possível indicação direta de um candidato a cargos eletivos. Os números dos que não votariam num candidato indicado por outro pastor são aproximados entre os históricos os três grupos, com destaque para os pentecostais. A grande questão está na proporção entre os pastores que indicam candidatos a suas igrejas com 28,6% entre os históricos, 13,3% entre os pentecostais e altos 66,7% entre os neo-pentecostais. Fato muito discrepante, que denota uma postura de ‘faça o que mando, mas não faça o que faço’, está no fato de 66,7% dos pastores neo-pentecostais indicarem algum candidato a sua igreja e, contudo, 60% deles mesmo não votarem em candidatos indicados por outros pastores, numa atitude que parece ser de ampla autonomia e suficiência, que não se percebe entre os pentecostais, onde 76,2% dos pastores não votam num candidato indicado e 86,7% não indicam um candidato a suas igrejas.



É significativo, contudo, que não haja uma determinação religiosa quanto à indicação de candidatos. Muitos não aceitam como imprescindível o candidato ser “irmão”, negando assim a máxima de que “irmão vota em irmão”. Entre os entrevistados pôde-se verificar que 31% não concordam com essa afirmação (33% entre as igrejas históricas, 26,7% entre os pentecostais e 33,3% entre os neo-pentecostais) e esse percentual eleva-se a altíssimos 78,6% se forem acrescidas as respostas de “às vezes” – onde apenas optariam por um irmão se ele apresentasse exatamente as mesmas qualificações (o mesmo perfil de idoneidade e capacidade eleitoral) que um não irmão, então se poderia optar por um irmão, caso contrário, pode-se votar num candidato não irmão, prevalecendo a idoneidade e a capacidade política e eleitoral, em detrimento da religiosa (90,4% entre as igrejas históricas, 66,7% entre os pentecostais e 66,6% entre os neo-pentecostais).



É evidente que há interferência do pastor de uma igreja no modo de pensar individual e comportamental dos membros assíduos aos trabalhos religiosos. Contudo, por mais que haja intenção de influenciar politicamente as pessoas, direcionando-as favoravelmente a determinado candidato a cargo político-partidário, a experiência do



indivíduo a partir de suas necessidades particulares, de seu relacionamento nos locais de trabalho e em outras instituições sociais, de suas relações familiares e de amizade e até mesmo a mídia televisiva têm falado mais alto a ele do que a palavra pastoral. Como diz Foucault (199:42), "Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas dizem muito bem." Pode-se acrescentar aos intelectuais, sem medo de errar, a figura do pastor.

Para o freqüentador da igreja a palavra pastoral deve ser palavra de cunho espiritual, quando divergir disso, grandes obstáculos surgem à perfeita assimilação da proposta que está sendo apresentada. Eis um forte motivo pelo qual não se consegue, entre os evangélicos e reformados, uma clientela eleitoral.

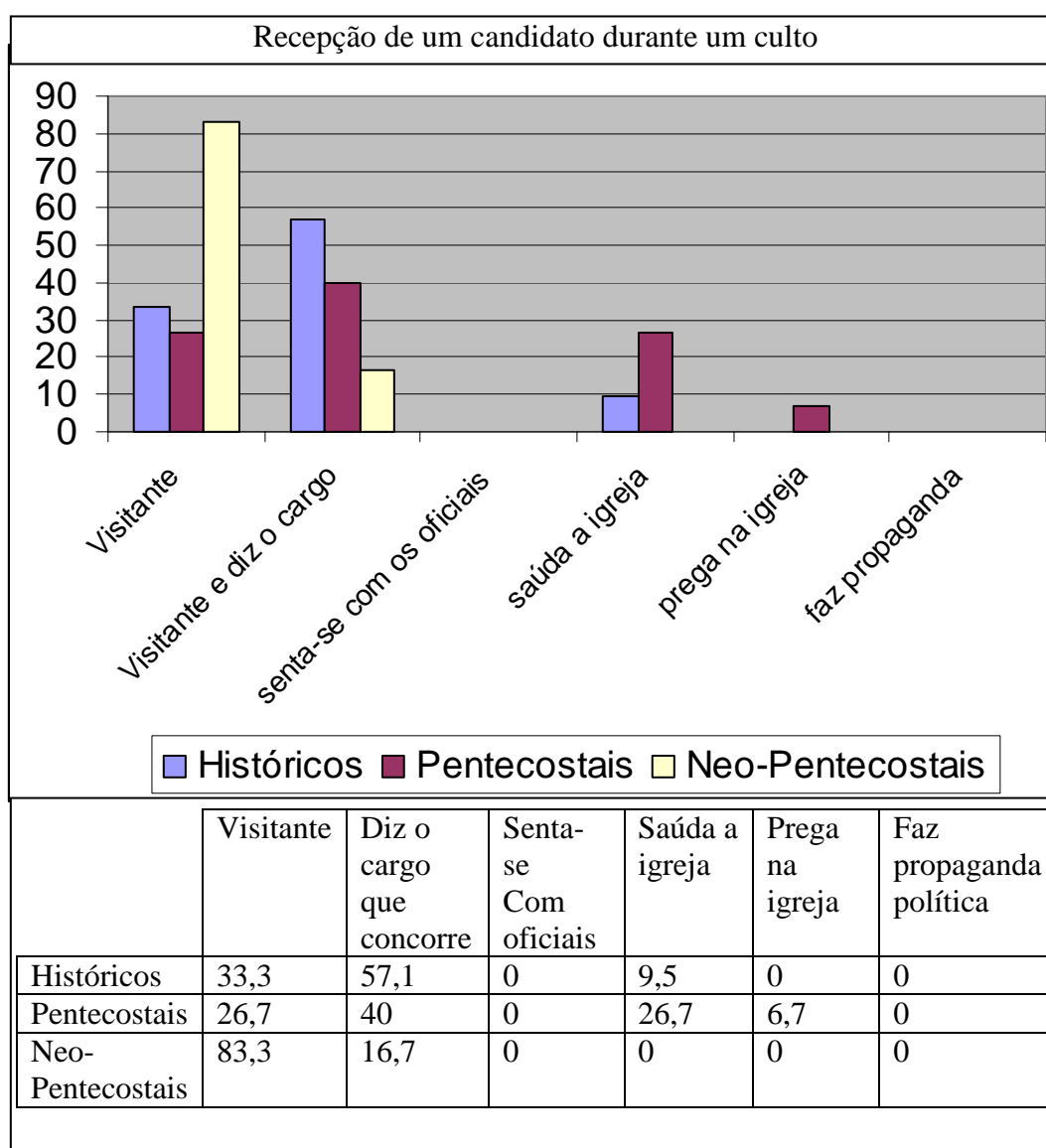
Na pesquisa, percebeu-se que apenas 38,1% dos pastores adota uma postura onde não é possível a indicação objetiva ou mesmo subjetiva de um candidato. Inquiridos sobre qual sua atitude diante da eventual visita de um candidato a cargo político-partidário a um culto em sua igreja, informaram limitarem-se a apresentá-los como um visitante qualquer, sem nem ao menos mencionar o fato do visitante ser político ou candidato.

Não Causa surpresa a constatação de que 83,3% dos neo-pentecostais adotaria a mesma postura, porém, pode-se supor, com outros interesses. Diante da realidade coletiva de que os neo-pentecostais formam um "curral eleitoral" de determinados candidatos, eles não podem abrir o espaço em seus cultos para apresentar, divulgar ou sequer mencionar o nome de outro candidato que não seja o 'oficial'.

Nenhum dos entrevistados declarou permitir a liberdade de propaganda eleitoral de quem quer que fosse durante um momento de culto. Apenas 2,4% concordariam em marcar em outra data e horário um encontro exclusivamente de cunho político-partidário

para o qual convidaria os membros da igreja a participarem, já cientes do propósito da reunião.

Embora muitos demonstrem a preocupação quanto ao púlpito ser usado como palanque, apenas 16,7% dos entrevistados declararam permitir que um político evangélico desse uma saudação ou mensagem à igreja, porém, desde que não falasse de política, ou seja, desde que não mencionasse que está participando do processo eleitoral (9,5% entre os históricos, 33,4% entre os pentecostais e 0% entre os neo-pentecostais).



Entretanto, com essas liberdades ou cerceamentos de informação por parte de alguns pastores para com a igreja, a imagem do candidato é fixada quando de sua visita à igreja e o simples ato de proferir uma saudação a partir do púlpito age como reforço de imagem e, ao vê-lo posteriormente em *out-doors*, horários políticos na TV ou ‘santinhos’ (os *santinhos* não foram permitidos para a atual eleição, a saber, de 2006), a imagem gravada na mente do candidato presente na igreja poderá determinar a sua escolha pelos membros daquela comunidade religiosa. É a indicação subjetiva.

É igualmente forte a situação do candidato visitar a igreja e o pastor não mencionar a sua presença; os irmãos, ao verem o candidato presente ao culto e o pastor desprezando esse ‘ato de fé do candidato’ pode provocar também uma propaganda positiva para o candidato ao reforçar sua humildade em estar ali e nem falar em política.

Em outro momento da entrevista os pastores informaram que não apresentam candidatos a cargos políticos, mas, se o candidato já exerce um cargo, ele é apresentado como a autoridade pública que é. Porém, tal atitude pode servir para estabelecer uma continuidade de poderes e manter o *status quo*.

Toda essa pretensa dominação do pastor sobre o rebanho evangélico localiza-se apenas no imaginário que forma o senso comum do brasileiro. Já foi dito anteriormente da incapacidade da Igreja Assembléia de Deus em eleger como vereador em Campina Grande um candidato único e oficial da denominação. Outro fato que comprova tal afirmação está na figura eclesiástica evangélica mais polêmica em todo território nacional: a Igreja Universal do Reino de Deus. Conforme notícia veiculada no dia 29 de março de 2006 pelo Diário do Comércio de São Paulo, intitulada “Mar de votos fiéis”, o presidente Lula buscava o apoio dessa potência religiosa e política (entenda-se de eleitores):

Ao colocar um aliado no PRB e atrair o partido, Lula traria para si os votos de uma das maiores e mais bem articuladas denominações evangélicas, a Igreja

Universal do Reino de Deus. São cerca de 10 milhões de membros, milhares de templos e um poder de comunicação incomparável, tendo sob seu controle as redes de TV Record e Mulher e jornais como a Folha Universal – com tiragem de 1,5 milhão de exemplares por semana –, centenas de rádios e retransmissoras espalhadas pelo País.

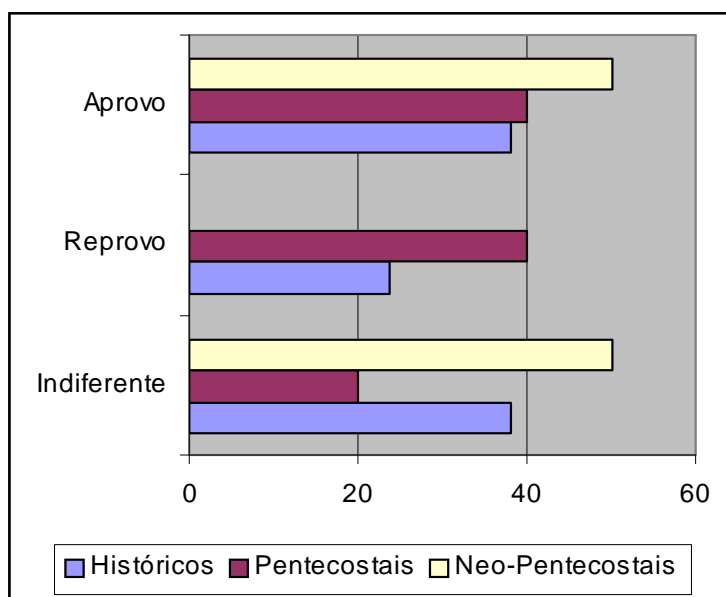
Diante dessa reportagem, pode-se perceber claramente que o fato de ser uma potência religiosa, a Igreja Universal do Reino de Deus não tem conseguido transformar esse poder em votos para seus candidatos.<sup>72</sup> Possuindo todos os instrumentos midiáticos acima mencionados, há apenas um representante da Igreja em toda a Paraíba (o deputado estadual Pastor Fausto Oliveira). Talvez, essa não eleição de um candidato que possui atrás de si uma grande base eleitoral esteja no distanciamento do candidato e de seus eleitores no intervalo das campanhas eleitorais. Apenas 10% das igrejas dos pastores entrevistados possuem um político exercendo cargo eletivo e 90%, por não possuírem nenhum, estão mais distantes das informações acerca do que o candidato está fazendo. Na pesquisa procurou-se identificar também o nível de envolvimento e de satisfação dos pastores para com os políticos eleitos.

As respostas dos pastores apontaram os mesmos índices de satisfação (ou de insatisfação) quanto aos políticos ou aos seus projetos: 42,9% aprovam seu desempenho e 26,2% estão indiferentes. (aprovam: 38,1% dos históricos, 40% dos pentecostais e 66,7% dos neo-pentecostais; estão indiferentes: 23,8 dos históricos, 26,7 dos pentecostais e 33,3% dos neo-pentecostais). Em contrapartida, 31% reprovam esses mesmos políticos (38,1 dos históricos, 33,3 dos pentecostais e 0% dos neo-pentecostais)

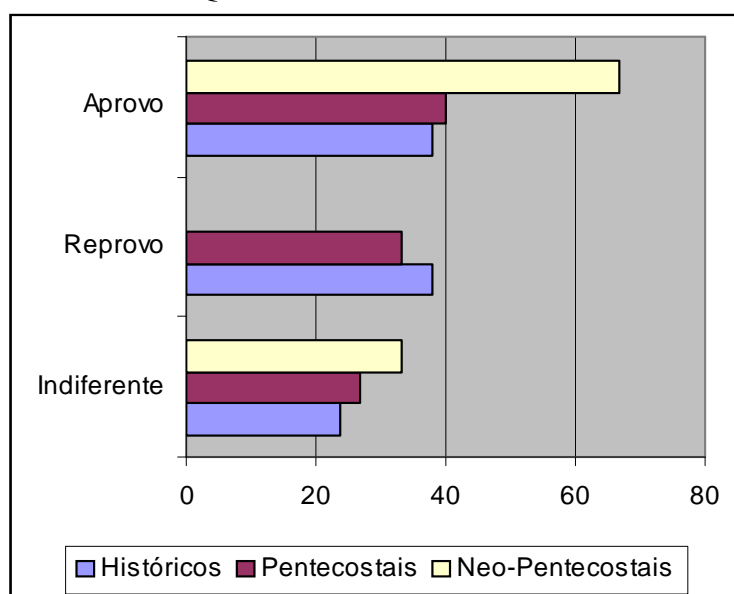
---

<sup>72</sup> Embora se deva reconhecer que no Rio de Janeiro a Igreja Universal do Reino de Deus já conseguiu eleger um senador – Marcelo Crivela –, tal fato deve ser analisado a partir do contexto da eleição e não da religião.

## QUANTO AOS POLÍTICOS

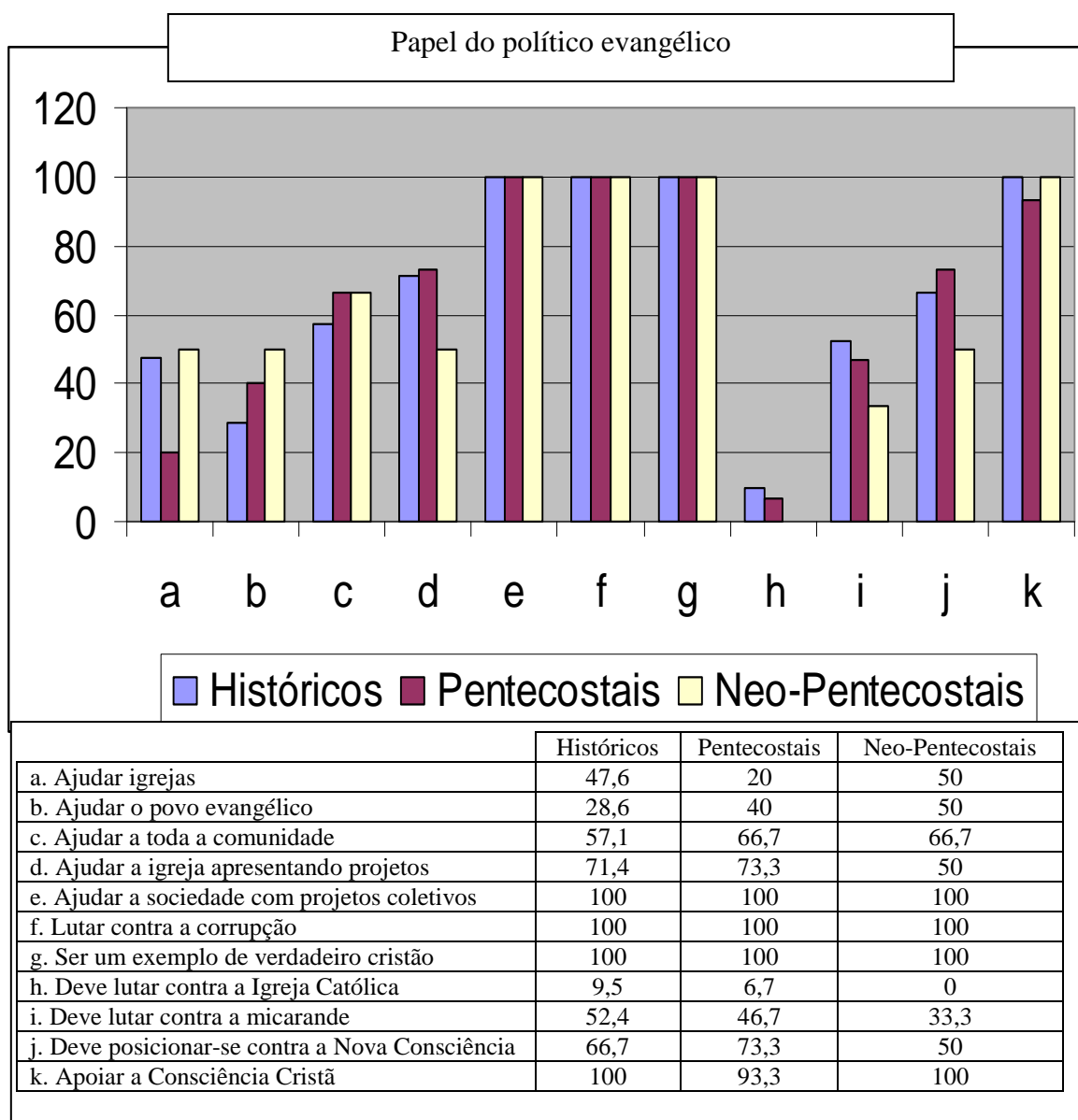


## QUANTO AOS PROJETOS



Muito dessa atitude de reprovação ou de indiferença está na confusão que há na visão dos pastores acerca do papel do político, especialmente do político eleito a partir de um perfil evangélico e buscando votos nas igrejas. Foi perguntado aos pastores qual era, na visão deles, a principal atuação do político evangélico. As respostas que alcançaram maiores percentuais foram: ajudar a sociedade apresentando projetos importantes a todos,

lutar contra a corrupção e ser um exemplo de verdadeiro cristão, todas com 100% de menção pelos pastores, e apoiar a Consciência Cristã,<sup>73</sup> com 97,6% dos pastores.



É interessante destacar que essas respostas fazem transparecer que os pastores evangélicos estão mais interessados em que o político atue em benefício de todos do que

<sup>73</sup> Consciência Cristã é um movimento apologético de defesa da fé cristã que acontece desde 1999 durante o período de carnaval em Campina Grande. É promovido pela VINACC – Visão Nacional para a Consciência Cristã e mobiliza cerca de reuniu mais de 72 mil pessoas na estrutura composta pela Representação do Tabernáculo Bíblico, Central de Palestras, Praça de Alimentação, 25 stands e as instalações do Teatro Rosil Cavalcanti. Conforme informação de seu presidente, Pr. Euder Fábio Guedes Ferreira, publicada no jornal Consciência Cristã em Foco e divulgada no site da organização [http://www.conscienciacrista.org.br/geral/noticias.php?subaction=showfull&id=1142015676&archive=&start\\_from=&ucat=15&](http://www.conscienciacrista.org.br/geral/noticias.php?subaction=showfull&id=1142015676&archive=&start_from=&ucat=15&), extraído em 31/08/2006, às 16h.

em favor de determinado grupo religioso, fato demonstrativo de uma consciência em nível mais coletivizado, independente do ‘ramo’ religioso a que as pessoas pertençam.

Os pastores entrevistados demonstraram que, embora muitos digam não se envolverem em política, especialmente nas eleições, muitos estão comprometidos no processo político-partidário, pois 83,3% (76,2% entre os pastores de igrejas históricas; 86,7% entre os pentecostais e 100% entre os neo-pentecostais) deles votam na cidade e, como eleitores, é impossível não se envolver; ou se positivamente, incluindo-se no processo, depositando seu voto na urna, ou se negativa, justificando o voto e permitindo que outro decida.

A despeito disso, os pastores deixam transparecer uma visão progressista ou declaram que o voto não deveria ser obrigatório: para 59,6% deles (71,4% entre os pastores de igrejas históricas; 60% entre os pentecostais e 16,7% entre os neo-pentecostais), mas que não conseguiram se definir quanto a ser permitido aos jovens de dezesseis e dezessete anos poderem votar, 50% para cada posição (52,4% para sim entre os pastores de igrejas históricas; 66,7% para não entre os pentecostais e 83,3% para sim entre os neo-pentecostais).

Para uma visão geral e comparativa, apresentamos na tabela abaixo a totalização de todas as perguntas feitas aos pastores durante as entrevistas:

Nº	Pergunta		T	H	P	N
	Há quanto tempo exerce o ministério		13,4	16,5	10,6	9,2
1	Qual a orientação da sua igreja para quando num culto regular você recebe a visita de um evangélico candidato a cargo político	A	38,1	33,3	26,7	83,3
		B	45,2	57,1	40	16,7
		C	0	0	0	0
		D	14,3	9,5	26,7	0
		E	2,4	0	6,7	0
		F	0	0	0	0
2	Você se identifica com algum partido político	S	16,7	14,3	6,7	50
		N	83,3	85,7	93,3	50
3	Você é filiado a algum partido político	S	7,1	4,8	6,7	16,7
		N	92,9	95	93,3	83,3
4	Você costuma comentar, pregar ou ensinar aos membros da sua igreja sobre as eleições	S	88,1	100	73,3	83,3
		N	2,4	0	6,7	0
		X	9,5	0	20	16,7

5	Você costuma indicar aos membros da sua igreja algum candidato	S	16,7	23,8	0	33,3
		N	71,4	71,4	86,7	33,3
		X	11,9	4,8	13,3	33,4
6	Você concorda com a frase: “irmão vota em irmão”?	S	11,9	4,8	26,7	0
		N	31	33,3	26,7	33,3
		X	47,6	57,1	40	33,3
		I	9,5	4,8	6,7	33,4
7	Sua igreja costuma apoiar candidatos próprios	S	19	9,5	26,7	33,3
		N	71,4	81	73,3	33,3
		X	9,5	9,5	0	33,4
8	Você incentiva membros de sua igreja a candidatarem-se a cargos políticos	S	21,4	23,8	13,3	33,3
		N	64,3	52,4	80	66,7
		X	14,3	23,8	6,7	0
9	Você concorda que pastores se candidatem a cargos políticos	S	14,3	14,3	0	50
		N	78,6	71,4	100	50
		X	7,1	14,3	0	0
10	Você acompanha aos debates políticos nas mídias	S	83,3	85,7	80	83,3
		N	0	0	0	0
		X	16,7	14,3	20	16,7
11	Quanto aos projetos apresentados pelos políticos evangélicos você diria que	A	26,2	28,6	20	33,3
		B	21,4	19	33,3	0
		C	14,3	9,5	20	16,7
		D	4,8	4,8	6,7	0
		E	33,3	38,1	20	50
12	Você entende que a principal atuação do político evangélico deve	A	38,1	47,6	20	50
		B	35,7	28,6	40	50
		C	61,9	57,1	66,7	66,7
		D	69	71,4	73,3	50
		E	100	100	100	100
		F	100	100	100	100
		G	100	100	100	100
		H	7,1	9,5	6,7	0
		I	47,6	52,4	46,7	33,3
		J	66,7	66,7	73,3	50
		K	97,6	100	93,3	100
13	Dos grupos abaixo mencionados, em quem você não votaria para um cargo político	A	4,8	4,8	6,7	0
		B	95,2	90,5	100	100
		C	0	0	0	0
		D	85,7	76,2	100	83,3
		E	11,9	19	6,7	0
		F	66,7	66,7	73,3	50
		G	2,4	4,8	0	0
		H	23,8	38,1	13,3	0
		I	95,2	90,5	100	100
		J	85,7	76,2	93,3	100
		K	11,9	14,3	13,3	0
		L	9,5	9,5	13,3	0
		M	42,9	42,9	46,7	33,3
		N	26,2	19	40	16,7
O	7,1	4,8	6,7	16,7		
P	0	0	0	0		
14	Você se lembra de algum político que tenha votado projetos contrários aos evangélicos	S	35,7	33,3	40	33,3
		N	64,3	66,7	60	66,7
15	Você já votou em algum político indicado por outro colega pastor	S	31	23,8	40	33,3
		N	69	76,2	60	66,7
16	Você acha correto o evangélico anular seu voto ou votar em branco	S	7,1	0	0	50
		N	73,8	76,2	80	50
		X	19	23,8	20	0
17	Dos partidos abaixo, qual você diria que jamais votaria	A	2,4	0	6,7	0
		B	4,8	4,8	6,7	0
		C	14,3	14,3	20	0
		D	2,4	0	6,7	0
		E	4,8	4,8	6,7	0
		F	0	0	0	0
		G	19	14,3	33,3	0



		H	0	0	0	0
		I	7,1	4,8	13,3	0
		J	2,4	4,8	0	0
		K	4,8	4,8	6,7	0
		L	7,1	4,8	13,3	0
		M	4,8	4,8	6,7	0
		N	28,6	28,6	33,3	16,7
18	Você vota na cidade	S	83,3	76,2	86,7	100
		N	16,7	23,8	13,3	0
19	Sexo	M	97,6	100	93,3	100
		F	2,4	0	6,7	0
20	Possui curso teológico de nível superior	S	57,1	66,7	53,3	33,3
		N	42,9	33,3	46,7	66,7
21	Na sua igreja local há irmãos ocupando cargos políticos	S	9,5	19	0	0
		N	90,5	81	100	100
22	Qual a sua opinião sobre os políticos evangélicos que estão exercendo seus cargos atualmente	A	42,9	38,1	40	66,7
		R	31	38,1	33,3	0
		I	26,2	23,8	26,7	33,3
23	não votaria para um cargo político em membros de igrejas que não gosto	Total	40,5	81	33,3	0
		IURD	14,3	28,6	20	0
24	Qual o último político que você se lembra de ter provocado algum tipo de escândalo	Total	61,9	61,9	73,3	33,3
		Cozete	35,7	38,1	33,3	16,7
		Cássio	9,5	4,8	13,3	16,7
		J. Deus	9,5	4,8	13,3	16,7
25	Que político você se lembra de ter votado projetos contrários aos evangélicos	Cozete	11,9	14,3	13,3	0
26	Você acha correto o voto ser obrigatório no Brasil	S	31	19	26,7	83,3
		N	59,5	71,4	60	16,7
		X	9,5	9,5	13,3	0
27	Você acha correto o voto ser permitido aos menores de idade (16 e 17 anos)	S	50	52,4	33,3	83,3
		N	50	47,6	66,7	16,7
28	Você acha correto políticos elegerem-se por um partido e, depois de eleito, mudarem de partido	S	11,9	9,5	6,7	33,3
		N	42,9	38,1	53,3	33,3
		X	42,9	52,4	33,3	33,3
29	Você concorda com a existência de tantos partidos políticos no Brasil	S	26,2	28,6	13,3	50
		N	73,8	71,4	86,7	50
30	Quanto a esses partidos, você diria que conhece as suas principais propostas	S	16,7	19	6,7	33,3
		N	83,3	81	93,3	66,7
31	Quais foram os políticos evangélicos eleitos no último pleito municipal	Carvalho	78,6	81	86,7	50
		J. Luiz	40,5	57,1	33,3	0
		Walter	21,4	28,6	20	0
		Iramir	2,4	0	6,7	0
		Errado	7,1	4,8	6,7	16,7
		Nenhum	9,5	4,8	0	50

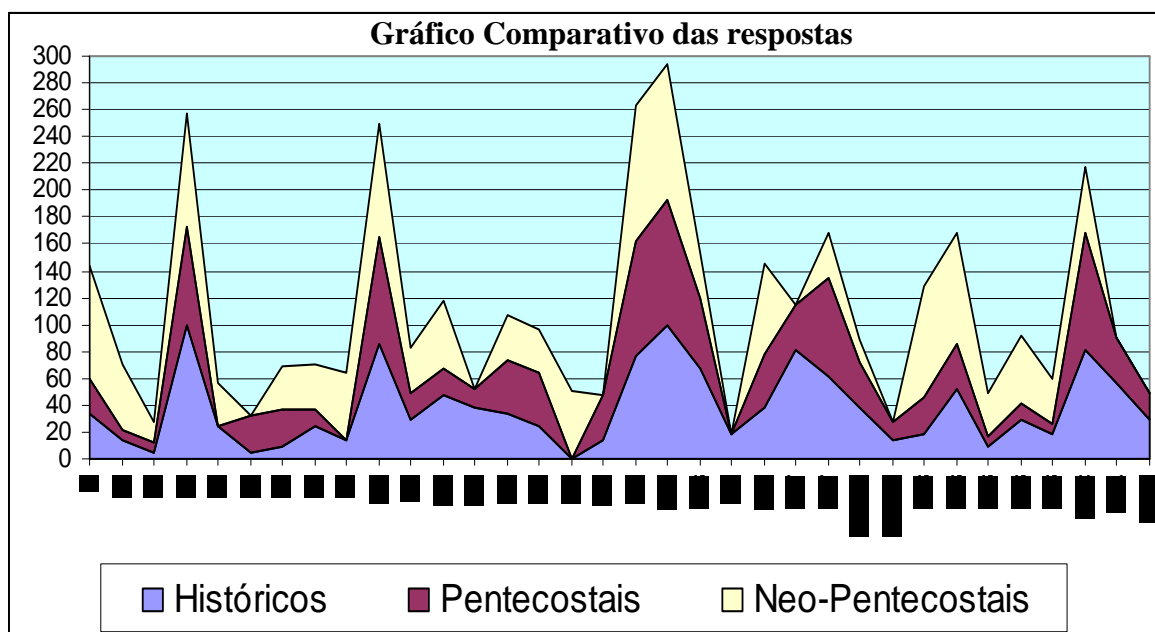
**LEGENDA:**

Títulos – T = total; H = Históricos; P = Pentecostal; N = Neo-pentecostal

Itens – a, b, c... = itens da resposta; S = Sim; N = Não; X = às vezes; I = na minha igreja

Ao se produzir um quadro comparativo, pode-se perceber que há poucos pontos de encontro entre os neo-pentecostais e as demais igrejas e essa falta de pontos em comum tem provocado a não aceitação, por parte dos pentecostais (evangélicos) e históricos

(reformados), da maioria das igrejas neo-pentecostais, destacadamente a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). O gráfico a seguir demonstra essa dificuldade de encontros:



A partir desse quadro, pode-se perceber uma distinção clara de atuação entre os pastores de igrejas históricas, os de igrejas pentecostais e os de igrejas neo-pentecostais. Nota-se uma maior proximidade de comportamento entre os pastores de igrejas históricas e os pastores de igrejas pentecostais e uma evidente distância entre ambos e os pastores de igrejas neo-pentecostais. Caso se fizesse um recorte exclusivo da Igreja Universal do Reino de Deus, colocando-a à parte das neo-pentecostais, poderia se perceber que até mesmo as igrejas de linha neo-pentecostal estão mais próximas das históricas e pentecostais, levando-se ao entendimento de que realmente é a Igreja Universal do Reino de Deus que destoa de todo o grupo de igrejas reformadas e evangélicas. Por isso, alguns segmentos dessas igrejas não consideram a IURD como uma igreja evangélica e, muito menos, histórica.

Diante disso, nota-se muito bem uma visão política mais consistente e menos engajada (no sentido político-partidário) entre os pastores de igrejas históricas. Estes estão mais voltados a uma consciência política cidadã e não religiosa, especialmente nas eleições.

Pode-se perceber também um claro avanço nesse sentido entre os pastores pentecostais, mas, pelo que se apurou através da pesquisa, ainda há entre os pentecostais um engajamento político-partidário de “cabresto” e de busca por benefícios próprios. Porém, como dificultador da conquista desses benefícios está o fato incontestável de que os pentecostais não têm exercido um poder de controle sobre “seu rebanho”, ao menos no que diz respeito às eleições político-partidárias. Perde-se, então, o poder de barganha e parte-se para uma proposta mais ampla de abordagem política, a política cidadã. Essa perda de obediência cega e irrestrita do rebanho para com seu pastor é a principal causa dos posicionamentos mais liberais dos próprios pastores pentecostais. Ou seja, comprova-se, mais uma vez, que o rebanho evangélico ou reformado não é uma massa conivente ou alienada, que é passivamente levada ao destino traçado pelo pastor.

Nóbrega (1955:81) diz que “E hoje – mais do que nunca – precisamos, não de grandes homens. Mais valem dez homens cada um capaz de dirigir-se a si próprio, do que um rebanho de dez milhões, mas que não dão um passo à frente sem um chefe, um guia, um líder.” E, pode-se afirmar que os evangélicos e reformados possuem pastores como líderes, mas que, se esses não forem pelo caminho que o membro da igreja julgar o mais correto, o pastor ficará isolado na sua posição e o rebanho seguirá por outro caminho.

Contata-se que esse não é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. Ela tem feito palanque de seus púlpitos, e de seus pastores, personagens político-partidários que lutam mais pela “cidade dos homens” do que pela “cidade de Deus”,<sup>74</sup> esquecendo-se de que

---

<sup>74</sup> Cidade dos homens e cidade de Deus é uma referência à obra de Santo Agostinho *Cidade de Deus*.

as duas cidades estão sempre em luta uma contra a outra, pois a idéia de santidade da cidade de deus contrapõe-se à materialidade, corrupção e ganância da cidade dos homens. Percebe-se que a IURD proclama um reino, quando, pela prática exposta, vive em outro.

Essa posição da Igreja Universal do Reino de Deus parece prejudicial à sociedade e aos demais grupos evangélicos e reformados, principalmente porque entre o pensamento comum não há distinção entre um grupo e outro, entre uma igreja e outra. Diante da postura iurdiana todos os demais pastores são considerados como sedentos de poder e agentes arrecadador de fundos. Espera-se que a IURD possa repensar seus comportamentos escandalosos e atentar para questões importantes, como as colocadas por Nobrega (1955:47):

Ninguém tem a obrigação de acertar, porém é um dever inalienável ser honesto. Errar, mas errar honestamente. O mal não é errar. O mal é aproveitar-se da ignorância dos outros – a quem se nega ou se dificulta o esclarecimento livre e sadio – e lhes explorar demagogicamente essa ignorância que tudo se faz para manter.

Diante disso, alguns diriam que ao menos há algo melhor no horizonte religioso quando se pode perceber o avanço da cidadania no meio evangélico, fruto do aprendizado através de tantos erros no passado e, talvez, fruto também dos séculos de demonstração, por parte dos reformados, dos benefícios coletivos da prática cidadã, especialmente no campo político-partidário.

Percebeu-se, ao longo das entrevistas, que os pastores não desejam uma igreja ligada, subserviente ou dominante, ao Estado. Ele deve ser um governo para todos. Contudo, entre os pentecostais e neo-pentecostais, o Estado deve oferecer alguns benefícios à igreja, pois ela é capaz de angariar votos ou de removê-los. Esses pastores não consideram esse comportamento como prejudicial à honra da igreja ou mesmo de ligação entre Igreja e Estado.

Os evangélicos pentecostais reúnem-se sob uma organização que se propõe a representá-los, a OMEB – Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil,<sup>75</sup> cuja sede na Paraíba está em Campina Grande e é presidida pelo pastor presbiteriano Clélio Cabral de Melo. O autor deste trabalho pôde estar presente em três eventos relevantes: o primeiro, dedicado a todos os candidatos a cargos eletivos para a eleição de 2004, oportunidade em que eles puderam se apresentar e apresentar suas propostas aos pastores membros. O segundo evento reuniu os dois candidatos que foram para o segundo turno das eleições municipais de 2004: Veneziano Vital do Rego Segundo Neto e Rômulo José Gouveia, onde ambos responderam a perguntas elaboradas pelos presentes. O outro evento correspondeu a um ato de reconhecimento por parte do governo estadual da autoridade religiosa que é a OMEB. No mesmo dia em que o governador Cássio Rodrigues da Cunha Lima fez uma visita oficial ao bispo de Campina Grande, como autoridade católica, o fez também ao Rev. Clélio, como autoridade evangélica.

Para o Rev. Clélio, essas visitas não demonstram qualquer interdependência entre as instituições religiosas e políticas, mas sim, relacionamentos de cordialidade e respeito às autoridades e reunir os candidatos é uma atitude salutar para aproximá-los dos seus eleitores e promover a oportunidade de questionamentos num fórum aberto.

Percebe-se então que, embora haja pastores que buscam se beneficiar dos órgãos públicos e políticos ao angariar os votos dos evangélicos, há muitos outros que assumem uma postura cidadã e, em qualquer dos casos, é inegável que, em Campina Grande, há separação entre Igreja e Estado, pois não há qualquer interferência na gestão interna de ambas as instituições, por mais que encontros sociais entre os membros desses ‘partidos’ ou representantes de parcelas da sociedade aconteçam envolvendo a todos os aqui mencionados.

---

<sup>75</sup> As igrejas neo-pentecostais não são filiadas a OMEB.

Pode-se notar a preocupação dos pastores reformados e da maioria dos pastores evangélicos<sup>76</sup> em orientar seu rebanho a uma participação cidadã, escolhendo seu candidato a partir de um perfil de dignidade e não de religiosidade. Essa é uma luta contra os “votos de cabresto”, em troca de uns ‘trocados’. É uma batalha entre o poder econômico e o poder de escolha do cidadão.<sup>77</sup>

Porém, mesmo diante de um quadro de equívocos de comportamento, com atos abusivos de cerceamento de uma liberdade política dentro das igrejas, pode-se chegar a resultados políticos interessantes, como diz Burity (2002:30):

Os valores religiosos podem produzir efeitos democratizantes mesmo quando experimentados num ambiente restritivo da liberdade ou teologicamente conservador, e podem produzir efeitos antidemocráticos mesmo quando inspirados em experiências ou práticas que reproduzam procedimentos representativos da democracia.

É muito importante a ação de conscientização pela qual muitas igrejas evangélicas têm passado, com certeza isso trará benefícios a sociedade em geral. Uma mudança de comportamento social leva muito tempo, por isso é importante o máximo possível de instituições sociais envolverem-se nesse processo. Não resta dúvida de que poder-se apurar tal comportamento entre os evangélicos em Campina Grande é um fato relevante aos estudos culturais.

---

<sup>76</sup> Em conversas informais com candidatos a vereador na última eleição, pode-se verificar que alguns pastores solicitaram aos candidatos materiais como cadeiras, tijolos, cimento. Mulheres se reuniram apenas para pedir a certo candidato colchão, gás, pagamento de conta de luz. Os pedidos variam entre R\$ 10,00 e R\$ 2.000,00.

<sup>77</sup> Alguns informaram que certo candidato “lotou” o ginásio O Meninão apenas para pagar àqueles que nele votariam.

## CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho de pesquisa foi fornecer uma discussão acerca do tema religião e política como elementos de análise objetiva, direcionando o aprofundamento da questão ao campo de Campina Grande, Paraíba, pois parece haver uma carência de abordagem do religioso no meio acadêmico, especialmente a partir da perspectiva dos estudos culturais, que possam aproximar a análise sócio-cultural da religiosa, principalmente em se tratando de Campina Grande.

Deve-se reconhecer que não é papel dos estudos culturais dar solução efetiva aos problemas sócio-culturais. Sua tarefa é, antes de tudo, apontar os fatos, trazer os problemas à superfície e os apresentar àqueles cuja função na sociedade é dar-lhes solução, especialmente quando o tema é pouco explorado. O presente trabalho de pesquisa, ciente dessas questões, vem trazer a conhecimento, através dos instrumentos científicos aqui utilizados, a visão das eleições e, por extensão, política, dos pastores evangélicos de Campina Grande, com o claro desafio de trilhar um terreno repleto de pré-conceituações, sendo estes mais frutos do pensamento comum do que de pesquisas científicas.

A visão da missão pastoral e da ação política das igrejas evangélicas e de seus pastores fundamenta-se na Bíblia, considerada como Escrituras Sagradas, e que apresenta nas suas duas principais divisões as ações do povo de Deus onde, no Antigo Testamento, encontra-se o povo judeu em seu Estado e no Novo Testamento a Igreja iniciante e seus conflitos com o Estado judeu que, dominado pelo Estado Romano, provoca conflitos com este também. No Antigo Testamento há uma clara e intensa atuação política e no Novo Testamento há uma atuação mais espiritualizada, sem um envolvimento político, pois os

Estados judeus e romanos eram poderes perseguidores da Igreja. Em ambos os momentos apreende-se a Missão do pastor.

É principalmente o panorama do Novo Testamento é que fundamenta o argumento para o não envolvimento político, especialmente manifesto no evento das eleições político-partidárias, da igreja moderna.

Mas há também o forte argumento extraído da história eclesiástica, em que a Igreja Cristã na Idade Média, envolvida em escândalos e politicamente opressora, parece induzir as gerações seguintes a um asco pela vida política e seus processos eletivos. Mesmo os reformadores – Calvino e Lutero – tiveram dificuldades nesse relacionamento Igreja-Estado, mas reagiram a esse pensamento e apregoaram uma igreja cidadã como consequência da vida ativa cristã em consonância com a visão da missão da Igreja e de seu pastor.

Os reformadores entendiam que Iaveh é o senhor de toda a vida e, portanto, todas as áreas da atividade humana são importantes para o cristão, inclusive a esfera política. Assim sendo, devia-se evitar toda e qualquer dicotomia entre o "sagrado" e o "secular" ou "profano." Essa convicção levou muitos calvinistas a se envolverem com a atividade pública, entendida como um importante serviço prestado a Deus e à coletividade. Dois exemplos notáveis são Woodrow Wilson, presidente da Universidade de Princeton, presidente dos Estados Unidos (1913-1921) e ganhador do Prêmio Nobel da Paz, e Abraham Kuyper, teólogo e líder político holandês, fundador da Universidade Livre de Amsterdã e primeiro-ministro da Holanda de 1901 a 1905. Embora a separação entre a igreja e o estado seja necessária para a democracia, os reformadores entendiam que não devia haver um divórcio entre suas convicções ético-religiosas e sua atuação na vida pública.



Assim, a igreja evangélica espalhou essa visão política pelo novo mundo, edificando sua colônia na América do Norte sobre esses fundamentos e alcançando a América do Sul via imigração e envio de missionários evangelizadores. Pouco tempo depois da chegada dos reformados (cerca de 60 anos depois), aportaram também os pentecostais. O Brasil mostrou-se ter um solo fértil aos dois movimentos, chamados indistintamente de evangélicos, e ambos cresceram no rastro da urbanização, chegando ao início do novo milênio com uma cifra de 15,4% e, segundo estatísticas oficiais do IBGE, caso o índice de crescimento desta “população” atinja a mesma proporção indicada, chegará em 2022 a impressionantes cifra de 50% da população brasileira.

Esse crescimento numérico tem sido acompanhado de um crescimento na atuação política e nos processos eletivos por parte dos evangélicos. A interpretação corrente de que os evangélicos estão fechados em seus guetos e alienados da sociedade é errônea e a não consideração da força emergente dos evangélicos na ação política e sua capacidade eleitoral pode trazer perdas irreparáveis e pode produzir uma futura reação para com os que os desprezaram, criando assim uma sociedade bipolarizada ao invés de unida num ideal de bem comum. Não se deve pensá-los unicamente pelo potencial de votos, como se a eles fosse possível manter em cabresto eleitoral, mas sim, considerá-los como cidadãos que possuem características e opiniões da sociedade distintas e que, assim como qualquer cidadão, esperam ser atendidos pelos seus governantes.

Os dados apurados em Campina Grande apontam para um quadro neo-pentecostal muito diferente do restante do Brasil, assumindo uma postura muito mais conservadora do que as igrejas históricas e pentecostais. A melhor interpretação para isso é que as igrejas neo-pentecostais da cidade surgiram a partir de pastores insatisfeitos com algumas questões nas igrejas históricas e pentecostais, entre elas, seus envolvimento políticos e que elas

ainda não são igrejas grandes o suficiente para chamar a atenção dos candidatos em busca de votos. Excetuando-se as igrejas Verbo da Vida e Nacional do Senhor Jesus, com cerca de 2.000 membros cada, as demais não chegam à média de 100 membros e, por serem pulverizadas e pequenas não é possível um contato eficaz dos políticos, o que tem afastado a maioria dessas igrejas das questões político-partidárias nas eleições.

As igrejas pentecostais formam um grupo maior e mais antigo que os neo-pentecostais na cidade, sendo, portanto, mais notado pelas hostes políticas. Contudo, através da pesquisa pôde-se concluir que mesmo os pentecostais têm procurado não alinhar-se com as forças políticas e nem envolver-se nas eleições. Salvo a Igreja Assembléia de Deus, que tem procurado conquistar espaço no campo político, embora se pôde ver que com muitos equívocos, nenhuma outra igreja pentecostal possui candidatos ou compromissos político-partidários.

Essa atitude por parte dos evangélicos pentecostais demonstra o quanto tem havido uma mudança no seu comportamento e no dos demais evangélicos, e essa mudança tem sido para uma postura de maior benefício coletivo da sociedade e não apenas do grupo religioso. Como já dito, a Assembléia de Deus ainda tem um comportamento tido por muitos como retrógrado, mas é notório o prejuízo que lhe está advindo devido a esse posicionamento, fator que deve ser determinante para que, num futuro bem próximo, ela consiga avançar rumo à postura adotada pelos demais evangélicos e, especialmente, dos evangélicos históricos.

Posturas bem definidas podem ser encontradas entre as igrejas evangélicas históricas, em que seus pastores demonstram possuir maior respeito para com a opinião individual do membro. Os pastores evangélicos têm procurado tratar a questão das eleições

no campo das orientações gerais, exortando aos membros a analisarem o perfil do candidato, suas qualificações, sua idoneidade e sua honestidade.

Não há entre os evangélicos a intenção deliberada de votar num ‘irmão’ pelo único e simples fato do candidato ser membro de uma igreja evangélica e ter a ‘coragem’ de assumir isso publicamente, mas sim de votar num candidato que possa produzir algo em benefício de toda a comunidade. Caso esse irmão demonstre não possuir outros requisitos, como a oratória, o conhecimento dos reais e mais sérios problemas da sociedade, a capacidade de discussão acerca desses problemas, as propostas apresentadas como ‘bandeira’ em sua campanha, ele jamais conquistará os votos da maioria dos irmãos. Ao final desta pesquisa, constatamos que não tem, na prática, valor entre os evangélicos a máxima: irmão vota em irmão. Essa atitude é uma continuidade dos postulados da Reforma Protestante de defesa de um Estado laico e de uma Igreja independente. Além de sua fé, esse é o maior legado que a igreja evangélica tem ensinado a sociedade.

Diante da pesquisa ora efetuada, pode-se concluir com certa tranquilidade que o povo evangélico não pode, sob nenhum aspecto, ser postulado ou receber a alcunha de “massa de dominação”. É certo que o pastor possui seu grau de influência, como todo líder, independente da sua área de atuação, mas o rebanho recebe bem a influência no campo religioso, de fé, e recebe com destacada resistência à influência político-partidária. Esse pensamento é, além da consolidação do ideal reformado, a demonstração da mudança no conceito de liderança. Não mais se pensa num líder inquestionável, a quem todos devem seguir sem questionar e, para os evangélicos, um retorno aos ideais de seu mestre de que ‘aquele que deseja ser líder que seja o primeiro a servir’. (evangelho de Marcos 10:43; evangelho de Mateus 20:26) A comunidade evangélica observa e espera ver no pastor o

desejo de servir. Ao que serve, o povo segue sem medo, pois ele não está interessado em benefício próprio.

Em toda esta jornada, pode-se identificar o distanciamento entre o púlpito e o palanque na maioria das igrejas, mas é inegável que a Igreja Universal do Reino de Deus ainda os utiliza como um único espaço. Entre todos os pastores entrevistados, os oriundos da IURD foram os únicos que informaram não apresentar um candidato evangélico que visitasse a igreja, pois ele só apresentaria o candidato apoiado pela própria igreja, caracterizando efetivamente o uso do púlpito como palanque. Infelizmente, devido ao sucesso que tem conseguido com seus candidatos, esse comportamento tende a durar por muito tempo nessa igreja.

Porém, a pesquisa pode identificar que tem havido um rompimento com alguns postulados arcaicos que impediam um envolvimento maior dos evangélicos na política e especialmente nos processos eletivos. Ainda é grande a resistência a pastores envolvidos e participando das eleições, mas já se pode notar um avanço quanto à aceitação de que evangélicos disputem cargos eletivos, até como entendimento de que eles conseguirão resistir às atitudes corruptoras e purificarão o meio político.

Contudo, embora ainda haja espaços religiosos – púlpitos – ocupados como espaço político – palanques -, a conclusão é que já se pode verificar, para a felicidade de toda a sociedade, mesmo que venha ocorrendo um aumento no número de evangélicos participantes dos processos eletivos, os discursos têm, cada vez mais, sido apresentados em seus espaços próprios e, na grande maioria das igrejas evangélicas, o púlpito está cada vez mais distante do palanque e, numa linguagem religiosa, a isso se pode dizer amém.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> Amém é uma palavra hebraica que traduzida ao português significa “assim seja”.

**REFERÊNCIAS**

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 12 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 134 p.
- AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus*. São Paulo: EDAMERIS, 1964. 446 p.
- ALIER, Verena Martinez. Enxada e voto. In *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cebrap, 1975.
- ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979.
- AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo – 1895-1915*. São Paulo: Saraiva, 1957. 497 p.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1993.
- ARISTÓFANES. *Os cavaleiros*. São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2000, 152 p.
- BAUDRILLARD, Jean. *Às sombras das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 87 p.
- BETTENSON, H. *Documentos da Igreja Cristã*. Rio de Janeiro: Aste, 1967. 370 p.
- BONHOEFFER, D. *Ética*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
- BONHOEFFER, D. *Resistência e submissão*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.
- BRANDÃO, Zaia. *Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BRIGHT, J. *História de Israel*. São Paulo: Paulinas, 1985. 692 p.
- BURITY, Joanildo A. *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo através dos séculos*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2003
- CALVINO, Jean. *Institutas*. São Paulo: Socep, 1991.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 23

CARVAJAL, Patrício. La reforma política. Una introducción al pensamiento político-jurídico del protestantismo en los siglos XVI y XVII. *Rev. Estudios histórico-jurídicos*, Ed. Universitarias. Valparaíso-Chile, 1999, n.º. 21, p. 213-247.

CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo & política – teoria bíblica e prática histórica*. Viçosa: Ultimato, 2002. 286 p.

CEZAR, Elben M. L. *História da evangelização do Brasil – dos Jesuítas aos neopentecostais*. Viçosa: Editora Ultimato, 2000. 192 p.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 2003. 309 p.

COIL, Henry Wilson. *Coil's Masonic Encyclopedia*. Richmond-EUA: Macoy Pub., 1961.

DIVERSOS – *Livro de Confissões*. São Paulo: Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1969, 271 p.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995, 355 p.

DREYER, F.C.H. *A Bíblia e o catolicismo romano*. Teresópolis: Casa Editora Evangélica, 1961.

EVERY-CLAYTON, Joyce W. Winifred. *Um grão de Mostrada... Documentando os inícios da Igreja Evangélica Pernambucana, 1873-1998*. Recife: Edição da Igreja Evangélica Pernambucana, 1998.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In GUIMARÃES, A. Z. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 77-86.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 1999. 296 p.

GOLDEMBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. São Paulo: Editora Record, 1999.

GONZÁLES, Justo L. *Uma história ilustrada do cristianismo*. 10 Vols. São Paulo: Vida Nova, 1988, 2120 p.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. São Paulo: DP&A, 1998.

HOONAERT, Eduardo (org.). *História da igreja no Brasil na primeira época*, Tomo II. Petrópolis: Paulinas/Vozes, 1983.

JANSE, A. *¿Que es política cristiana frente a la del mundo?* Barcelona: FELIRE, 1996.

JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 236 p.

JOSEFO, Flavio. *Antiguedades de los judios*. Tomo I. Barcelona: CLIE, 324 p.

LEITE, Márcia Pereira. *Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 44, outubro de 2000.

LEONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE, 2002, 386 p.

LESSA, Vicente Themudo. *Annaes da 1ª Igreja Presbyteriana de São Paulo (1863-1903)*. São Paulo: Ed. da IPISP, 1938. 720 p.

LOPES, Augusto N. *Calvino e a responsabilidade social da Igreja*. São Paulo: Editora PES- Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2003.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa e VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Fenomenologia da Experiência Religiosa. In *Revista Numen*, nº 3. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Hipótese sobre a mentalidade popular protestante no Brasil. In *Estudos de Religião 3* – março/1986. São Bernardo do Campo: UMESP, p. 111-123.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir – a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984. 267 p.

MESQUITA, Antonio Neves. *Povos e nações do Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Juerp, 1980.

METZ, João Baptista. *Sobre a teologia do mundo*. 1968.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. 1928. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

NEGRÃO, Onézimo G. *Roma, sempre aedem*. Santo André: Peres Oliveira, 1988. 157 p.

NEVE, J.L. *Una Historia de Christian Pensamiento*, vol. 1. Filadélfia: Muhlenberg Press 1946, p. 46.

- NICHOLS, R. H. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- NOBREGA, M. *Demagogia política e religiosa*. Recife: Folha da Manhã, 1955, 306 p.
- NOVAES, Regina. Os jovens "sem religião": ventos secularizantes, "espírito de época" e novos sincretismos. In *Revista Scielo Brasil*. vol. 18, nº 52. São Paulo: 2004, p. 321-330.
- OLIVEIRA, Betty Antunes de. *Centelha em restolho seco - uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho batista no Brasil*. São Paulo: Ed. Vida Nova, 2005. 768 p.
- ORTEGA E MEDINA, Juan Antonio. *Destino Manifiesto. Sus razones históricas y su raíz teológica*. Cidade do México: CNCA / Alianza Editorial Mexicana, 1989.
- PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Recife: Ed. Massangana, 1982, 333 p.
- PESSOA, Enock da Silva. *O discurso evangélico como expressão de cidadania*. São Paulo, EDUC, 2003.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido*. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, nº 37, junho, 1998.
- PIKE, Albert. *Morals and Dogma of the Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry*. Charleston-EUA: Supreme Council of the Thirty-Third Degree, 1950.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: AESTE, 2003.
- RIBEIRO, Daniel Valle. *A cristandade do Ocidente medieval*. São Paulo: Atual, 1998.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.
- ROCHA, João Gomes. *Lembranças do Passado*. Volume I. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Publicidade, 1941. p. 95-172.
- SAYÃO, L. A. Uma avaliação sociológica do pentecostalismo e do neopentecostalismo contemporâneo. In *Vox Scripturae – Revista teológica latino-americana*, volume IX, número 1, São Paulo: AETAL, 1999, 94 p.



SEEBERG , Reinhold. *Manual de história de las doctrinas*. El Paso-Texas-EUA: Casa Bautista de Publicaciones, 1967.

SIEPIERSKI, Paulo D. *Evangelização no Brasil – um perfil do protestantismo brasileiro: o caso Pernambuco*. São Paulo: Sepal/Aura, 1987.

SILVA FILHO, Lino Gomes. *Síntese histórica de Campina Grande – 1670-1963*. João Pessoa: Ed. Grafset, 2005, p. 123.

SOUSA, Soriano. *A religião do estado e a liberdade de cultos*. Recife: Tipografia Esperança, 1867.

TENNEY, M. C. *O Novo Testamento: sua origem e análise*. São Paulo: Ed. Vida Nova, 1984.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados; moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, 364 p.

## APÊNDICE I

### Modelo de Questionário para Levantamento de dados junto aos Pastores Evangélicos de Campina Grande

Questionário número \_\_\_\_\_

Igreja \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_ Há quantos anos exerce esse ministério \_\_\_\_\_

Possui curso teológico de nível superior? ( ) sim ( ) não

1. Qual a orientação da sua igreja para quando num culto regular você recebe a visita de um evangélico candidato a cargo político: (pode assinalar mais de uma resposta)
  - a. ( ) Apenas o apresento como qualquer visitante
  - b. ( ) Apresento-o como visitante e digo qual cargo ele está concorrendo
  - c. ( ) Convido-o a sentar-se junto com os oficiais
  - d. ( ) Convido-o a saudar a igreja
  - e. ( ) Convido-o a dar uma mensagem à igreja
  - f. ( ) Permito-o a fazer sua propaganda política
2. Você se identifica com algum partido político? ( ) sim ( ) não
3. Você é filiado a algum partido político? ( ) sim ( ) Não
4. Você costuma comentar, pregar ou ensinar aos membros da sua igreja sobre as eleições? ( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
5. Você costuma indicar aos membros da sua igreja algum candidato? ( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
6. Você concorda com a frase: “irmão vota em irmão”? ( ) sim ( ) Não ( ) às vezes ( ) só nos da minha igreja
7. Sua igreja costuma apoiar candidatos próprios? ( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
8. Você incentiva membros de sua igreja a candidatarem-se a cargos políticos? ( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
9. Você concorda que pastores se candidatem a cargos políticos? ( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
10. Você acompanha aos debates políticos nas mídias? ( ) sim ( ) Não ( ) às vezes
11. Quanto aos projetos apresentados pelos políticos evangélicos você diria que:
  - a. ( ) tenho acompanhado e aprovo
  - b. ( ) tenho acompanhado e reprovo
  - c. ( ) Não tenho acompanhado mas aprovo
  - d. ( ) Não tenho acompanhado mas reprovo
  - e. ( ) indiferente
12. Você entende que a principal atuação do político evangélico deve: (pode assinalar mais de uma resposta)
  - a. ( ) ajudar as igrejas (doando terrenos, conseguindo verbas públicas, etc)
  - b. ( ) ajudar ao povo evangélico (doando por ex.: medicamentos)
  - c. ( ) ajudar a toda a comunidade (doando por ex.: coisas a qualquer pessoa)
  - d. ( ) ajudar a igreja apresentando projetos importantes à igreja
  - e. ( ) ajudar a sociedade apresentando projetos importantes a todos
  - f. ( ) lutar contra a corrupção
  - g. ( ) ser um exemplo de verdadeiro cristão
  - h. ( ) deve lutar contra a Igreja católica

- i.  deve lutar contra a micarande
  - j.  deve posicionar-se contra a Nova Consciência
  - k.  apoiar a Consciência Cristã
13. Dos grupos abaixo mencionados, em quem você não votaria para um cargo político? (pode assinalar mais de uma resposta)
- a.  Mulheres
  - b.  homossexuais
  - c.  negros
  - d.  prostitutas
  - e.  divorciados
  - f.  pastores
  - g.  irmãos
  - h.  membros de igrejas que não gosto
  - i.  alguém denunciado por corrupção
  - j.  alguém vítima de escândalo por qualquer motivo
  - k.  alguém que pareça muito jovem
  - l.  alguém que pareça muito velho
  - m.  alguém muito novo na igreja
  - n.  ator, atriz
  - o.  esportista
  - p.  não voto em ninguém
14. Você se lembra de algum político que tenha votado projetos contrários aos evangélicos?  
 sim  Não
15. Você já votou em algum político indicado por outro colega pastor?  sim  Não
16. Você acha correto o evangélico anular seu voto ou votar em branco?  
 sim  Não  às vezes
17. Dos partidos abaixo, qual você diria que jamais votaria: (pode assinalar mais de uma resposta)
- a.  PSDB
  - b.  PMDB
  - c.  PT
  - d.  PTB
  - e.  PFL
  - f.  PL
  - g.  PRONA
  - h.  PSB
  - i.  PP
  - j.  PPB
  - k.  PPS
  - l.  PDT
  - m.  qualquer partido de esquerda
  - n.  qualquer partido ligado a comunistas
18. Você vota na cidade?  sim  Não
19. Sexo  Masculino  Feminino
20. Possui QUAL curso teológico de nível superior? \_\_\_\_\_
21. Na sua igreja local há irmãos ocupando cargos políticos?  
 sim, no cargo de \_\_\_\_\_  Não
22. Qual a sua opinião sobre os políticos evangélicos que estão exercendo seus cargos atualmente.

- ( ) aprovo porque \_\_\_\_\_  
( ) reprovo porque \_\_\_\_\_  
( ) não me importo \_\_\_\_\_
23. Dos grupos abaixo mencionados, em quem você não votaria para um cargo político?  
membros de igrejas que não gosto, por ex.: \_\_\_\_\_
24. Qual o último político que você se lembra de ter provocado algum tipo de escândalo?  
\_\_\_\_\_
25. Que político você se lembra de ter votado projetos contrários aos evangélicos?  
\_\_\_\_\_
26. Você acha correto o voto ser obrigatório no Brasil?  
( ) sim, porque \_\_\_\_\_  
( ) Não, porque \_\_\_\_\_  
( ) às vezes, porque \_\_\_\_\_
27. Você acha correto o voto ser permitido aos menores de idade (16 e 17 anos)?  
( ) sim, porque \_\_\_\_\_  
( ) Não, porque \_\_\_\_\_
28. Você acha correto políticos elegerem-se por um partido e, depois de eleito, mudarem de partido?  
( ) sim, porque \_\_\_\_\_  
( ) Não, porque \_\_\_\_\_  
( ) às vezes, porque \_\_\_\_\_
29. Você concorda com a existência de tantos partidos políticos no Brasil?  
( ) sim, porque \_\_\_\_\_  
( ) não, porque \_\_\_\_\_
30. Quanto a esses partidos, você diria que conhece as suas principais propostas?  
( ) sim - quais são? \_\_\_\_\_  
( ) não conheço \_\_\_\_\_
31. Quais foram os políticos evangélicos eleitos no último pleito municipal?  
\_\_\_\_\_

**APÊNDICE II****ÍNDICE REMISSIVO DAS PERGUNTAS**

Apresento, abaixo, um índice remissivo para facilitar ao leitor a localização de onde cada pergunta, das 31 do questionário aplicado, foi tratada no presente trabalho:

1. 104	17. 99
2. 95	18. 110
3. 95	19. 87
4. 94	20. 68
5. 102	21. 107
6. 103	22. 107
7. 93	23. 98
8. 93	24. 99
9. 77	25. 100
10. 94	26. 110
11. 107	27. 110
12. 109	28. 99
13. 70, 87, 88	29. 98
14. 99	30. 98
15. 101	31. 97
16. 99	

## ANEXO I

### Votos obtidos pelo candidato oficial da Igreja Evangélica Assembléia de Deus ao posto de vereador do Município de Campina Grande no pleito de 2004

Imagem do site:

<http://www.tse.gov.br/sieeseireweb/seire.jsp?modulo=AVZE&anoConexao=2004>

#### Votação por Zona Eleitoral - 1º turno

**UF (PARAIBA)**

**Município (CAMPINA GRANDE)**

**Cargo (VEREADOR)**

**Candidato (ANTONIO CARLOS DOS SANTOS)**

1~4 de 4 - Última atualização em: 30/09/2005 - Dados sujeitos a alteração

**Partido: PTN    Situação: Suplente**

<u>Zona</u>	<u>Eleitorado</u>	<u>(VV) Votos Válidos</u>	<u>(V)Votos Nominais</u>	<u>% (V/VV)</u>
71	49.412	41.191	292	0,709
16	52.296	42.618	272	0,638
17	83.648	69.011	419	0,607
72	85.610	71.216	489	0,687

## ANEXO II






**Pesquisa realizada pelo site:**



<http://www.brasilparacristotb.org/index.php> extraída em 30 de abril de 2006.

concluída em 26/04/2006

**2006 é ano de eleição. Sendo você evangélico(a) votaria apenas em candidatos evangélicos?**

Sim, evangélico tem que votar em evangélico		13.8%
Não, aí é que não devemos votar em evangélico para não correremos o risco de passarmos vergonha		17.2%
Não voto analisando a religião, e sim as propostas dos candidatos evangélicos na política não dá certo		44.8%
não tenho opinião formada sobre esse assunto		10.3%
Total de votos: 29		13.8%

## ANEXO III

**Dados de Religião - Censo Demográfico 2000**

Unidade Geográfica	Situação do Domicílio	Sexo	Religião	Contingente	%
Brasil	Total	Total	Total	169.872.856	100,00
Brasil	Total	Total	Católica apostólica romana	124.980.132	73,57
Brasil	Total	Total	Evangélicas	26.184.941	15,41
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de missão	6.939.765	4,09
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de missão - Evangélica adventista do sétimo dia	1.142.377	0,67
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de missão - Igreja evangélica de confissão luterana	1.062.145	0,63
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de missão - Igreja evangélica batista	3.162.691	1,86
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de missão - Igreja presbiteriana	981.064	0,58
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de missão – outras	591.488	0,35
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de origem pentecostal	17.975.249	10,58
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de origem pentecostal – Igreja congregacional cristã do Brasil	2.489.113	1,47
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de origem pentecostal – Igreja universal do reino de Deus	2.101.887	1,24
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de origem pentecostal - Evangélica evangelho quadrangular	1.318.805	0,78
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de origem pentecostal – Igreja evangélica assembléia de Deus	8.418.140	4,96
Brasil	Total	Total	Evangélicas - de origem pentecostal – outras	3.647.303	2,15
Brasil	Total	Total	Evangélicas - outras religiões evangélicas	1.269.928	0,75
Brasil	Total	Total	Testemunhas de Jeová	1.104.886	0,65
Brasil	Total	Total	Espírita	2.262.401	1,33
Brasil	Total	Total	Espiritualista	25.889	0,02
Brasil	Total	Total	Umbanda	397.431	0,23
Brasil	Total	Total	Candomblé	127.582	0,08
Brasil	Total	Total	Judaica	86.825	0,05
Brasil	Total	Total	Budismo	214.873	0,13
Brasil	Total	Total	Outras religiões orientais	158.912	0,09
Brasil	Total	Total	Islâmica	27.239	0,02
Brasil	Total	Total	Hinduísta	2.905	0,00
Brasil	Total	Total	Tradições esotéricas	58.445	0,03
Brasil	Total	Total	Tradições indígenas	17.088	0,01
Brasil	Total	Total	Outras religiosidades	989.303	0,58
Brasil	Total	Total	Sem religião	12.492.403	7,35
Brasil	Total	Total	Não determinadas	357.648	0,21
Brasil	Total	Total	Sem declaração	383.953	0,23

Obs.: Percentuais relativos ao total da população para a unidade geográfica selecionada.

Fonte: Censo 2000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE

**CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais**

Rua Dr. Júlio Otoni, 571/3º subsolo - Santa Teresa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20241-400

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h

Telefone/Fax: (21) 2558-2196 Fax: (21) 2285-7276 [ceris@ceris.org.br](mailto:ceris@ceris.org.br)

Melhor visualizado com Internet Explorer e resolução de 800x600 pixels ou maior  
Comentários sobre o site: [webmaster@ceris.org.br](mailto:webmaster@ceris.org.br)

Copyright©2000-2006 CERIS. Todos os direitos reservados.

Site: [SRSA](http://SRSA) - Revisado em: 31-jan-2006 05:28



UF	Nome Município	População	% Evangélica	% Católica	% Espírita	% Umbandista	% Judaica	% Outras	% Sem Relig.	% Indeterm.
PB	Campina Grande	355.331	15,08	77,86	0,75	0,10	0,02	0,81	4,99	0,39

